



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ANA VIRGINIA PEREIRA DOS SANTOS

**A RELEVÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE
BASE NA CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE
DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PAPEL DA APAEB (BA) E
COOPFRUT (PA)**

Belém
2012

ANA VIRGÍNIA PEREIRA DOS SANTOS

**A RELEVÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BASE
NA CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO NAS
ORGANIZAÇÕES:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PAPEL DA APAEB (BA) E COOPFRUT
(PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos.

Belém
2012

S237 Santos, Ana Virginia Pereira dos

A relevância dos movimentos sociais de base na construção de trajetórias de desenvolvimento nas organizações: estudo comparativo entre o papel da APAEB(BA) e COOPFRUT(PA) / Ana Virginia Pereira dos Santos, 2012.

XX f. : il

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônico, 2012.

1. Estratégias de desenvolvimento. 2. Agricultura familiar. 3. Cooperativismo. 4. Associativismo. 5. Associação do Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. 6. Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri. I. Bastos, Ana Paula Vidal. II. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônico. III. Título.

CDU : 332.1(811.5)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA DOS SANTOS

**A RELEVÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BASE NA
CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO
NAS ORGANIZAÇÕES:**

Estudo comparativo entre o papel da APAEB (BA) E COOPFRUT (PA)

Dissertação apresentada para a obtenção do título de
Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do
Pará. Orientadora: Profª Dra. Ana Paula Vidal Bastos.

Aprovada em __/__/____

Banca Examinadora:

Ana Paula Vidal Bastos – Orientadora
Doutora em Economia pela University of Tsukuba
Orientadora – NAEA/UFPA

Thomas Peter Hurtienne - Examinador
Doutor em Economia pela Freire Universitat Berlin
NAEA/UFPA

Armando Lirio de Souza – Examinador
Doutor em Desenvolvimento Rural pela PGDR - UFRGS
ICSA/UFPA

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de conclusão do mais importante passo acadêmico-profissional da minha vida. Daqui a pouquinho serei Ma. Ana Virgínia Pereira dos Santos, e mal posso caber em mim de tanta felicidade e gratidão.

Quando olho para traz e relembro o caminho percorrido até chegar ao NAEA, é impossível conter a emoção, assim como também é impossível descrever a sensação em palavras, mas tentarei fazer uma síntese da minha gratidão:

Filha caçula do caminhoneiro Laudelino Bispo dos Santos (**in memorian**) e da dona de casa Josefa Pereira dos Santos, agradeço a Deus todos os dias por ter me presenteado com a família mais maravilhosa desse mundo. Nossos pais nos educaram da melhor forma que lhes foi possível, e sempre nos orientaram que a educação é o mais poderoso elemento de transformação e de oportunidades. Eu sou prova de que eles estavam certos.

Agora, nesse momento de conclusão de mais uma jornada, gostaria de deixar os meus sinceros agradecimentos àqueles que me apoiaram e trilharam o caminho comigo:

À Deus. O muito obrigado por **tudo** e por **sempre**. Sem ti não sou nada, mas contigo sou mais que vencedora!

À Família mais linda do mundo! Mãe, Evaldo e Patrícia, muito obrigada por serem a minha base e por me apoiarem em todos os momentos. “Painho”, obrigada pelas tantas lições que me permitiu aprender contigo, e muito obrigada por ter sido meu Painho!

À UFPA/NAEA, pela oportunidade de me proporcionar um Curso com a qualidade, excelência e respaldo internacional como este.

À minha orientadora Ana Paula Bastos. Para mim, tê-la nesta jornada foi além das orientações à dissertação, mas sim grandes e inesquecíveis lições de sabedoria, respeito e companheirismo. Muito obrigada, Professora!

Aos queridos professores Thomas Hurtienne e Juarez Pezutti! Foi muito bom ter bebido na preciosa fonte de informações de vocês. Deixo o NAEA sabendo muito mais sobre Campesinato e quelônios do que jamais imaginara.

Aos funcionários do NAEA, especialmente ao Renan Louchard, Ádyla Oliveira, Daniela Mota e ao pessoal da Biblioteca! Obrigada pelo apoio de sempre!

Ao pessoal da APAEB e da COOPFRUT, especialmente ao Ismael Ferreira, Liliane, Macerval, Isaac Fonseca, Miguel Fonseca, Raimunda Costa e ao José Dias (Sr. Cabinho). Obrigada pela colaboração e compreensão de todos vocês.

Aos colegas do Curso, especialmente a Cleiton Lopes Cabral, Viviane Vazzi, Josie Mota, Ariane Angélica e Luciano Penha. Deus seja louvado por amizades como a de vocês.

Aos meus amigos que me apoiaram incondicionalmente nessa fase de distanciamento geográfico, principalmente à Patrícia Barros, aos meus ex-colegas de trabalho da Norauto Veículos, D. Maria José e seu filho Adriano, Clenilson Dias, minha tia Pureza, meus primos Reginaldo Júnior e Gilvan Almeida. Muito obrigada, queridos!

E a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho!

Muito Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho traz como perspectiva analisar o desempenho dos movimentos sociais de base (associativismo e cooperativismo) na trajetória da construção do desenvolvimento, através do estudo comparativo entre uma associação de produtores familiares de Agave Sisalana no interior da Bahia, (APAEB) – Associação do Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, e uma cooperativa de beneficiamento e verticalização da produção de açaí, a Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri (COOPFRUT), instalada no interior do Estado do Pará. Os objetos se mostraram instigantes à pesquisa, uma vez que o primeiro permanece com suas atividades há 31 anos, mediante várias questões adversas, como baixo preço de mercado do produto e falta de apoios pontuais, enquanto que a segunda contou com aportes iniciais do governo e possui preço do principal produto bastante superior ao primeiro. As reflexões teóricas estão pautadas às estratégias de desenvolvimento local/regional de base endógena e/ou bem adaptada, como a agricultura familiar, cooperativismo e associativismo, desempenho institucional e capital social, demonstrando que estas estratégias, aliadas às políticas públicas adequadas às mais variadas situações e regiões, são capazes de promover desenvolvimento socioeconômico em qualquer parte. Enquanto elemento de coleta de dados primários foi utilizado o questionário desenvolvido pelo Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2003), sobre capital social, com integrantes da APAEB, bem como alguns dos ex-integrantes da COOPFRUT (número reduzido em virtude da deserção do grupo após o encerramento das atividades da Cooperativa). Como principais resultados destacamos a existência de capital social em ambos os objetos de estudo. Entretanto, as principais diferenças estão no nível de capital humano dos funcionários e na gestão, sendo interna no primeiro objeto e externa no segundo. Como principais conclusões, apresentamos a relevância da presença de capital social nos movimentos sociais como os que foram pesquisados, da atores providos de um razoável grau de instrução e da atuação de atores socialmente hábeis, capazes de induzir o grupo à cooperação, conforme teoria apresentada por Fligstein (2007).

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional; Agricultura Familiar; Cooperativismo; Associativismo; Capital Social; Gestão Interna.

ABSTRACT

This research analysis the performance of local social movements (association and cooperation) in building local development path, through a comparative study between an *agave* family' production based association in Valente, Bahia (APAEB) and an *açaí* family production based association in Igarapé-Miri, Pará (COOPFRUT). Both associations were born from local associations APAEB stays for ... years but COOPFRUT finished her activities by ... Our main motivation was to investigate the reasons that led one association to be successful in their goals and the other to fail and die. The theoretical background is based on the concepts on endogenous local /regional development like family based agriculture, cooperation and association, institutional performance and social capita, trying to demonstrate that these strategies, when linked to efficient public policies, indeed promote socio-economic development in any particular setting. Primary data collection was base on questionnaire developed by World Bank on social capital. Data was collect with current members of APAEB and with former members of COOPFRUT. Both settings revealed high social capital, according to the questionnaire's score. The main differences are in the level of human capital and the type of management one from within the group (APAEB) and the other exogenous to the original group (COOPFRUT). Thus as the social capital is similar, observations and main analysis showed the relevance of the role of social actors in conducting cooperation among members of associations (Fligstein, 1999?).

Key words: Regional Development; Family agriculture; Cooperation; Association; Social Capital.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios e dados socioeconômicos da Região Sisaleira da Bahia	43
Tabela 2 - Municípios e dados socioeconômicos da Região do Baixo Tocantins.....	49
Tabela 3 - Demonstrativo dos aportes financeiros da APAEB junto ao governo.....	59
Tabela 4 - Comportamento do cultivo do Sisal nas últimas décadas em Valente-BA.....	104
Tabela 5 - Produção de Açaí no Estado do Pará por categoria de estabelecimento.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAS – Projeto Agentes Multiplicadores de Ater

APA – Área de Proteção Ambiental

APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

BANPARÁ – Banco do Pará

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BNB – Banco do Nordeste S.A.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregos e Desempregos

CAIPIM – Cooperativa Agroindustrial de Igarapé-Miri

CAPINA – Cooperativa e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

CEDEP – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento

CCB – Companhia de Celulose da Bahia

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

COOPFRUT – Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri

COSIBRA – Companhia de Sisal do Brasil

DEM – Partido dos Democratas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DISOP – Instituto Belga-brasileiro de Cooperação Para o Desenvolvimento Social

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EFA – Escola Família Agrícola

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIBRASA – Fibras do Brasil

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM – Imposto de Comercialização de Mercadorias

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOC – Movimento de Organização Comunitária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEI – Nova Economia Institucional
ONG – Organização Não Governamental
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
POEMA – Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
PT – Partido dos Trabalhadores
SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE – Serviço Brasileiro e Apoio à Micro e Pequenas Empresas
UAGRIM – Unidade Agroindustrial de Igarapé-Miri
UFPA – Universidade Federal do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Círculo virtuoso de elementos do capital social.....	34
Figura 2 - Localização dos municípios Valente e Ig. Miri.....	46
Figura 3 – Atual área de atuação da APAEB.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo entre a geração de empregos APAEB x Município, na década de 2000.....	61
Gráfico 2 - Percepção de solidariedade e cooperação em ações coletivas entre os colaboradores da APAEB.....	68
Gráfico 3 - Percepção de solidariedade e cooperação em situações trágicas.....	69
Gráfico 4 - Principais fontes de informações dos colaboradores da APAEB.....	70
Gráfico 5 - Percepção de proximidade em convivência comunitária.....	71
Gráfico 6 - Nível de felicidade pessoal entre os colaboradores da APAEB.....	72
Gráfico 7 - Percepção de auto impacto dos indivíduos em suas comunidades.....	73
Gráfico 8 - Comparativo de produtividade entre a Faustino V e a Paraibana.....	80
Gráfico 9 - Alterações no preço do sisal durante a década de 2000.....	82
Gráfico 10 - Probabilidade de punição e/ou crítica à não cooperação dos indivíduos em ações coletivas.....	93
Gráfico 11 - Principais fontes de informações dos ex-colaboradores da COOPFRUT.....	94
Gráfico 12 - Principais fontes de informações sobre as obras governamentais.....	95

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Fachada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri.....	54
Fotografia 2 - Igreja Matriz de Igarapé-Miri.....	54
Fotografia 3 - Atual estrutura física da Fábrica de Tapetes e Carpetes.....	60
Fotografia 4 - Fachada da Casa Brasil.....	62
Fotografia 5- Laboratório de Informática da Casa Brasil.....	62
Fotografia 6 - Área do estoque da Fábrica de Tapetes e Carpetes.....	63
Fotografia 7 - Campo de sisal na divisa dos municípios Santa Luz e Valente.....	74
Fotografia 8 - Trabalhadores desfibrando sisal no motor Paraibana.....	75
Fotografia 9 - Sisal após o processo de desfibramento.....	77
Fotografia 10 - Processo de secagem da fibra.....	77
Fotografia 11 - Jumento equipado com cangalhas.....	80
Fotografia 12 - Descarga de açaí no porto de Igarapé-Miri.....	99
Fotografia 13 - Açaí exposto à comercialização na feira de Igarapé-Miri.....	99
Fotografia 14 - Peconheiro em atividade.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais produtos agropecuários cultivados no município de Valente-BA.....	47
Quadro 2 - Principais produtos agrícolas cultivados no município de Ig. Miri – PA...	52
Quadro 3 - Mão-de-obra necessária ao tratamento da fibra de sisal.....	78
Quadro 4 - Demonstração de aportes financeiros da COOPFRUT junto ao Governo.	85
Quadro 5 - Dados comparativos entre a APAEB x COOPFRUT.....	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ANÁLISE TEÓRICA DA EVOLUÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS CONCEITOS: PEQUENA PRODUÇÃO, CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR	20
2.1 PEQUENA PRODUÇÃO: APLICABILIDADE E UTILIDADE DO TERMO.....	20
2.2 O CAMPESINATO E SUA ESTRUTURA DE MERCADO.....	21
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO ATUAL CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NACIONAL.....	22
3 ELEMENTOS PROMOTORES DE OPORTUNIDADES E DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL	26
3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONCEPÇÃO TEÓRICA.....	26
3.2 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO: CONCEITOS E APLICAÇÕES PRÁTICAS.....	30
3.3 O CAPITAL SOCIAL ENQUANTO ELEMENTO BASILAR NA ARTICULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	32
3.4 CONCEITO E RELEVÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
4 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL/REGIONAL DE VALENTE (BA) E DE IGARAPÉ-MIRI (PA)	42
4.1 O MUNICÍPIO DE VALENTE (BA): ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS GERAIS.....	42
4.1.1 Organização territorial e população valentense.....	46
4.1.2 A Economia e distribuição de renda valentense.....	47
4.1.3 Movimentos Sociais e Culturais em Valente.....	48
4.2 O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS GERAIS.....	49
4.2.1 Organização territorial e a população de Igarapé-Miri.....	51
4.2.2 A distribuição da renda municipal e economia miriense.....	52
4.2.3 Movimentos Sociais e Culturais de Igarapé-Miri.....	53
5. ANÁLISE EMPÍRICA	55
6 AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS COMERCIAIS DO SISAL E DO AÇAÍ E INSTITUCIONAIS DA APAEB E DA COOPFRUT	57
6.1 A APAEB: O INÍCIO.....	57
6.1.1 Como atua?.....	59
6.1.2 Como está estruturada?.....	60
6.1.3 Estrutura organizacional e recursos humanos.....	61
6.1.4 Como supera as crises?.....	63

6.1.5 A gestão.....	66
6.1.6 Identificando os pontos desfavoráveis e as questões limitantes da APAEB.....	67
6.1.7 O Capital Social da APAEB.....	67
6.1.8 O Sisal: Informações gerais.....	73
6.1.9 Processo produtivo do sisal.....	76
6.1.10 Os processos tecnológicos do mercado sisaleiro.....	79
6.1.11 Aspectos econômicos do sisal.....	81
6.1.12 Utilidade da fibra e subprodutos do sisal.....	82
6.1.13 Políticas de apoio à APAEB.....	83
6.1.14 O cenário atual do mercado sisaleiro.....	84
6.2 A COOPFRUT: DO APOGEU AO FRACASSO.....	85
6.2.1 O começo.....	85
6.2.2 A gestão.....	86
6.2.3 A Fábrica de Polpa de Frutas e as oportunidades.....	89
6.2.4 Os obstáculos e questões limitantes.....	90
6.2.5 A decadência.....	91
6.2.6 A lição que fica.....	92
6.3 A COOPFRUT E O CAPITAL SOCIAL.....	92
6.4 O AÇAÍ: HISTÓRICO.....	97
6.5 O PROCESSO PRODUTIVO DO AÇAÍ.....	100
6.6 POLÍTICAS DE APOIO A COOPFRUT E O ATUAL ESTADO DO MERCADO.....	101
6.7 APAEB X COOPFRUT.....	102
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS.....	115

1 INTRODUÇÃO

A partir do embasamento teórico sobre a trajetória de movimentos sociais de base como o associativismo e o cooperativismo, do estudo dos elementos promotores de desenvolvimento local/regional, o presente trabalho analisa comparativamente as trajetórias da Associação do Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), no Estado da Bahia, e a Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri (COOPFRUT), no Estado do Pará.

A Bahia, em virtude do clima favorável, é o maior Estado produtor de Agave Sisalana (Sisal) do país, tendo em Valente-Ba, no Nordeste do Estado, a “Capital Mundial do Sisal”, apesar de ser Santa Luz a maior produtora da Bahia e da região sisaleira. O Pará é um dos maiores produtores de açaí do mundo, fato que atribui ao Município de Igarapé-Miri, localizado no Território do Baixo Tocantins, o título de “Capital Mundial do Açaí”.

Segundo Araújo (2000), um país com a dimensão territorial e as peculiaridades (e por conseqüência, as demandas) como o Brasil, faz-se necessário que haja estratégias de desenvolvimento regional voltadas à exploração das potencialidades de cada região, onde a aplicabilidade de políticas públicas adequadas atua como um dos pilares de sustentação do desenvolvimento socioeconômico regional. Entretanto, conforme Brandão (2007), tais estratégias não devem ser demasiadamente imersas num contexto localista, de modo que venham a segregar o desenvolvimento local do contexto nacional/global.

Seguindo por este caminho, a APAEB e a COOPFRUT utilizaram elementos abundantes nas regiões onde estão inseridas para, através dos movimentos associativismo e cooperativismo, ultrapassarem o horizonte do crescimento econômico e buscar alcançar um razoável nível de desenvolvimento socioeconômico às regiões onde estão implantadas, via organização de pequenos produtores rurais.

Neste sentido, a exploração de elementos abundantes em cada região, sejam eles autóctones (como o açaí), sejam bem adaptados (como o sisal), quando fomentada por bons planejamentos e adequadamente assistidas por políticas públicas, por uma gestão interna, e assistência técnica adaptada, impactarão na geração de emprego e renda à população local, e conseqüentemente, estarão contribuindo com a redução dos impactos sociais gerados pelo movimento de êxodo rural.

Assim, para validar o debate teórico que fomenta o desenvolvimento econômico e social discutido no presente trabalho, via produção da agricultura familiar e produtos

abundantes nos estados da Bahia e do Pará, alguns elementos se mostraram de fundamental relevância à “vida útil” dos objetos de pesquisa aqui tratados, sobretudo a gestão e o clima organizacional, bem como o nível de capital social existente na APAEB e na COOPFRUT.

Como as questões que estão em pauta tratam do desenvolvimento através da produção de elementos naturais, a sustentabilidade nesses modos de produção, por meio do manejo adequado, do cuidado com o solo e com a água, bem como todos os demais recursos não renováveis, é interpretada como um outro pilar na sustentação do processo de desenvolvimento. No caso do sisal, o solo dispensa quaisquer tipos de fertilização química, e sua cultura é praticamente isenta de pragas naturais, demandando tão somente capina superficial e corte e queima (muito esporadicamente), apesar de se tratar de uma cultura permanente. O caso do açaí, que demanda condições climáticas opostas às do sisal, e por se tratar de uma lavoura temporária, o manejo adequado é imprescindível à sustentabilidade da atividade, uma vez que o açazeiro é também produtor de palmito (outra cultura temporária), sendo, portanto, uma vegetação amplamente explorada.

Para que movimentos sociais como os analisados no presente trabalho sejam exitosos, algumas questões devem ser atendidas adequadamente, como o apoio de políticas públicas, gestão voltada aos interesses do grupo e um nível de capital social razoavelmente elevado, de modo que haja cooperação e confiança mútua direcionando as atividades. É em função dessa conjuntura que alguns movimentos existem e resistem às mais variadas situações críticas, enquanto que outros não permanecem por muito tempo.

A pesquisa, portanto, se propõe a identificar os motivos de êxito de APAEB, mediante as condições adversas quando comparadas às da COOPFRUT e do açaí, bem como identificar as causas que direcionaram a cooperativa rumo ao encerramento de suas atividades. A APAEB, apesar do preço do produto (uma commodity sujeita a variações internacionais de preço), das condições de trabalho, do clima natural e da inicial falta de estrutura, permanece há trinta e um anos gerando emprego, renda e melhorias na qualidade de vida da população local e dos pequenos produtores da Região do Sisal. Diante disso, a pesquisa buscará confirmar ou rejeitar as seguintes hipóteses:

HIPÓTESE GERAL – O ambiente institucional e o nível de Capital Social influenciam no sucesso ou no fracasso dos movimentos associativos.

HIPÓTESES ESPECÍFICAS:

- a) Existem entraves internos às organizações que inviabilizam a sua expansão no mercado.

- b) Existem limitações e oportunidades externas percebidas que determinam o sucesso ou o fracasso de uma organização.

A análise teórica, metodológica e os resultados estão distribuídos em sete capítulos, incluindo o capítulo introdutório.

No Capítulo 2, “Análise teórica da evolução e utilização dos conceitos: Pequena Produção, Campesinato e Agricultura Familiar”, buscou-se definir os conceitos e as categorias utilizadas na pesquisa a fim de percebermos como se dá o processo de desenvolvimento local/regional.

No capítulo 3, “Elementos Promotores de Oportunidades e de Desenvolvimento local/regional”, buscaremos entender o que os territórios têm de potencial gerador de desenvolvimento local, bem como os mecanismos que se fazem necessários à concretização dos projetos de desenvolvimento, de modo que todas as regiões participem ativamente do processo, e não somente aquelas tidas como “privilegiadas”.

No Capítulo 4, “Caracterização territorial/regional de Valente (BA) e de Igarapé-Miri (PA)”, caracterizamos sucintamente os municípios, apresentando as especificidades sócio-institucionais da economia, história, sociedade e políticas locais.

No capítulo 5, “Análise Empírica”, expomos os procedimentos metodológicos ora adotados.

No Capítulo 6, “Avaliação dos Aspectos Institucional e comercial da APAEB e da COOPFRUT” descreveremos como a primeira se conecta com a sociedade local e com o mercado, e como funcionava a segunda, apresentando questões importantes como a gestão administrativa e as políticas de apoio de cada uma.

Para finalizarmos, o Capítulo 7, “Considerações Finais”, como o título indica, traz as principais considerações da autora sobre o estudo empírico e apresenta também algumas sugestões político-administrativas às organizações do tipo ora pesquisadas.

2 ANÁLISE TEÓRIA DA EVOLUÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS CONCEITOS: PEQUENA PRODUÇÃO, CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR

“A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original”

Albert Einstein

No debate acerca das atividades desenvolvidas no espaço rural, encontramos inúmeros trabalhos científicos que discutem o campesinato (ABRAMOVAY, 2007; COSTA, 2005; HURTIENNE, 1999), a pequena produção (SCHIMITZ, 2008), e mais recentemente a agricultura familiar (WANDERLEY, 1999; ABRAMOVAY, 1992). Os conceitos são utilizados como sinônimos, e a principal diferença entre eles reside no período histórico em que cada um foi utilizado, levando sempre em consideração o modelo econômico em desenvolvimento em cada momento. Contudo como veremos no decorrer do presente trabalho, essas atividades são de extrema relevância socioeconômica no contexto nacional e mundial, uma vez que são as principais produtoras de alimentos e matérias-primas, geram emprego e renda a um número significativo de famílias, além de ser uma variável populacional relevante. Vamos, portanto, aos conceitos:

2.1 PEQUENA PRODUÇÃO: APLICABILIDADE E UTILIDADE DO TERMO

Para Schimitz (2008), o conceito de pequena produção passou a ser utilizado com a finalidade de substituição ao do campesinato, a partir da década de 1970. Sua origem está fortemente relacionada com a desarticulação de grupos e movimentos em prol de uma identidade camponesa, além de manifestações ocorridas no cenário político. Nesse período, o autor ressalva o fato de que o Brasil trabalhava o modelo de desenvolvimento voltado à Revolução Verde, com relevantes atuações neste sentido por parte do Estado, como a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – (EMBRAPA).

O termo pequena produção nos induz a pensar em algo realmente pequeno, seja em área de extensão, seja na quantidade da produção. Entretanto, como defende Abramovay (1992) e outros estudiosos do assunto, nem sempre a produção dessa categoria é realmente

pequena e irrelevante, estando melhor relacionada com a quantidade de mão-de-obra ocupada na atividade, não sendo este, portanto, o termo mais adequado enquanto categoria analítica.

2.2 O CAMPESINATO E SUA ESTRUTURA DE MERCADO

Costa (2000) identifica o campesinato como categoria composta por trabalhadores que possuem terras. Para Schimitz (2008), é possível a admissão nesta categoria, de trabalhadores destituídos da posse, mas que trabalham a terra para o seu sustento e da sua família, além de comercializarem o excedente, como é o caso dos arrendatários e dos parceiros.

Comungando de semelhante concepção teórica, Hurtienne (1999) e Costa (2006) identificam a agricultura camponesa e agricultura familiar como detentoras de conceitos sinônimos, uma vez que ambos têm na força de trabalho a predominância da mão-de-obra familiar, e que a maior parte da população rural é detentora de estabelecimentos de até 200 ha, preenchendo umas das características da agricultura familiar, segundo critérios da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA).

A abordagem de Abramovay (2007) discrimina o camponês como produtor agrícola voltado à subsistência e a comercialização somente do excedente da produção. Outros como Lamarche (1998, apud REIS, 2008) reconhecem o caráter de subsistência, mas afirmam que não se limita a isso, uma vez que o camponês busca conservar e aumentar seu patrimônio e da sua família. Neste sentido, a idéia de que o camponês permanece a executar seu labor com a terra tão somente para sustentar os seus e porque gosta da atividade que desempenha, onde o acúmulo capitalista não faz parte do contexto do campesinato, aqui é desconstruída.

O maior fundamento do campesinato consiste em atender às necessidades de consumo da unidade familiar e assegurar sua reprodução, e não disputar espaço no mercado com empresas capitalistas. Seu sistema é baseado no labor árduo e permanente, de modo que uma possível aquisição de máquina e/ou equipamento for impactar em ociosidade no trabalho, essa possibilidade de aquisição será descartada pela unidade camponesa (ABRAMOVAY, 2007).

A concepção da corrente marxista quanto à classe camponesa se dá sob um olhar de depressão, declínio e inevitável extinção da classe, uma vez que esta é desprovida de condições que viabilizam a sua competição com produtores de porte maior (interpretação leninista) e a coloca em posição de absoluta desvantagem às empresas agrícolas de médio e grande portes, conforme incisão de Kautsky (apud ABRAMOVAY, 2007).

Bombardi (2002) critica Wanderley (1999), quando esta afirma que no modo de vida camponês prevalece a idéia de conservação e aumento do patrimônio familiar. Bombardi defende a idéia de que na relação campesina há o predomínio daquilo que Thompson (apud CONCEIÇÃO, 2002) chamou de *economia moral*, onde predomina a idéia de co-responsabilidade entre os indivíduos de uma mesma comunidade, apesar de uma significativa parcela do campesinato ter se tecnificado (até mesmo por razões de sobrevivência), graças à concessão de crédito rural pelo Estado. Para Bombardi: “[...] a lógica que lhe preserva a vida não é a lógica da sociedade de mercado”. (BOMBARDI, [2002], apud SCHIMITZ, 2008, p. 9).

Diante do referencial teórico ora abordado, tomaremos como conceito norteador do campesinato os mesmos utilizados por Hurtienne (1999) e Costa (2006), por comungarmos da concepção de que camponeses são indivíduos que laboram a terra em parceria com o núcleo familiar, para a subsistência desse núcleo, ainda que estes não sejam proprietários da terra, mas que a utilizem na condição de parceiros e/ou arrendatários.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO ATUAL CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NACIONAL

O termo agricultura familiar atualmente é considerado como categoria social e de ação política (SCHMITZ, 2008). Em vários locais, a exploração familiar é fundamental ao desenvolvimento da agricultura, na geração de emprego e renda de uma parte considerável da população, bem como da sua integração ao mercado; em outros, porém, permanece estática e voltada à subsistência. Em regras gerais, a real diferença entre os conceitos de agricultura familiar e campesinato reside nas relações destas com o mercado.

Os conceitos acima, em virtude de um novo contexto socioeconômico e político cederem espaço para um novo e mais “amplo”. O conceito de agricultura familiar traz consigo a idéia de uma maior articulação entre a classe e as ações políticas, opondo-se à agricultura

patronal. A introdução e difusão do conceito se deu a partir de 1996, com a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), cuja finalidade é a concessão de crédito para agricultores proprietários de terras, utilizando alguns critérios como o tamanho da área de extensão da propriedade e a atividade fim (SCHIMITZ, 2008).

Durante muito tempo, tanto no âmbito acadêmico como social, a agricultura familiar não foi considerada de relevância ao desenvolvimento socioeconômico rural. Entretanto, conforme estudos de Guanziroli (2001, apud SCHIMITZ 2008, p.13), na região Nordeste do Brasil 82,9% da força de trabalho da agricultura está envolvida no modo familiar da atividade, e em algumas situações é vista também como a “única” solução capaz de satisfazer as demandas. Em outras situações, entretanto, é interpretada como atividade marginalizada e fora do processo de desenvolvimento.

Na história agrária brasileira, a atividade agrícola familiar tem sido de grande relevância, inclusive diretamente inserida em alguns processos de desenvolvimento. Neste sentido: “A agricultura familiar não pode ser um nome. Tem que ser um projeto com a função política de desenvolver a sociedade [...]” (MORAES, [1998], p. 12, apud AMARAL FILHO, 2001). Ratificando o pensamento acima, as atividades agrícolas desenvolvidas no campo e de caráter familiar atuam como potenciais promotoras de emprego e renda, como primordial fornecedora de alimentos e matérias-primas, bem como elementos de redução dos desequilíbrios ocasionados por movimentos de êxodo rural.

Em conformidade com a FAO, a atividade é considerada agricultura familiar quando alguns requisitos são satisfeitos, como: a extensão da área não ultrapasse os 500 hectares, a família é a responsável pela gestão da unidade de produção e a mão-de-obra utilizada nas atividades produtivas deve ser em maior número composta por membros da família.

Enquanto conceito, para Martins (2001), a agricultura familiar é entendida como uma instituição provedora da reprodução da família com raízes fixadas na relação direta com a terra e com a produção e meios de sustento provenientes da agricultura, além de haver uma forte relação que se perpetua entre as gerações de uma família de agricultores, agregando princípios de reciprocidade nas relações, inclusive nas relações econômicas, funcionando como uma “rede de relacionamentos”.

Martins (2001) afirma que a agricultura tradicional brasileira não foi e nem é exclusivamente agrícola, uma vez que no seio das terras exploradas pela agricultura não raro pode-se registrar a existência de pequenas criações, o desenvolvimento de atividades artesanais e até mesmo semi-industriais, além de haver o deslocamento dos membros da

família em períodos sazonais para trabalhar em atividades urbanas como forma de complemento da renda familiar.

Comungando das idéias de Martins (2001), mas inserindo um novo elemento no contexto agrícola familiar, Schimitz (2008), apresenta a idéia de uma maior articulação entre a classe e as ações políticas, sendo oposta à agricultura patronal. Identifica a agricultura familiar como categoria social e de ação política, que foi submetida a mudanças de critérios para a sua definição com base numa pesquisa da FAO/INCRA em 1996, assistida por políticas públicas provenientes de reivindicações feitas pelas organizações dos trabalhadores rurais.

Wanderley (1996) define a agricultura familiar como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo, não sendo, em hipótese alguma, uma atividade alheia ao sistema capitalista, mas sim inserida nele. Interpreta a agricultura familiar como categoria antiga, mas só recentemente ganhou um novo sentido, atribuindo ao agricultor à idéia de produtor moderno com a introdução de políticas que o inclinam a uma produção com perspectivas econômicas. .

Na Região Amazônica, assim como no Sertão Baiano, a agricultura se desenvolve basicamente sob o modelo que caracteriza a agricultura familiar, onde os filhos, esposas e eventuais agregados são os principais ofertantes da mão-de-obra. Não raro são os casos onde a agricultura é praticada em paralelo ao extrativismo vegetal e mineral. (LAMARCHE, 1998, apud REIS, 2008).

Autores como Costa (2000) e Hebette (2002; 2004) não aderiram ao novo conceito, justificando que este não agregou em nada, se comparado com o conceito de camponês. Entretanto, para Hurtienne (1999), a predominância da agricultura familiar, sobretudo no contexto da estrutura agrária do estado do Pará, só vem a ratificar a relevância da categoria à análise do desenvolvimento socioeconômico.

Na concepção marxista, a agricultura familiar enquanto modelo social passivo de progresso técnico no campo é um pensamento inoportuno e descartado. Para Kautsky (apud ABRAMOVAY, 2007), a economia que envolve a agricultura familiar é embasada em noções de inferioridade e atraso (contrariamente ao que ocorre nos países avançados).

Abramovay (2007) ressalta a relevância da atuação do Estado, através de políticas agrárias eficazes que viabilizam estabilidade nos preços da produção proveniente da agricultura familiar (sobretudo dos gêneros alimentícios) de modo a não comprometer a aquisição de outros bens, além de assegurar produção suficiente à satisfação da demanda, investimentos em pesquisas e inovações técnicas voltadas à maximização da produção e qualidade dos produtos, também na garantia do escoamento da produção, via política de

preços mínimos das safras, bem como viabilizar a reprodução social como um todo. Neste sentido, tomaremos como norte o conceito apresentado por Abramovay, uma vez que envolve atores relevantes como o Estado, discute políticas públicas direcionadas ao setor e analisa o contexto social no qual a classe está imersa. Entretanto, voltaremos a discutir a relevância e desafios da agricultura familiar no capítulo 3, quando abordaremos as estratégias de desenvolvimento regional/local.

3 ELEMENTOS PROMOTORES DE OPORTUNIDADES E DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

“A Compreensão transforma mentes, a ação transforma vidas”.

Steven K. Scott

3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONCEPÇÃO TEÓRICA

O termo desenvolvimento regional/local, conforme inferência de Moraes (2003) é recente e veio como resposta das Organizações não Governamentais (ONGs), através de ações para o desenvolvimento das localidades aos impactos negativos da globalização. Sendo assim, pode-se dizer que o objetivo do desenvolvimento regional é a elaboração e execução de estratégias (ora via políticas públicas, ora via ação cívica comunitária) focadas nas potencialidades existentes em cada território¹. Quando essas ações são executadas, firmadas numa parceria Estado \times Sociedade Civil, com existência de capital social, o território vivenciará, dentre outras coisas, melhorias das condições socioeconômicas e na redução da emigração da população local.

O conceito de desenvolvimento é ligado a questões históricas, elementos explicativos, conteúdos e objetivos. Assim sendo, as teorias de desenvolvimento apresentam conceitos interdisciplinares que envolvem perspectivas econômicas, humanas, sociais e ambientais que não eram debatidas há décadas passadas. Diante dessa análise:

[...] o desenvolvimento depende de como a sociedade organiza a produção social, mas também como ela participa da criação de espaços necessários de negociação ente os diferentes atores sociais em prol de uma meta comum, que seria garantir o desenvolvimento socioeconômico territorialmente equilibrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável (PIRES, 2006, p. 448).

¹ São espaços socialmente organizados, detendo ativos e/ou recursos e capacidade para materializar inovações e gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas (tecido empresarial) e a comunidade (tecido cidadão). (PIRES, 2006, p. 442). Neste sentido, o território pode ser uma região, um Estado, e até uma pequena comunidade.

Ratificando esse embasamento, Sachs (2004) diz que sociedades geridas pelo modelo capitalista têm difundido um elevado nível de desequilíbrio e desigualdades, o que vem impactando diretamente na concepção da urgente necessidade de medidas que pensem o desenvolvimento através de construções teóricas mais integradas e de forma interdisciplinar, que entendam o processo de desenvolvimento como ações conjuntas que sejam capazes de satisfazer as demandas sociais da população, que sejam economicamente viáveis e ecologicamente coerentes, e não apenas como sinônimo de crescimento econômico, como foi recorrente ao longo da história (SACHS, 2004).

Para que o crescimento seja concretizado, faz-se necessária a inteiração entre fatores endógenos e exógenos, de modo que a sustentabilidade do processo seja viabilizado. Neste sentido, Santos (2010) afirma:

[...] atualmente, a análise da questão do desenvolvimento tende a buscar uma equalização entre elementos endógenos e exógenos, uma vez que a participação da comunidade regional, através da sociedade civil organizada, tem possibilitado a construção de relações mais coesas e horizontais o que tem garantido uma participação mais forte no enredamento global (SANTOS, 2010, p. 32).

Entretanto alguns autores defendem a importância do enraizamento na comunidade local, como Santos (2002; 2010), por outro lado, Brandão (2007) chama a atenção para as armadilhas do localismo exagerado. Para o autor, tal concepção, transmite a idéia de coesão, de solidariedade e de confiança entre os indivíduos (capital social), além de trabalhar a idéia equivocada de inexistência de conflitos sociais, políticos e econômicos. Aqui a ressalva que tais conflitos são intrínsecos às aglomerações de convivência humana, e que são, de certa forma, saudáveis ao processo.

Autores localistas como Veltz (1996) e Amin e Robins (1994, apud BRANDÃO, 2007) tendem a ignorar a existência de lutas de classes sociais e enfatizam a comunidade cívica. Tal discussão foca nas ações espontâneas e recíprocas entre os componentes da comunidade. Aqui neste cenário, a atuação do Estado seria bastante limitada:

[...] devendo prover externalidades positivas, desobstruir entraves microeconômicos e institucionais, deve regular e, sobretudo, desregular, a fim de garantir o marco jurídico e o sistema normativo, atuando sobre as falhas de mercado (BRANDÃO, 2007, p. 46).

Conforme Brandão (2007), os territórios de concepção localista (de preocupações e cuidados de bases microeconômicas) tendem a transmitir uma idéia de ambiente ameno, com objetivo de atração a novos investimentos. Essa inserção de novos investidores

geralmente vem acompanhada de conflitos fiscais entre os lugares, e a ação política atua nesses cenários subsidiando principalmente os custos de implantação e longos exercícios fiscais de isenção aos grandes empreendimentos, inviabilizando o processo de desenvolvimento local.

Para Araújo (2000), o caminho a ser percorrido para que o desenvolvimento local/regional seja alcançado está intimamente relacionado às políticas que maximizem as potencialidades do território (região, estado, município, localidade), sem se desacoplar do contexto nacional. Ratificando as conclusões Bacelar, Moraes (2003) infere que com a velocidade e dinâmica dos processos econômicos mundiais, via globalização das relações, uma estratégia pontual para viabilizar o desenvolvimento e implantação de políticas públicas foi reconhecer e trabalhar as diversidades regionais com suas peculiaridades, bem como o estímulo a policulturas, viabilizando produção, emprego e renda durante o ano inteiro.

Para Pires (2006), o desenvolvimento territorial (regional, local, estadual), em oposição às conclusões de Brandão (2007), seria o local que detêm as fontes específicas e as vantagens concorrenciais para se elevar o nível de desenvolvimento e obter melhorias para os territórios, mesmo estes sendo passivos de conflitos, em algumas ordens. Nessa análise são evidenciados e potencializados os elementos endógenos, as redes e todas as articulações sociais e econômicas que viabilizam o desenvolvimento local, e onde o localismo está longe de ser um obstáculo às conexões nacional/global.

O modelo de desenvolvimento regional aplicado no Brasil, conforme incisão de Brandão (2007) tende a priorizar as regiões dinâmicas e modernas do país, relegando para momentos posteriores “todo o resto”. No entanto, as demais regiões que insistentemente são relegadas à margem do processo, são providas de grande potencial, e se forem devidamente assistidas tanto por políticas públicas adequadas quanto pelas ações e coesão coletiva, nada deixarão a desejar às regiões mais promissoras do país.

Brandão (2007), tal como Araújo (2000) afirmam que é necessário pensar as regiões como unidades de reprodução social peculiares, bem como realizar a análise da produção de espaços concretos e buscar procedimentos que viabilizem a transformação e os processos produtivos contemporâneos.

Para que o local e o regional cumpram o objetivo do desenvolvimento, é necessário que indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (expectativa de vida, grau de instrução e distribuição da renda) atinjam níveis socialmente justos.

Furtado (2005) caracteriza a matriz do desenvolvimento como sendo baseada no estabelecimento de vínculos entre especialização produtiva e criação de mercado interno (assegurar o consumo), imerso num ambiente mais microeconômico, aliados a diversificação da produção. Neste sentido, o processo de desenvolvimento deve articular de forma coesa, vários segmentos direcionados ao crescimento, dinamização e ampliação dos mercados, o que refletirá em maior demanda por mão-de-obra, dinamização do consumo (e da poupança) e elevação dos níveis de produção, movimentando um círculo virtuoso cujo resultado será o desenvolvimento (FURTADO, 2005).

Entretanto, o processo de desenvolvimento tem uma íntima e dependente relação com fatores geográficos, históricos, sociais e político-institucionais.

Em todos os seus trabalhos cujos debates se voltam ao desenvolvimento, Ignacy Sachs é incisivo ao repetir que para que haja desenvolvimento, o crescimento é um relevante elemento, mas está longe de ser o único, e que enquanto as desigualdades sociais não forem reduzidas de forma impactante, o desenvolvimento não se dará efetivamente. O processo deve ser reconstruído e assistido por políticas públicas, implantadas com a participação de todos os atores, inclusive da sociedade civil, caracterizando a execução e a elaboração de baixo para cima (e não o contrário), considerando as peculiaridades de cada local/região (SACHS, 2004).

Para darmos continuidade à análise teórica, antes de adentrarmos numa outra categoria do desenvolvimento, nos foi possível, através do referencial ora trabalhado, a percepção da forte relação capital social e desenvolvimento regional, uma vez que as relações cívicas tendem a direcionar os projetos destinados a essa finalidade.

Barquero (2000), ao tratar outra categoria do desenvolvimento, o endógeno, comungando com Araújo (2000), percebem como a eficaz capacidade do local/regional liderar o próprio processo de desenvolvimento através da exploração dos recursos disponíveis em sua própria área. Assim sendo, indica a possibilidade de o local/regional trabalharem de forma articulada, explorando o que cada território tem enquanto elementos promotores de desenvolvimento.

Segundo essa perspectiva, se busca condições de viabilidade e fortalecimento do desenvolvimento através de políticas públicas, de estruturas e elementos de “dentro” do território que ofertem melhorias socioeconômicas para o local (ARAÚJO, 2000).

Para Amaral Filho (2001), o desenvolvimento endógeno é caracterizado por um processo de viabilidade do crescimento econômico, com a ampliação da capacidade de agregar valor à produção, em conjunto com a capacidade que a região/local tem de reter o

excedente econômico ali gerado e converter esse resultado na ampliação de empregos, do produto e da renda dos seus habitantes.

Um aspecto que envolve o processo de desenvolvimento e que tem ganhado força nas últimas décadas está relacionado às medidas de cuidados e preservação do meio ambiente, buscando por meio de todos os atores envolvidos no processo menores índices de poluição e degradação do meio natural, onde os elementos não renováveis requerem consumos eficientes e devidamente manejados, bem como redução dos níveis de consumo da população mundial.

Sachs (2004) infere que o desenvolvimento sustentável deve ser focado em esforços de elaboração de estratégias de desenvolvimento que sejam ambientalmente sustentáveis, economicamente sustentadas e socialmente incluídas, que priorizem não somente as necessidades das gerações atuais, mas que assegurem as demandas das gerações futuras.

Como consequência do acúmulo dos gases de efeito estufa ao longo da história, Sachs enxerga como uma relevante alternativa para a amortização da gravidade dos impactos, a utilização múltipla da biomassa, com uma grande possibilidade de se reafirmar a importância do desenvolvimento rural.

Hurtienne (2005) afirma que o desenvolvimento sustentável precisa estar articulado com o desenvolvimento de mecanismos de uso da terra que sejam adaptados ao modo de produzir da agricultura familiar, não perdendo de vista as grandes áreas que já foram submetidas a modificações, nas últimas décadas, bem como assegurar a criação e manutenção de Áreas de Proteção Ambiental - APA para a conservação da floresta original.

A sustentabilidade tem sua origem na ecologia, e os recursos devem ser utilizados de forma que possibilite a colheita de biomassa de forma permanente, sem jamais comprometer o fornecimento natural dos recursos.

3.2 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO: CONCEITOS E APLICAÇÕES PRÁTICAS

As atuais condições de vida da população mundial, fruto de uma histórica herança da hegemonia do modo capitalista, baseado no acúmulo e na reprodução sem limites, tem chamado a atenção da sociedade civil para a urgente necessidade de se organizar, no sentido

de uma participação mais efetiva e democrática no envolvimento e articulação eficientes com questões e atores inseridos no processo de desenvolvimento regional/local (SANTOS, 2010).

Para Coelho (2000), esse envolvimento, bem como as articulações feitas entre a sociedade civil e os demais atores deste processo, têm solucionado problemas das mais variadas ordens: inserção efetiva dos pequenos produtores no mercado capitalista; proteção ambiental, inclusive com uma legislação própria; inclusão social de parcelas da sociedade que se encontravam à margem do processo de desenvolvimento, dentre vários outros benefícios comuns. Entretanto, apesar de relevantes em termos locais, essas mudanças são insuficientes, quando analisado o universo dos problemas socioeconômicos de um país com a dimensão do Brasil.

As associações são instrumentos muitas vezes decisivos no processo de inclusão econômica, político-social e de desenvolvimento regional utilizado pelas classes menos favorecidas. Conforme Coelho (2000), em tempos remotos, a maioria delas estabeleciam algum vínculo com organizações religiosas e étnicas, mas este cenário foi sofrendo modificações ao longo do tempo, em virtude da dinamização das demandas sociais.

Logo no início deste século, as discussões nas quais são debatidos os movimentos associativos se reposicionam, sobretudo nos discursos que as relacionam com o Estado, com as empresas e com as demais entidades que comportam a sociedade civil, instigando uma participação mais efetiva dos cidadãos em organizações que objetivam a solução de problemas cotidianos.

Camargo (2001), assim como Veiga e Rech (2001) conceituam associação sob o âmbito mais burocrático do termo, uma vez que é interpretada como uma pessoa jurídica, cujo pré-requisito é a inscrição do seu estatuto junto aos órgãos competentes, instituída com o objetivo de promover atividades culturais, religiosas e sociais, bem como outras de interesse comum.

Para Putnam (2002, apud SANTOS 2010), faz-se necessário a atuação efetiva das associações, atuando em conjunto com outros elementos, sobretudo as políticas públicas subsidiárias no processo de combate a pobreza em massa que avassala os países em processo de desenvolvimento.

Em situações de associativismo tradicional, que normalmente envolve um elevado número de membros e conseqüentemente de interesses, faz-se necessária a atuação eficiente de uma diretoria que venha a gerir as decisões de modo que beneficie o maior número possível de associados e que transmita confiança ao grupo. Em casos como esse é comum que haja um baixo nível de comprometimento por parte dos associados, diferentemente de

associações de pequenos grupos, onde as decisões são mais democráticas e os interesses dos indivíduos tendem a ser os interesses do grupo, conforme inferência de Oslon (1965).

O SEBRAE conceitua o cooperativismo como uma associação de pessoas, em caráter de autonomia e com o objetivo de satisfazer necessidades comuns das mais variadas ordens, desde econômicas até culturais. Sob a visão desta instituição, no associativismo e cooperativismo estão intrínsecas questões como capital humano², capital social e capital empresarial, onde o segundo componente melhor define o cooperativismo, por caracteriza-se pela “[...] *forma de produção e distribuição de riquezas, baseada em princípios como a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade*” (SEBRAE, 2011). Trata-se, portanto, de um mecanismo de construção de noções socialistas.

3.3 O CAPITAL SOCIAL ENQUANTO ELEMENTO BASILAR NA ARTICULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Para Duston (1999), o capital social é um “elemento de desenvolvimento social” que pode ser construído e introduzido nas comunidades, através da articulação de atores sociais, bem como a elaboração de estratégias participativas, tendo por principais objetivos apresentar alternativas que minimizem os níveis de pobreza e de exclusão política. Essas atitudes, aliadas à redução/eliminação de atos de repressão, e eventuais transformações nas atitudes das elites locais/nacionais, possibilitam a introdução do capital social, induzindo os grupos à confiança e à cooperação recíproca, além da introdução de práticas adequadas a cada contexto.

Para a construção e manutenção do capital social, o fator reciprocidade assume um papel bastante relevante nos movimentos. Esta costuma se apresentar como uma idéia de “dívida de favores e/ou gentilezas” (MAUSS, 1990, apud DURSTON, 1999, p. 105) onde os indivíduos têm despertado em si o sentimento de obrigação para com o outro, pois este outro em momento posterior já o serviu. Aqui neste contexto, o que prevalece são as situações passadas e não o depósito de confiança no outro para atos futuros.

² Conhecimento e desenvolvimento das habilidades, conhecimentos e competências individuais (SEBRAE, 2011);

A introdução do conceito de capital social necessita de um contexto em que estejam presentes algumas características. Nos casos de movimentos sociais de base, a identidade compartilhada por parte dos atores é fundamental ao êxito dessa introdução, uma vez que tende à ampliação da coesão do grupo. Contudo, quando é pensada a construção de capital social numa determinada situação, a memória histórica (DURSTON, 1999) dos membros do grupo irá atuar como elemento norteador do direcionamento dessa construção, onde se fará presente, pelo menos no primeiro momento, o histórico de confiança, cooperação e reciprocidade que até então conduziu suas próprias relações com a comunidade (vizinhos, parentes, classe/categoria), e a tendência inicial será a repercussão das atitudes.

O termo capital social é uma denominação relativamente nova (data dos anos 1990) e mantém forte relação com o fator qualidade nas relações sociais que conduzem ao desenvolvimento (MORAES, 2003). A interpretação do capital social absorve questões como solidariedade, confiança, ajuda mútua, valores e canais de informações, fatores relevantes no processo de desenvolvimento e gestão de projetos que tendem a lograr melhorias e benefícios à coletividade. Neste sentido, quanto mais elevado for o nível de capital social, maiores serão as possibilidades dos projetos apresentarem resultados positivos.

Duston (1999) faz inferência à inserção de outro não menos relevante elemento à manutenção eficiente e eficaz do capital social nas comunidades, que é a capacitação dos envolvidos, sobretudo em questões relacionadas ao poder de decisão. Conforme o autor:

[...] se diseñarán programas de capacitación, con el propósito de crear capital social mediante o fortalecimiento de destrezas sociales de diagnóstico, de comunicación y planificación” (DUSTON, 1999, p. 109).

Sob estas condições, a gestão dos movimentos não ficará centralizada num modelo rígido e dependente das decisões de um agente capaz de conduzir decisões relevantes à coletividade, contexto que proporcionará maior mobilidade e melhor visualização de oportunidades aos gestores.

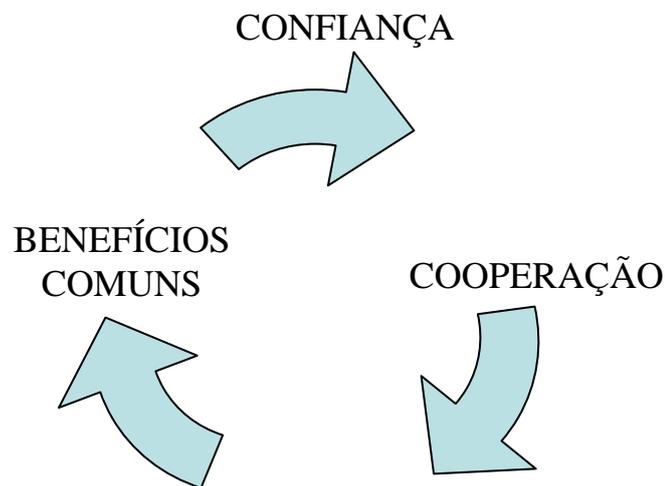
As relações que permeiam a concepção de capital social tendem a ser institucionalizadas, uma vez que se firmam sob práticas cumulativas e imersas num contexto histórico e cultural de normas formais e regras informais, além de costumes inerentes a grupos sociais (CASTILHOS, 2001).

Nas relações sociais, mesmo naquelas onde é possível desfrutar de confiança e cooperação, não é possível assegurar o sucesso absoluto das ações, pois, estas normalmente envolvem um universo de variáveis onde o governo, as oscilações climáticas e a economia

mundial são apenas alguns fatores que podem vir a frustrar o esforço de uma ação coletiva. As possibilidades de um grupo social e politicamente bem articulado em favor de objetivos comuns galgar benefícios são indiscutivelmente maiores do que solicitações individuais. Neste sentido, mesmo com alguns projetos passivos de insucesso, é mais vantajoso ao grupo permanecer unido do que seus membros desertarem (ARAÚJO, 2004).

Diante da base teoria que foi consultada, pode-se interpretar como variável mais relevante da estrutura do capital social, a confiança recíproca nas relações, uma vez que esta assegura a execução de todas as etapas do projeto e descarta as possibilidades de deserção dos membros, possibilitando a construção de um círculo virtuoso nas relações:

Figura 1- Círculo virtuoso de elementos do capital social



Fonte: Santos, (2011).

No circuito acima, as relações cujo grau de confiança nos membros do grupo é alto, refletirá em maior cooperação. Quando os indivíduos confiam e cooperam mutuamente, as possibilidades de acesso aos benefícios serão maiores, e uma vez desfrutando desses recursos, haverá melhorias e desenvolvimento estendido para toda comunidade.

Conforme Durston (1999) a cooperação pode se instalar sob duas condições distintas: na primeira ela se dará através da confiança nos atores e nos componentes sociais nos quais os indivíduos estão inseridos; na segunda e mais comum, o autor infere que a cooperação do indivíduo se dará com o objetivo de lograr benefícios próprios, e não coletivos,

e aqui nesse contexto há relação de interesses e presença de conflitos. Contudo, organizações de pessoas que apresentam níveis reduzidos de confiança existem em todas as sociedades, não se apresentando de forma diferente nas relações predominantes em movimentos sociais de base. A teoria apresentada por este autor interpreta ainda que o exercício da confiança e da cooperação induzem à cooperação recíproca na vida comunitária, e que a desconfiança é uma “norma cultural”, mas que a cultura é fortemente passiva de mudanças.

A teoria apresentada por Durston (1999) discute um “novo” elemento no contexto do capital social, que é a reciprocidade vertical (caracterizada pela existência e atuação das redes). No sentido apresentado pelo autor, a eficiência existente nesse tipo de relação representa uma das bases da cooperação, uma vez que, a título de exemplo, se um grupo de trabalhadores rurais pode confiar no presidente do sindicato ao qual está vinculado, e este, por sua vez, confia nas lideranças e formadores de políticas públicas que atendem as demandas da sua categoria, a cooperação mútua se fará um elemento presente e atuante neste contexto social.

Atualmente no ambiente acadêmico, o capital social é discutido em duas maneiras distintas, mas inter-relacionadas, onde a primeira é mais direcionada aos recursos como informações e apoio que os indivíduos são capazes de adquirir em seus relacionamentos com outros, caracterizando relacionamentos em redes. A segunda está mais atenta a natureza e dimensão do relacionamento dos indivíduos tanto em redes formais de relacionamento, quanto em suas relações informais, envolvendo a inserção desses indivíduos em relações que podem se estender desde a vizinhança até partidos políticos. Neste sentido, o capital social analisa as formas de interação e participação das pessoas em grupos sociais (BANCO MUNDIAL, 2003).

Entretanto, há uma categoria conceitual mais recente denominada capital social de conexão, cujo foco é centrado na fixação e conservação de vínculos com indivíduos que ocupam posições de autoridade, que transita desde posições políticas às privadas e filantrópicas, demarcadas por uma heterogeneidade das mais variadas ordens, conectando indivíduos num contexto mais horizontal, ou seja, de autonomia e poderes diferenciados, sendo de grande relevância ao bem estar dos indivíduos mais pobres das comunidades (BANCO MUNDIAL, 2003). O capital social, portanto, funciona como elemento basilar do êxito da gestão de programas de desenvolvimento, sendo ele estatal, privado ou comunitário, uma vez que os elementos que o caracterizam solidificam as relações rumo ao benefício coletivo.

No capital social, a colaboração dos indivíduos deve ser de ordem voluntária, e nunca imposta ou exigida. A confiança das pessoas umas nas outras, bem como a segurança nas relações são bases de sustentação do capital social, e quanto maior for à utilização conjunta de educação e da terra (ou demais recursos), através do trabalho relativamente qualificado, mais facilmente serão superadas as deficiências do capital social.

Moraes (2003) aponta para a relevância da existência e atuação eficiente e eficaz de um sistema financeiro (apoio estatal, via políticas públicas) que conceda crédito de forma prioritária aos que já são proprietários, mas também aqueles que estão inseridos no processo e apresentam perfil empreendedor, mesmo fornecendo tão somente sua mão-de-obra.

Sob a perspectiva da sociologia, apesar da noção teórica e da sua utilização relativamente recente, o termo não agrega nenhuma ação realmente inovadora, uma vez que a concepção de solidariedade, confiança e ajuda mútua tendem a lograr resultados significativos para a sociedade/comunidade, são debatidos desde tempos primórdios (PORTES, 2000). Nessa perspectiva, a novidade reside de fato na inserção de novos atores nas discussões, como agentes de governo, ONGs e principalmente da sociedade civil, que juntos buscam sintonizar no mesmo ritmo rumo ao desenvolvimento.

Bourdieu (1980 apud PORTES, 2000), interpreta o capital social como algo relativamente institucionalizado, cujo êxito só será possível se os objetivos forem comuns ao(s) grupo(s) e este(s) auferirem um elevado nível de reciprocidade, deixando claro que os resultados adquiridos via organização de indivíduos em grupos, acimenta questões como solidariedade e ajuda mútua, e outras como cooperação voluntária podem ser transmitidas, exercitadas e acumuladas.

A análise bourdieuiana apresenta o ápice de refinamento teórico quando converte as mais variadas formas de capital social em capital econômico, interpretando este como acúmulo do esforço e trabalho humano revertido em acesso a benefícios financeiros (empréstimos e financiamentos) às informações relevantes e a tantas outras questões que implicarão em melhorias e desenvolvimento comum.

Conforme Paiva (2004, p.42), a reprodução social é fruto de um credere (acreditar, crer) que reflete num sentimento de pertencimento que “[...] tende a ser tão mais intenso quanto mais comunitárias forem as atividades e os espaços de interação dos agentes sociais válidos”. Neste sentido, quanto mais homogêneo for o grupo em questões de identidade cultural, maior será a comunhão de idéias e objetivos e maiores serão as possibilidades de êxito.

Atividades associativas de maior qualidade possibilitam ao grupo mais canais de expansão das atividades, como a redução dos custos de transação discutidos por North (1992), ampliação do mercado, maior e mais fácil acesso ao crédito e a terra, bem como a possibilidade concreta de melhoria na renda. Neste sentido, quanto mais elevado o nível de capital social, mais estabilizada será a comunidade ou o grupo.

Em contrapartida, projetos associativos frustrados, seja por qual motivo for, tende a desencorajar posteriores tentativas de organização coletiva. A unidade de produção comunitária é abalada quando a confiança, (uma das bases de sustentação do capital social) dos membros é desestruturada por questões como desvio de conduta, clientelismo, nepotismo e tantas outras questões que comprometem o desenvolvimento coletivo. (KAHWAGE, 2006).

A Igreja exerceu relevante função na difusão de modelos associativos e incentivo às práticas de atividades comunitárias, no fornecimento de assistência técnica, formação política e de lideranças comunitárias, indicando presença de capital social (KAHWAGE, 2006).

A ação e cooperação coletiva, quando realizada de forma organizada e coesa, tende a lograr ao grupo benefícios econômicos, sociais e culturais que irão viabilizar proveitos à vida associativa dos grupos, cujos resultados serão desfrutados inclusive em longo prazo.

Entretanto, Durston (2000 apud KAHWAGE, 2006) e Portes (2000) ressaltam aspectos negativos do capital social. Apesar dos inegáveis benefícios sociais logrados por grupos que auferem um alto nível de capital social, este não deve ser interpretado como algo quixotesco, e os pontos negativos não devem ser desconsiderados, podendo atuar como agente de exclusão e marginalidade e ainda promover conflitos intergrupais; possibilidades de transformar o modelo associativo em criminoso, podendo ter os seus fins desviados para direções indesejáveis. Vale ainda a reflexão levantada por Portes (2000) de que o capital social não é remédio genérico a todos os males sociais. Deve-se considerar a complexidade inerente ao ser humano, seus desejos subjetivos, vulnerabilidade ao oportunismo (fruto da falta de compromisso mútuo), níveis de educação, seus costumes e tradições e que o civismo é algo a ser exercitado e aperfeiçoado diariamente.

Entretanto, diante da base teórica adotada na elaboração desta dissertação, pode-se interpretar o capital social como elemento-chave nos elos que compõem os processos de desenvolvimento, em todas as fases e aplicações do mesmo.

3.4 CONCEITO E RELEVANCIA DAS INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As instituições se originaram das grandes crises, dos conflitos e guerras, com o objetivo de quando não solucionar, reduzir os impactos desses desajustados movimentos sociais (PIRES, 2006). Nas discussões voltadas ao desenvolvimento regional, elas são de imprescindível colaboração ao sucesso (ou ao fracasso) dos projetos através de uma atuação coesa e bem articulada (CONCEIÇÃO, 2002).

Veblen (1987) identifica instituições como à reunião de normas, regras e valores, bem como a evolução dos mesmos. Neste sentido, ele enfatiza o aspecto cognitivo das instituições.

Para North (1992), as instituições são comparadas às regras de um jogo, representando os limites estabelecidos pelo homem, com a finalidade de disciplinar as interações humanas e fazer fluir da melhor maneira possível às relações em sociedade. Entretanto, de uma maneira formal, elas são conceituadas como os limites que o homem impõe com a finalidade de disciplinar suas relações. Dessa forma, é despertado nos indivíduos a idéia de respeito e atitudes coerentes em relação aos demais cidadãos. Nas organizações em geral e não somente nas empresariais, isto se reflete no ambiente institucional, que vai desde as relações individuais até a partilha dos mesmos valores culturais, de trabalho, das normas e de tantas outras questões igualmente compartilhadas pelos indivíduos que as compõem.

North (1992) infere que quanto mais baixos forem os custos de transação³ que incorre uma instituição, mais viável será a existência e permanência de mercados que estimulam o crescimento econômico. Neste sentido, sistemas econômicos que incorrem em elevados custos de transação e de produção tendem a inviabilizar o processo de crescimento econômico e estarão condenadas à extinção das suas atividades. O autor conclui que um mercado eficiente é fruto da sua eficiência institucional, uma vez que possibilitem a execução de contratos a custos mais baixos. Entretanto, para que o sistema responda eficientemente, faz-se necessário que as organizações envolvidas adotem comportamentos flexíveis e que absorvam as oportunidades, se fazendo necessário, portanto, investimentos em capital humano e capital social.

³ São aqueles que são submetidas todas as operações inerentes ao sistema econômico. Neste sentido, independente do ramo de atividade, desde que esta dinamize a economia, inevitavelmente incorrerá em custos de transação (NORTH, 1992).

As informações, conforme North (1990), necessariamente devem ser produzidas e difundidas a fim de que se obtenham resultados institucionais mais eficazes. Salienta ainda que indivíduos bem informados possuem maiores condições de reduzir a corrupção em todas as esferas. Neste sentido, a idéia que Veblen apresenta sobre instituições é a idéia da linha de pensamento comum e generalizada aos homens, enquanto que Commons (1934) entende instituição como a idéia explícita de ação coletiva ou ação de libertação.

Para Hodgson (2000), instituições são sistemas duradouros que se estabelecem e aderem regras sociais que servem de inteiração de ações comuns a sociedade, como sistema de pesos e medidas, modos à mesa, e tantas outras que direcionam a conduta humana. Elas são dependentes de pensamentos e atividades individuais, mas de hipótese alguma se resumem a elas. Neste sentido, como as instituições são fundamentalmente constituídas por pessoas (e idéias), não necessariamente consolidam sistemas duradouros, uma vez que seus elementos estão em constante metamorfose e que mesmo dependendo de outros, o fator humano é o mais relevante e o único possível de absorver ou não as mudanças “sugeridas” pelo sistema.

A visão da economia institucionalista defende a idéia de que quem conduz as relações de qualquer sociedade é a estrutura organizacional (instituições) que esta mantém. Neste sentido, o mercado responsabiliza-se em fazer cumprir as determinações que estas ditam.

Conforme Samuels (1998 apud CONCEIÇÃO, 2002, p.80), a corrente institucionalista levanta várias críticas à corrente neoclássica, que tende a tratar os indivíduos como dependentes e auto-sustentados, mas admite a relevante complementaridade entre ambas, sobretudo ao que se refere ao funcionamento do mercado.

Autores da Nova Economia Institucional (NEI) como Ronald Coase (1992 apud CONCEIÇÃO, 2002, p. 88), Oliver Williamson (2000 apud CONCEIÇÃO, 2002, p. 86) e Douglass North (1990) identificam as instituições como mecanismos cujas ações são de base coletiva, como um dos objetivos “organizar” conflitos e elevar a eficiência das organizações. Diante disso fica-nos evidente a relevância da existência das instituições no “complexo sistema social”, uma vez que são compostas por pessoas e para facilitar as transações econômicas, sociais, políticas e culturais que englobam a sociedade. Neste sentido, ainda que esses grupos não levassem a denominação de instituições, a coletividade que naturalmente se formaria para mediar conflitos e necessidades, na busca por eficiência discutida pelos autores da NEI certamente teria a mesma atuação e relevância que estas exercem na vida em sociedade.

Commons (1987), considerado a mais relevante referência ao antigo institucionalismo, entende como maior contribuição da economia institucional sendo a transmissão da relevância da ação coletiva. É este conceito, portanto, que dará consistência teórica ao presente trabalho. Para ele, a intensidade da cooperação necessária para se lograr eficiência nas ações não irá alterar o resultado dos interesses comuns ao grupo, mas sim do incentivo das instituições, com o suposto objetivo de atribuir ordem ao conflito (CONCEIÇÃO, 2002). Segundo Commons, as instituições consistiam num aglomerado de normas eficientes das ações coletivas, onde “[...] a lei é um caso especial” (COMMONS, 1934, apud CONCEIÇÃO, 2002, p. 128). Neste sentido, o êxito da instituição estará relacionado ao nível de capital social existente na mesma.

O bom desempenho de uma instituição está vinculado a uma série de fatores, mas a confiança e reciprocidade na cooperação são elementos de sustentação das mesmas. Assim sendo, quando não há confiança por parte da sociedade/comunidade no governo ou em outros atores como empresas ou escolas, haverá uma tendência natural à deserção e ao malogro de seus projetos. Ainda a este respeito:

[...] pensar as formas contemporâneas da ação coletiva, que buscam novos compromissos mediante a cooperação e a projeção de novas ordens sociais, não apenas em nível mundial e nacional, mas também, e, sobretudo, aos níveis local e regional. (PIRES, 2006, p. 440)

Para esta Escola, as instituições são orientadas por dois relevantes fatores: ação coletiva e possibilidades contratuais voltadas à redução dos custos de transação.

Para os regulacionistas, as instituições estão intimamente relacionadas com situações de conflito e violência, que para eles, são naturais aos seres humanos. Esta corrente interpreta as instituições como mecanismos de mediação entre antagonismos e conflitos, com possibilidade de elaborar normas e regras que mantenham o mínimo de estabilidade nas relações, e cuja função é a articulação entre as esferas política e econômica, num ambiente permeável por conflitos, além de definirem o Estado como um “produto” proveniente de conflitos gerados da divisão social (CONCEIÇÃO, 2002).

Na interpretação dos evolucionários, instituições compreendem relações de valores, costumes, significados e padrões que são entendidos e compartilhados e que direcionam comportamentos aguardados e aceitos. Esses autores dispensam explicações formais numa base de equilíbrio e otimização, levando-se em consideração que o processo de evolução é dependente e não considera tão somente uma situação de equilíbrio.

Conceição (2002), se valendo das pesquisas de Nelson (1995) identifica instituições como integrantes de um processo dinâmico, contínuo e às vezes incerto, intimamente relacionado a mudanças sociais e tecnológicas.

Diante da construção teórica das várias escolas e autores aqui tratados, fica evidente a convergência destes no fator *comportamento humano* onde as instituições são “elementos formais” constituída por pessoas e para pessoas, que dialogam com o abstrato de regras e normas de conduta e comportamento, tendo no capital social um dos elementos norteadores, e a parte concreta que consiste na execução de tarefas e contratos que focam na redução dos custos de transação e na maximização dos resultados, quando não por todos, certamente pela maioria.

A presente pesquisa apresenta dados empíricos no capítulo 6 referentes a movimentos coletivos (associação e cooperativa), analisando o contexto institucional e organizacional condutor das atividades por eles desenvolvidos, bem como identificar fatores relevantes na permanência da associação e na extinção das atividades da cooperativa ora estudadas.

4 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL/REGIONAL DE VALENTE-BA E DE IGARAPÉ-MIRI – PA

“O desenvolvimento econômico é fundamental para o desenvolvimento social”

Plano de governo de Santos (1992-96)

4.1 O MUNICÍPIO DE VALENTE – BA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS GERAIS.

Em função da amplitude territorial do Estado da Bahia, este foi subdividido em algumas relevantes regiões, como as econômicas, as microrregiões geográficas, as mais modernizadas tecnologicamente, dentre outras. Valente, o município alvo da presente pesquisa, localizado há 320 km da capital do estado, poderia ser submetido à análise sob qualquer uma dessas subdivisões. Porém, vamos limitar tal análise ao contexto da APAEB, uma Associação de marcante expressão de identidade regional, de participação ativa e importante no processo de desenvolvimento regional, por melhorar as condições econômicas dos pequenos agricultores, cuidados de conservação do meio ambiente e por diversificar a cadeia produtiva do sisal.

A Região Sisaleira da Bahia é constituída por 25 municípios, conforme tabela abaixo, localizados no nordeste do Estado, todos no interior, numa área caracterizada por clima semi-árido, composta por municípios cujas populações variam entre menos de 10 mil habitantes (Candeal, São Domingos e Nova Fátima), até municípios com populações superior a 50 mil habitantes (Conceição do Coité, Serrinha, Monte Santo). Nessa região, o principal produto da economia é o sisal, vegetal que pode ser cultivado em solos de diferentes composições e sob regimes pluviométricos os mais diversos possíveis, sendo assim ecologicamente adequado para algumas regiões que buscam soluções para reorganizar sua vida política, econômica e social, em harmonia com a natureza.

Tabela 1 - Municípios e dados socioeconômicos da Região Sisaleira da Bahia

MUNICÍPIO	POP.	POP URBANA/RURAL	PIB PER CAPITA	ÁREA TERRITORIAL	BASE ECONÔMICA	MOVIMENTOS SOCIAIS
ARACI	51.651	38% / 62%	3.157,04	1.556,113	Agricultura, pecuária, avicultura e indústria	Associativismo e Cooperativismo (ass. de agricultores, sindicato dos trab. Rurais), com destaque ao Codes Sisal, APAEB e o MOC – terceira maior ONG do país.
BARROCAS	14.191	40,1% / 59,9%	7.164,00	200,960	Mineração como a mais relevante	Idem Araci
BIRITINGA	14.836	23,7% 76,3%	3.755,10	550,033	Agricultura, pecuária e fruticultura	Idem Araci
CANDEAL	8.895	39,1% 60,9%	2.837,53	445,083	Agropecuária, comércio e indústria.	Idem Araci
CANSANÇÃO	32.908	33,5% 66,5%	3.291,84	1.344,820	Agropecuária, comércio e indústria	Idem Araci
CAPELA DO ALTO ALEGRE	11.527	48,5% 51,5%	3.059,04	649,473	Agropecuária e serviço público	Idem Araci
C. DO COITÉ	62.040	58,5% 41,5%	4.656,59	1.015,984	Agropecuária (destaque ao cultivo do sisal), comércio, indústria bem diversificada e serviço público	Idem Araci
GAVIÃO	4.561	55,7% 44,3%	3.469,68	369,876	Agropecuária e serviço público	Idem Araci
ICHÚ	5.255	78,4% 41,6%	3.174,15	127,668	Agropecuária e serviço público	Idem Araci
ITIÚBA	36.113	26,9% 73,1%	3.501,75	1.722,706	Agropecuária, comércio,	Idem Araci

						indústria e serviço público	
LAMARÃO	9.560	21,8% 78,2%	2.327,15	174,322		Agropecuária e serviço público	Idem Arací
MONTE SANTO	52.338	16,9% 83,1	3.016,54	3.186,872		Agropecuária (destaque ao sisal), comércio, indústria bem diversificada e serviço público	Idem Arací
NORDESTINA	12.371	31,7% 68,3%	2.798,45	461,223		Agropecuária, comércio e serviço público	Idem Arací
NOVA FÁTIMA	7.602	66,8% 33,3%	3.470,80	349,899		Setor de serviços e pecuária	Idem Arací
PÉ DE SERRA	13.752	37,6% 62,4%	3.869,06	616,209		Agricultura, pecuária e exploração mineral	Idem Arací
QUEIMADAS	24.602	50,8% 49,2%	3.314,69	2.024,240		Agropecuária, comércio e serviço público	Idem Arací
QUIJINGUE	27.228	23,4% 76,6%	3.298,23	1.342,984		Agropecuária, comércio e serviço público	Idem Arací
RETIROLÂNDIA	12.055	55,8% 44,2%	4.634,12	181,471		Agropecuária, comércio e serviço público	Idem Arací
RIACHÃO DO JACUIPE	33.172	59,9% 40,1%	3.733,89	1.190,203		Agropecuária, indústria, comércio e serviço público	Idem Arací
SANTA LUZ	33.838	61,5% 38,5%	3.649,15	1.559,714		Agricultura, pecuária, serviços e destaque à exploração mineral	Idem Arací
SÃO DOMINGOS	9.226	64,1% 35,9%		326,940		Agropecuária, comércio e serviço público	Idem Arací

SERRINHA	76.762	61,5% 38,5%	5.324,84	658,925	Agropecuária, indústria, comércio e serviço público	Idem Arací
	21.482	31,2% 68,8%	3.094,46	335,529	Agricultura, pecuária, serviços e destaque à exploração mineral	Idem Arací
	52.418	41,9% 58,1%	3.394,89	2.799,420	Agropecuária, comércio e serviço público	Idem Arací
	24.560	54,9% 45,1%	4.606,34	384,321	Indústria, agropecuária. Destaque mundial à exploração do sisal	Idem Arací

Fonte: IBGE (2011)

Todos os municípios da Região têm a agropecuária como maior impulsora econômica, com exceções para Santa Luz, onde a exploração mineral é bastante praticada há décadas, e Conceição do Coité, que possui um setor industrial bastante aquecido e diversificado (velas, calçados, vestuário, material de limpeza, etc.). Entretanto, no quesito gerador de emprego e renda, as prefeituras aparecem no topo do ranking de todos eles. A metade desses municípios têm a maior parte da população residindo na zona rural e os movimentos sociais de base são comuns a todos.

Por estar inserida numa região semi-árida, a caatinga é predominante, com relevo caracterizado pelo Pediplano Sertanejo, de superfície aplainada e grande presença de relevos residuais, além da escassez de água, fazendo-se necessário um replanejamento da utilização dos recursos hídricos da região.

4.1.1 Organização territorial e população valentense

Valente é um dos 417 municípios que compõem o Estado da Bahia (ver mapa abaixo). Está localizado no nordeste do Estado, no centro do Território do Sisal⁴ com uma área de extensão de 384.321 k², pertencendo a Mesorregião Nordeste Baiano e a Microrregião de Serrinha, tendo como municípios limítrofes Retirolândia, Conceição do Coité, São Domingos e Santa Luz. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011), sua população está estimada em 24.560 habitantes, com densidade demográfica de 63,90 hab./km². Destes, 13.487 residem na zona urbana e 11.073 na zona rural, sendo 12.152 homens e 12.408 mulheres. A população com idade igual e superior a 15 anos de idade soma 20.958 indivíduos e 1.362 são maiores de 60 anos. Originou-se de uma fazenda de gado e se emancipou em 1958. O atual prefeito municipal é representante do Partido dos Democratas (DEM), partido que mantém seus membros se revezando no poder há mais de 15 anos .

Figura 2- Localização do município de Valente.



Fonte: Google Mapas Brasil (2011).

⁴ Área constituída por vinte municípios baianos, com uma área de extensão de 21.256,50 Km². O território é constituído por 64.350 agricultores familiares, além de comunidades de pescadores, quilombolas e também uma comunidade indígena (IDR SISAL, 2011).

4.1.2 Economia e distribuição da renda valentense

A economia de Valente é de base comercial (555 registros de empresas), agropecuária (predomínio da agricultura familiar), com destaque à cultura do sisal, planta que intitidou a cidade como capital mundial da fibra, além do setor industrial e de serviços, e da prefeitura municipal, a principal geradora de empregos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,657 (IBGE, 2010).

Na Região Sisaleira, o município de Valente ocupa o 3º lugar no ranking do cultivo do sisal, ficando atrás somente de Santa Luz e Conceição do Coité. Contudo é uma das mais desenvolvidas de toda a região, fato que se dá em decorrência do nível de organização e do capital social dos produtores, através da APAEB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente, que atua de forma relevante junto aos agricultores, além da capacidade de replanejamento para superar as constantes crises.

Abaixo segue demonstrativo das principais culturas praticadas no município:

Quadro 1 – Principais produtos agropecuários cultivados no município de Valente – BA

CULTURA	ÁREA/ ha	Nº PRODUTORES	PRODUTIVIDADE
SISAL	11.500	1.100	1.380 Kg/ha
MANDIOCA	70	100	10.000 Kg/ha
MILHO/FEIJÃO	574	700	870/720 Kg/ha
CAPRINO/OVINO	466	1000	-
HORTICULTURA	8	40	-

Fonte: EBDA, 2011

Neste sentido, o sisal é a atividade de maior relevância para a região, por se tratar da única cultura permanente, gerando emprego e renda para os agricultores durante o ano inteiro em Valente e em toda a Região Sisaleira. A agropecuária é a principal atividade econômica, ocupando 14.350 indivíduos, seguida da indústria, com 13.279 ocupações (IBGE, 2011). Individualmente o poder público municipal é o principal gerador de emprego e renda.

Em Dezembro de 2011 havia 1.325 funcionários ligados à Prefeitura, enquanto que a Câmara Municipal ocupava 12 postos, mais 09 vereadores.

Apesar de ocupar o 6º lugar no ranking nacional da produção da fibra (apenas 4% da área cultivada é destinada ao vegetal, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), o diferencial do município é a articulação dos pequenos produtores e da atuação da APAEB, de forma destacada após a implantação da Fábrica de Tapetes e Carpetes.

Conforme dados do último Censo (IBGE, 2010), que entrevistou 7.517 domicílios no município de Valente, 2.274 destes têm uma renda de até R\$: 200,00; entre 1 e 5 salários são 560 domicílios; mais de 5 salários representam a renda de apenas 53 domicílios, enquanto que 165 domicílios valentenses não possuem nenhuma renda. Neste sentido, o nível de concentração de renda não se distancia muito dos demais municípios da Região Sisaleira, sendo bastante concentrada, onde a maior parte da população tenta sobreviver com uma renda de até um salário mínimo.

4.1.3 Movimentos sociais e culturais de valente

Os principais movimentos sociais existentes no município são o associativismo e o cooperativismo, com atuação mais relevante da APAEB, Associação dos Agricultores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Codes Sisal e o Movimento de Organização Comunitária (MOC). O Sindicato, cujo presidente é o senhor Claudionor de Aquino, proporciona aos associados benefícios como assistência jurídica e oftalmológica, previdência social, elaboração de projetos, assistência técnica, carta de aptidão (ADAP) e possibilidade de inclusão dos agricultores em projetos como o AMAS⁵. A contribuição mensal por associado é de R\$: 5,00 (Cinco reais), e dos agricultores aposentados a contribuição é de 2% do salário.

Os movimentos culturais de Valente se destacam em várias áreas, como a Semana de Arte, manifestações religiosas, dentre outros, sendo mais relevante na música e nas festas juninas, que atrai milhares de visitantes do entorno e também dos mais variados espaços da Bahia.

⁵ Projeto Agentes Multiplicadores de Ater, desenvolvido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), cujos objetivos basilares são a capacitação de jovens e mulheres agricultores familiares, implantar Núcleos Produtivos em suas propriedades, bem como socializar os conhecimentos, a fim de viabilizar o acesso às políticas públicas de interesse dos agricultores familiares (FASE, 2011, acessado em 03 de Julho de 2011).

4.2 O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS GERAIS

Igarapé-Miri é um dos onze municípios que constituem o território do Baixo Tocantins, conforme tabela abaixo, e um dos 143 do Estado do Pará, fundado em 16 de Outubro de 1843. É um território geralmente marcado por densa exploração florestal (em especial extração madeireira), extrativismo vegetal, pesca basicamente artesanal e agricultura familiar.

Tabela 2- Municípios e dados socioeconômicos da Região do Baixo Tocantins - PA

MUNICÍPIO	POP.	POP URBANA/RURAL	PIB PER CAPITA	ÁREA TERRITORIAL	BASE ECONÔMICA	MOVIMENTOS SOCIAIS
ABAETETUBA	141.100	58,8% / 41,2%	3.263,20	1.610.603	Destaque ao setor terciário (comércio e séricos), além da agropecuária (destaque a produção de mel de abelha) e do comércio.	Associativismo, cooperativismo, sindicatos, sobretudo dos Trabalhadores Rurais e presença de algumas ONGs.
ACARÁ	53.569	23,6% / 76,4%	4.957,06	4.343,786	Principal produtor nacional de mandioca	Idem Abaetetuba
BAIÃO	36.882	50,3% / 49,7%	3.743,89	3.758,282	Liderada pelo setor de serviços, seguido da agropecuária e da indústria	Idem Abaetetuba
BARCARENA	99.859	36,4% / 63,7%	35.512,63	1.310,330	Destaque à indústria, agricultura e avanços relevantes no turismo	Idem Abaetetuba
CAMETÁ	120.896	43,7% / 56,3%	2.807,33	3.081,354	Destaque ao terciário, agropecuária e a indústria	Idem Abaetetuba

IGARAPÉ-MIRI	58.077	45,1% / 54,9%	2.738,33	1.996,835	Agropecuária, extrativismo vegetal (destaque mundial ao cultivo do açaí), silvicultura e pesca p/ subsistência	Idem Abaetetuba, com destaque ao apoio da ONG CAPINA.
LIMOEIRO DO AJURU	25.021	24,8% / 75,2%	3.132,35	1.490,180	Agropecuária, com destaque à criação suína, e ao cultivo de melancia, comércio e serviço público	Idem Abaetetuba
MOCAJUBA	26.731	68,4% / 31,6%	3.166,97	870,806	Agropecuária, com destaque à criação de bovinos e avinocultura e a cultura de banana e pimenta do reino, além do comércio e serviços.	Idem Abaetetuba
MOJU	70.018	35,9% / 64,1%	3.419,34	9.094,107	Agropecuária, com destaque à criação de bovinos e suínos, a cultura de banana, dendê, arroz e mandioca, além do comércio e serviços.	Idem Abaetetuba
OEIRAS DO PARÁ	28.595	40% / 60%	3.344,06	3.852,275	Agropecuária, destacando o cultivo da pimenta do reino, mandioca, milho e melancia, além do comércio e	Idem Abaetetuba

					dos serviços.	
TAILÂNDIA	79.297	74% / 26%	4.839,25	4.430,203	Relevância à agropecuária, com destaque à criação bovina e produção de mel-de-abelha, ao dendê e a soja.	Idem Abaetetuba

Fonte: IBGE, 2011

Dos municípios que compõem o Baixo Tocantins, todos são produtores de açaí, praticam a extração madeireira tanto na forma de lenha quanto em tora, e todos têm no serviço público municipal o principal gerador de emprego e renda. Destes, somente 4 detêm a maior parte da população residindo na zona urbana.

Igarapé-Miri originou-se no século XVII com a instalação de uma fábrica voltada à exploração madeireira, esta quase que totalmente escoada em Belém, capital do Estado. Sua origem está relacionada ao processo de colonização e a mão-de-obra utilizada era típica deste movimento (indígena e escrava) (REIS, 2008).

4.2.1 Organização territorial e a população de Igarapé-Miri

A área territorial é de 1.996,823 km², sendo o 39º maior município paraense, o relevo é caracterizado por formas comuns de tabuleiros, terraços e regiões típicas de várzea.

A atual organização territorial do município é constituída pelos distritos da sede municipal e da Vila Mauiatá, compondo a Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião Cametá, com municípios limítrofes em Abaetetuba, Moju, Cametá e Limoeiro do Ajuru (ver figura 2), com uma população estimada em 58.077. Destes, 26.205 residem na zona urbana e 31.872 na zona rural, e somente 13.502 indivíduos possuem registro de nascimento. Cidadãos mirienses com idade igual ou superior a 15 anos de idade somam 38.431. A densidade demográfica de 29,08 hab/km², IDH de 0,669 e o PIB per capita de R\$: 2.478,55 (IBGE, 2010).

4.2.2 Distribuição da renda municipal e economia miriense

Conforme dados do último Censo (IBGE, 2010), dos 12.001 domicílios entrevistados, 5.064 possui renda de até R\$: 200,00; aqueles cuja renda chega a ½ salário somam 2.018; domicílios com renda entre 1 a 4 salários mínimos são 613, e aqueles com renda superior a 5 salários são apenas 26 domicílios. Contudo, são 959 domicílios que não possuem nenhuma renda.

Neste sentido, os dados acima não fogem à realidade da maioria dos municípios dos Estados do Norte e do Nordeste do país, principalmente, caracterizados por concentração de renda. Em Igarapé-Miri, 67% da população sobrevive com uma renda de até um salário mínimo/mês (IBGE, 2010).

Com o declínio do ciclo da borracha ocorrido ainda no século XX, a economia amazônica passou por vários processos de readaptação e aprimoramento. Neste momento, conforme relatos de Costa (2005), atividades que até então eram economicamente vistas como complementares, como a pesca, caça e a agricultura de subsistência, galgaram nova posição na economia regional.

A economia miriense após o declínio da cana-de-açúcar (monocultura) e da conseqüente comercialização da cachaça, que se deu nos anos 1970 e 1980, foi redirecionada às atividades extrativistas, com destaque ao mercado do açaí, tanto no cenário interno como externo, cultura amplamente desenvolvida através da agricultura familiar, de forma consorciada com outras, a exemplo da banana, da pimenta-do-reino e do cupuaçu (REIS, 2008). Atividades como caça e pesca são basicamente voltadas à subsistência. Além dessas, tem ganhado espaço nos últimos tempos a exploração de cascas, óleos e sementes (extrativismo vegetal), cujos principais mercados são o seguimento de cosméticos e o fármaco. No quadro abaixo está discriminada as principais atividades da agricultura local:

Quadro 2 – Principais produtos agrícolas cultivados no município de Ig. Miri - PA

CULTURA	PRODUTO	PRODUTIVIDADE	ÁREA PLANTADA
PERMANENTE	BANANA	12.000 Kg/ha	-
	COCO-DA-BAIA	12.500 frutos/ha	-
	P. DO REINO	1.500 kg/ha	-

TEMPORÁRIA	CANA-DE-AÇÚCAR	40.000 Kg/ha	10 ha
	FEIJÃO	500	30 ha
	MANDIOCA	18000 t	1.500 ha
EXT. VEGETAL E SILVICULTURA	AÇAÍ	5.800 t	-
	PALMITO	380 t	-
	BURITI	230 t	-
	MADEIRA EM TORA	25.000 m ³	-

FONTE: IBGE, (2011)

O comércio local é constituído por empresas do ramo de confecções e calçados, supermercados e mercearias, prestadoras de serviços e algumas indústrias do ramo de alimentos. A Prefeitura Municipal, na atual gestão Partido dos Trabalhadores (PT), é a maior empregadora de mão-de-obra no município. Em Dezembro de 2011 eram quase três mil empregos diretos, incluindo funcionários da Câmara Municipal e vereadores.

4.2.3 Movimentos sociais e culturais de Igarapé-Miri

Os movimentos sociais mirienses ganham robustez através da atuação das associações e cooperativas, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação de Mulheres, e outras formas atuantes de participação social organizada. Os principais benefícios ao compor um desses movimentos é o despertar para a conscientização e o sentimento de pertencimento e capacidade de sobrevivência através da terra, sendo esta capaz de proporcionar melhorias na qualidade de vida. Os movimentos despertam ainda incentivo à luta por políticas públicas voltadas a terra e à concessão de créditos, além de assegurar o direito dos trabalhadores rurais à aposentadoria.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri (fotografia abaixo) é um movimento bastante organizado e atuante, tendo como Presidente o Sr Raimundo Barreto de Moraes e a Sr^a Raimunda da Costa Almeida como Tesoureira. Entretanto apesar da atuação, possui apenas uma média de oito mil associados (aproximadamente 27% do total de produtores rurais), subdivididos em 61 delegacias, contribuindo mensalmente com o valor de

R\$: 10,00. A renda média de um produtor rural miriense está estimada em dois salários mínimos/mês, conforme dados do Sindicato.

Fotografia 1 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri



Fonte: Santos, (2011)

O destaque da manifestação cultural é a homenagem a Nossa Senhora de Santana, padroeira do município, que se iniciou em 1714, marcada pela construção da primeira igreja da Santa (ver fotografia abaixo), iniciando as festividades com um círio terrestre e finalizando com um círio fluvial.

Fotografia 2 – Igreja Matriz Nossa Senhora de Santana, em Igarapé-Miri (PA)



Fonte: Santos, (2011).

5 ANÁLISE EMPÍRICA

Na busca por uma compreensão mais ampla e teoricamente embasada dos motivos que mantêm a APAEB executando as suas atividades há 31 anos, bem como os que levaram a COOPFRUT ao fracasso dos seus objetivos, procuramos inicialmente entender os conceitos e as categorias que se fizeram pertinentes a análise, em especial da agricultura familiar, do associativismo e cooperativismo, do capital social e do institucionalismo. Neste sentido, delimitamos como objeto de estudo da presente pesquisa a APAEB e sua relevância para a cadeia produtiva do sisal no município de Valente-BA e da COOPFRUT e a verticalização da produção de açaí, no município de Igarapé-Miri – PA.

Para tanto, foram utilizados dados secundários coletados do IBGE, da CONAB, da FAO, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Secretaria Municipal de Agricultura de Igarapé-Miri, Secretaria Municipal do Desenvolvimento de Igarapé-Miri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, além da revisão bibliográfica pertinente aos conceitos/categorias ora abordados, Estatutos, atas de reuniões, relatórios anuais, jornal informativo denominado *Folha do Sisal*, registros fotográficos e pesquisa de campo, uma vez que, conforme Berger (1973), a pesquisa do cotidiano de um determinado grupo social nos proporciona o entendimento da realidade concreta desse grupo.

Durkheim (2002) infere que a observação dos fatos sociais é um mecanismo de grande relevância à ciência, afirmando que a reflexão sobre esses fatos antecede a própria ciência. Neste sentido, a pesquisa de campo ganha razão de ser e fornecerá bases à pesquisa que ultrapassam a exclusividade da visão teórica.

A análise investigativa das estratégias de desenvolvimento local/regional da agricultura familiar dos municípios pesquisados possibilitou o entendimento entre as relações estabelecidas com o conhecimento científico e o saber local, conforme inferência de Lévi-Strauss (1976) em seu trabalho. Ainda neste sentido, “*Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação [...]*” (CARDOSO, 1986, apud REIS, 2008, p.26).

As instituições consultadas se fizeram relevantes por fornecerem dados socioeconômicos, ambientais, culturais e institucionais das localidades pesquisadas.

Na APAEB foram aplicados 144 questionários (46% do quadro efetivo), entre os funcionários da Fábrica de Tapetes e Carpetes, da Batedeira, o Posto de Vendas e da

administração, além de outros 6 (27%) com os ex-funcionários/cooperados da COOPFRUT, número reduzido em função da migração da maioria do grupo que compunha a Cooperativa após o encerramento de suas atividades. Foi utilizado o modelo de questionário elaborado pelo Banco Mundial (Grootaert, C. & Narayanl, 2003) sobre Capital Social, além de algumas adaptações próprias da pesquisadora, que se fizeram pertinentes ao presente trabalho.

Os dados obtidos nessa etapa foram devidamente selecionados, agrupados em categorias específicas, tabulados e expostos no corpo da presente pesquisa, especificamente no Capítulo 6, onde estão expostos o percentual da participação da população em movimentos coletivos, na condição de elementos explicativos elaborados.

Fez-se uso de fontes primárias e secundárias uma vez que este trabalho pretende explorar componentes mais sócio-cognitivas, necessita do complemento de fontes primárias.

6 AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS COMERCIAIS DO SISAL E DO AÇAÍ E INSTITUCIONAIS DA APAEB E DA COOPFRUT

“Ao tomarmos uma decisão a respeito de um propósito, optamos por realizar esforços que vamos levar a termo no futuro”

Anísio Teixeira

6.1. A APAEB: O INÍCIO

A APAEB foi fundada em dois de Julho de 1980 por um grupo de homens e mulheres agricultores, em sua maioria de Valente-Ba, com o objetivo de integrar os pequenos produtores na luta contra a abusiva cobrança de ICM, proporcionar melhorias nas condições econômicas, sociais e políticas, ofertando novas alternativas de produção e comercialização dos produtos agrícolas, além de possibilitar uma melhor convivência do agricultor com o agônico clima semi-árido, e conseqüentemente, a permanência do sertanejo em sua região com condições de sobrevivência mais brandas.

Nos primeiros anos a razão social da APAEB era Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, atuando em seis municípios da região, comungando dos mesmos ideais. Entretanto em 1993 as unidades se desvincularam, cada uma constituído uma unidade jurídica distinta, e tenderam ao fracasso e a perda da finalidade, uma vez que se limitaram em executar o papel de intermediadoras dos recursos ofertados pelos órgãos governamentais. O caso da Associação de Valente foi o único que prosperou e permanece atuando, sempre focada em proporcionar condições de desenvolvimento econômico e social ao agricultor familiar, bem como dinamizar as possibilidades de uma convivência o mais proveitosa possível com as dificuldades do clima semi-árido, principalmente com a seca, que por ser um fenômeno natural, não pode ser combatida. Entretanto, como o nome APAEB já era uma marca conhecida no mercado sisaleiro tanto nacional quanto internacional, ficou decidido à manutenção do uso da sigla. Abaixo segue mapa com a atual área de atuação da APAEB:

6.1.1 Como atua?

A APAEB busca a inserção efetiva da sociedade civil a exercer uma cidadania de forma ativa, participando na elaboração de políticas públicas através dos conselhos municipais, seminários e vários outros eventos de interesse comum e abertos ao público.

Quatro anos depois de seu início, a Associação já possuía uma bateadeira comunitária para beneficiamento e comercialização do sisal, que comprava a matéria-prima dos agricultores a preço superior ao de mercado, o que tornou compulsório às demais bateadeiras da região elevar também os seus preços e, conseqüentemente, a valorização do produto (reguladora de preços). Nesse período, a bateadeira gerava quase 100 empregos diretos e legais (GALVÃO, 2010).

Dezesseis anos depois, a Fábrica de Tapetes e Carpetes inicia suas atividades, fruto de um projeto arrojado, quando analisado o contexto regional, orçado em 10 milhões de dólares. Foi assistida inicialmente por uma ONG belga, a Inter American Foundation, a DISOP⁶, além do apoio nacional do BNB e BNDES, que juntos somaram 40% do total necessário, conforme demonstração abaixo:

Tabela 3 – Demonstração de aportes financeiros da APAEB junto ao governo

FINANCIADOR	ANO LIBERAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR PAGO	JUROS	A PAGAR
BNB	1994	7.369.985,01	11.958.199,69	4.588.214,68	8.256.614,30
BNDES	2001	3.106.693,36	2.210.050,23	1.633.466,18	2.303.604,49

Fonte: APAEB (2010)

Desde a sua fundação, a Associação buscou consolidar suas idéias e seus ideais através dos movimentos sociais de base, reunindo pessoas nos povoados, na zona rural, para elaborar seus temas e levantar os questionamentos fundamentais, como o resgate do homem do campo, a valorização do sisal, além de vários outros temas pertinentes ao semi-árido, sempre priorizando estratégias de elaboração e execução de projetos participativos, o que, segundo Durton (1999) é essencial à manutenção do capital social.

⁶Instituto Belgo-brasileiro de cooperação para o Desenvolvimento Social (Disopbrasil) é uma entidade civil sem fins lucrativos criada em 16/02/2001. Seu objetivo basilar é a troca de experiências com outras entidades afins, prestando serviços de apoio e assessoria técnica às organizações da sociedade (DISPOBRASIL, 2001, acesso em 02 de Agosto de 2011).

6.1.2 Como está estruturada?

Atualmente a APAEB é constituída pelo Posto de Vendas, um supermercado que atende aos funcionários e também todo o público valentense e da circunvizinhança, além de atuar de forma relevante como regulador de preços; a Escola Família Agrícola (EFA), que conforme Galvão (2010) foi a mais relevante atuação da Associação, por trabalhar especificamente o ser humano, e este enquanto jovem. A escola funciona em regime de alternância, onde os filhos dos agricultores passam uma semana tendo aulas do ensino básico e fundamental e aprendizagem de técnicas agrícolas, e na semana seguinte retornam às propriedades dos seus pais para aplicar e repassar o que aprenderam na escola; os Laticínios Dacabra, uma cooperativa de produtores caprinocultores, que produzem e vendem produtos como queijos, doces e iogurtes; o Curtume, que beneficia pelas caprinas, a Casa da Cultura (Casa Brasil), aberta ao público, ofertando gratuitamente cursos, palestras e acesso a internet, além de apresentações teatrais; a lojinha Riquezas do Sertão, que comercializa artigos artesanais produzidos pelo Grupo de Mulheres Artesãs, o Clube Social, que proporciona, num pensamento neo-schumpeteriano, o lazer, a descontração e a inteiração dos funcionários e do cidadão em geral, e a Fábrica de Tapetes e Carpetes, a maior do Brasil neste seguimento, que já gerou pouco mais de 800 empregos diretos, e centenas de ocupações indiretas por toda a região. Atualmente é esta a estrutura física da Fábrica de Tapetes e Carpetes:

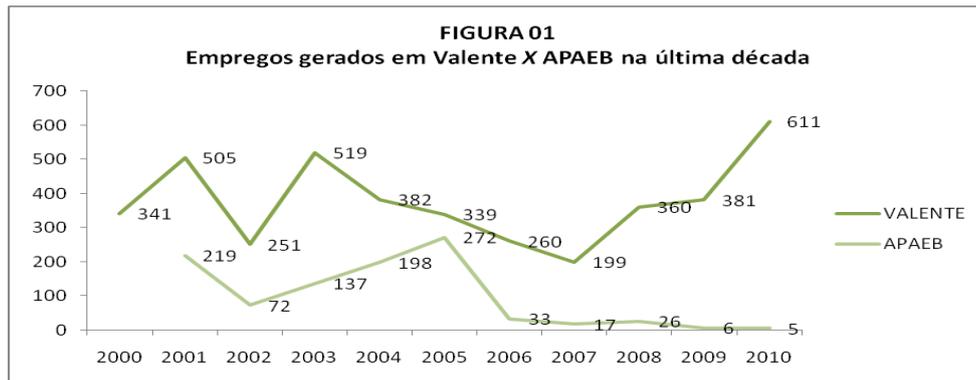
Fotografia 3 – Atual espaço físico da Fábrica de Tapetes e Carpetes da APAEB.



Fonte: APAEB

Em Julho de 2011 a APAEB era responsável pela geração de 315 empregos diretos, tendo sua folha de pagamento estimada em R\$: 293.000,00. Segue abaixo demonstrativo da oferta de empregos no município e na APAEB, a segunda maior geradora de empregos em Valente:

Gráfico 1 - Comparativo entre a geração de empregos APAEB x Município, na década de 2000



Fonte: CAGED e APAEB

6.1.3 Estrutura organizacional e recursos humanos

Os dados apresentados neste item foram levantados através da pesquisa de campo, das entrevistas realizadas com funcionários e da análise documental do Departamento de Recursos Humanos da Associação.

Do atual quadro de funcionários, 22% são mulheres com idade média de 31 anos, 57% delas concluíram o ensino médio e trabalham na Associação há 7 anos, em média. 2% tem rendimentos mensais entre 1 salário mínimo e R\$: 1.000,00; as demais tem vencimentos mensais de 1 salário mínimo. 78% do quadro efetivo é composto por homens, com idade média de 34 anos, 7% deles tem nível superior completo, 23% nível médio completo, e os demais tem o ensino fundamental completo, 24% tem salários entre 1 salário mínimo a R\$: 1.200,00, enquanto que os demais tem remuneração mensal de 1 salário mínimo. Neste sentido, os homens empregados na Associação compõem a maior parte do quadro de funcionários, têm remuneração mais elevada que as mulheres e também galgaram nível de escolaridade mais elevado. O nível de escolaridade se deve a questões culturais, como as mulheres terem constituído família em idade ainda prematura (81% aderiram ao matrimônio

com idade entre 16 e 19 anos) e se doarem à criação dos filhos e à casa, ficando a cargo do esposo buscar melhores condições de vida à família.

Dos funcionários, 88% conseguiram adquirir a casa própria, meio de transporte e outros adquiriram ainda alguns poucos hectares de terra para a produção de subsistência e criar alguns animais de pequeno porte. 93% têm filhos (dois, em média), 32% das famílias recebem algum benefício do governo, como o Bolsa Família ou o Bolsa Escola.

A contribuição da APAEB na construção da trajetória de desenvolvimento da Região Sisaleira pode ser verificada por ser a segunda maior geradora de emprego e renda do município, estimulando o desenvolvimento de outras atividades, e com a abertura de novas atividades comerciais em Valente, como farmácias, lojas de vestuário e calçados, açougues, lojas de materiais para construção, escolas de alfabetização e ensino fundamental, dentre outros, além de possibilitar aos seus funcionários melhorias em sua qualidade de vida. A APAEB é um dos “motores” de desenvolvimento econômico local de Valente, uma vez que, como foi dito, movimentava o comércio local, promove empregos e gera renda, reduz o êxodo rural, além da sua relevante atuação em projetos de desenvolvimento social, através da Fundação APAEB⁷, da Casa Brasil e da Escola Família Agrícola. Segue abaixo fotografia da atual estrutura da Casa Brasil:

Fotografia 4 – Casa Brasil



Fonte: Santos, (2011)

Fotografia 5 – Laboratório de informática



Fonte: Santos, (2011)

⁷Pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, com autonomia administrativa e financeira. É uma entidade prestadora de serviço social e herdeira de um legado de resistência, de oportunidades e de lutas. Foi fundada em 21 de Agosto de 1992, como Fundação Educadora de Desenvolvimento da Região Sisaleira, tendo seus estatutos alterados em Julho de 2007 passou a se chamar Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. Em 2010 a Fundação Desenvolveu nove novos projetos, beneficiando centenas de famílias por toda a Região Sisaleira, além de várias ações e novas parcerias com Universidades e órgãos internacionais (FUNDAÇÃO APAEB, 2011).

6.1.4 Como supera as crises?

Em virtude do baixo valor do sisal e de outros fatores externos (a falta de apoio do governo local é um deles), a APAEB já enfrentou e superou inúmeras crises, das mais variadas ordens. Com a crise financeira que abalou o mundo em finais de 2008 e durante 2009, a Associação perdeu quase todos os seus contratos internacionais, permanecendo a parceria apenas com a Alemanha, os Estados Unidos e o Uruguai. A estratégia adotada foi à mudança de mercado, focando no Brasil, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. Entretanto, foi inevitável a efetivação de algumas demissões, onde a Associação optou por desligar pessoas que tinham mais de um membro familiar empregado. Neste sentido, mais uma vez a APAEB contou com a união, confiança e apoio de todo o grupo (capital social).

As conseqüências da última crise foram danosas e repercutem ainda hoje. Em Julho de 2011 havia 15 mil metros de tapetes em estoque, o que não ocorria no período anterior. A produção declinou de aproximadamente 180 mil metros/mês para 15 mil metros. Dos mais de 800 funcionários da fábrica restaram 220, e durante a pesquisa de campo (Julho de 2011) eram 190 (APAEB, 2011). As fotografias abaixo retratam a atual situação do estoque da Fábrica:

Fotografia 6 – Estoque da Fábrica de Tapetes e Carpetes em Agosto/2011



Fonte: Santos (2011)

Desde então, a APAEB não tem tido condições de honrar todos os seus compromissos nos prazos acordados, incluindo na lista de inadimplência os juros do empréstimo adquirido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (conforme demonstrado na tabela 5), e a folha de pagamento, que é a principal análise negativa que os funcionários fazem atualmente da Associação.

Nas instituições, a atuação das formas de poder se torna mais produtivas quando se dão de modo mais sutil do que coercitivo. No caso em análise da Associação implantada na Bahia, a maioria das decisões relevantes são tomadas de forma democrática, e a sutileza é uma grande aliada da diretoria no sucesso dos seus principais projetos, o que tem corroborado com o desenvolvimento da economia local. Aqui se percebe a dinâmica adotada pela gestão baseada na teoria apresentada por Flignstein (2007), onde há predomínio das habilidades sociais por parte dos tomadores de decisões.

Contudo, o trabalho de campo revelou algumas contradições quanto ao discurso da diretoria. 32% afirmaram que as decisões só são tomadas de forma democrática quando pouco beneficiará os trabalhadores, além de se sentirem coagidos quando demonstram algum tipo de insatisfação. Conforme um dos funcionários entrevistados: *“Fui pedir demissão ao gerente e ele me disse que até me demite, mas vai sujar minha ficha todinha antes [...]”* (Funcionário da Fábrica, 2011).

Douglas North diz que: “[...] as instituições constituem as regras do jogo numa sociedade; mas formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas” (NORTH, 1992, p. 7). Neste sentido, a APAEB tem ditado as regras quando o quesito envolvido é a qualidade da matéria-prima que compõem os seus produtos, uma vez que só adquire fibras e leite caprino da melhor qualidade.

O desempenho socioeconômico apresentado pela Associação ao longo da sua história deve-se à estrutura organizacional, coesa e eficiente, sobretudo atenta as necessidades da população e flexível as dinâmicas do mercado, bem como o capital social, que mantém todos que acreditam no projeto unidos em prol do desempenho socioeconômico local.

Ao longo dos últimos 31 anos, como já foi dito, a Associação baiana enfrentou várias crises. Entretanto, ter a visão necessária para saber mudar as regras do jogo e saber transformar desvantagens em boas oportunidades, tem sido um relevante aliado. Sendo assim, visualizou no semi-árido diversas possibilidades de ofertar oportunidades de geração de renda, provenientes de recursos advindos da própria região (desenvolvimento endógeno), o que tem contribuído de forma relevante com a redução do êxodo rural e a conseqüente permanência do homem no campo.

Como forma de amenizar os impactos da última e mais grave crise que se abateu sobre a APAEB, que segundo Fligstein (2007) são as grandes proponentes de transformações de campos, que resultou na perda significativa dos seus contratos, a estratégia adotada pela Associação foi à mudança de foco do mercado, passando a atuar de forma competitiva e exitosa no Sul e Sudeste do país, cuja renda per capita é das mais elevadas (IBGE, 2010), o que contribuiu com a redução dos impactos proveniente da crise. Entretanto, desde então, a folha de pagamento da Fábrica vem incorrendo em atrasos e pagos de forma “parcial” (recebem parte em espécie e parte em alimentos, nos Postos de Vendas).

Os princípios e idéias matrizes que conduzem o institucionalismo se opõem à noção de equilíbrio, otimalidade e racionalidade substantiva (CONCEIÇÃO, 2002). Sendo assim, a Associação teve como objetivo inicial a correção ou a redução dos desequilíbrios de mercado proporcionado pela ação dos atravessadores, que, como sabemos, investem o mínimo de esforço e auferem lucros muito superiores ao do produtor, que por sua vez, despendem muito mais tempo e energia no processo.

Quando questionados sobre o motivo da APAEB permanecer no mercado, mesmo com todas as crises e adversidades, as respostas foram contundentes: 94% afirmam que se deve à ação coletiva e ao desejo de continuar com o projeto que foi idealizado por seus pais e familiares, além de mantê-los próximos às suas famílias, e 81% acredita que além do objetivo do grupo, é de extrema relevância a governança do Sr Ismael Ferreira, que, conforme inferência de Fligstein (2007) é um ator provido de habilidade social, que produz transformações sociais no campo, mas também busca mate-lo estabilizado. Conforme depoimento de um dos mais antigos funcionários: *“Se não fosse a vontade de Ismael correr atrás de clientes e sempre tá buscando melhorias pra gente e pra região nossa aqui, a APAEB já não existia há muito tempo[...]*” (Funcionário da Batedeira Comunitária, 2011).

Neste sentido, fica evidente a relevância do capital social que permeia as relações na Associação, do sentimento de pertencimento dos indivíduos, e da atuação institucional que dita às relações do grupo que constrói dia após dia a história da lutas e conquistas da APAEB, fazendo valer o seu lema: *“O Sertão tem tudo que se precisa. Se faltar, a gente inventa”*.

6.1.5 A Gestão

A gestão da APAEB é caracterizada pelo modelo apresentado por Fligstein (2007), baseado nos princípios da habilidade social, apresentada sob a visão sociológica. O autor a define como “a habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva” (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Na gestão da APAEB a habilidade social disseminada através da sua diretoria executiva, atua de forma relevante na permanência da Associação, uma vez que os gestores do capital social (DURSTON, 1999) são providos de “ferramentas de motivação” que induzem à cooperação no grupo, tais como a ressalva à possibilidade dos indivíduos poderem permanecer em sua região e próximos às famílias. Aqui neste ponto fica clara a idéia de persuasão dos gestores socialmente hábeis, quando estes comungam com o ponto de vista de outros atores, com o objetivo de fazê-los cooperar em ações coletivas (FLIGSTEIN, 2007).

Ainda baseados nos estudos de Fligstein (2007), o modelo de gestão da Associação, atuando em cenários de incertezas e crises socioeconômicas, até então tem desenvolvido habilidades sociais que possibilitam a manutenção da ordem local e da união do grupo.

Um dos motivos de permanência da APAEB durante décadas se entrelaça com as habilidades dos seus atores sociais em unir indivíduos detentores de interesses e idéias diversas, além de buscar a organização/reorganização de suas preferências. Segundo Fligstein (2007), quando um movimento é composto por um elevado número de pessoas, os outros irão integrá-lo tendenciosamente, fato que aqui neste contexto é ratificado com a evolução do número de associados da APAEB, ao longo do tempo (iniciou as atividades com aproximadamente 100 e atualmente são mais de 7.000).

No contexto socioeconômico e natural da Região Sisaleira da Bahia, a liderança do grupo de pequenos produtores de sisal que originou a Associação visualizou naquela região possibilidades de mudar a situação coletiva da classe, não se limitou à cultura sisalana (apesar desta ser a de maior expressão), mas também despendeu investimentos (financeiro, tempo e organização de produtores de pequeno porte) na organização da cooperativa de produção de origem caprina, adentrando assim num novo campo de atuação e mais uma vez ratificando as habilidades sociais daqueles que Durton (1999) denomina de “gestores do capital social”.

6.1.6 Identificando os aspectos negativos e as questões limitantes da APAEB

Analisando a trajetória da Associação, embasada na pesquisa de campo, desde o seu início até a atualidade, nos foi possível a identificação de alguns aspectos que são desfavoráveis ao seu contexto:

- a) - Há uma concentração de poder por parte da diretoria executiva, que lhe consome tempo e energia que poderiam ser empenhados em outras atividades de fins promissores à Associação, caso houvesse uma melhor distribuição das tarefas administrativas e comerciais. Sob este sentido, Durston (1999) infere que a descentralização administrativa da tomada de decisões, num contexto favorecido pela existência de pessoal capacitado, atua como aspecto favorável aos movimentos organizativos.
- b) - Uma certa “falta de transparência” em algumas ações. A título de exemplo, foi num período crítico em que a Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Baiana (ASCOOB) Itapicurú propôs a conversão em cooperativa, onde os funcionários se tornassem sócios, injetando R\$: 3.500.000,00 e a proposta foi inexplicavelmente desconsiderada pela diretoria;
- c) Falta de planejamento financeiro-orçamentário de longo prazo, que possa inclusive vir a expandir o mercado interno e a atualizar a folha de pagamento.
- d) Nepotismo, onde alguns cargos cuja função é de relevância à Associação, mas não são desempenhados com diligência, e atitudes adequadas de ajustes não são tomadas.

Enquanto questões limitantes, a mais grave conforme relatos da diretoria se deve ao fato de não contar (e nunca ter contado) com vantagens fiscais, uma vez que a Associação é um instrumento de indução de desenvolvimento local/regional.

6.1.7 O capital social da APAEB

O capital social representa as formas de participação/atuação de indivíduos em empreendimentos com ou sem fins lucrativos, mas sempre focados na melhoria e em benefícios que se estendam à maioria do grupo/comunidade envolvidos. Conforme Woolcock (2002), as bases de sustentação do capital social são o companheirismo, boa vontade, confiança e solidariedade.

Neste sentido, serão apresentados os resultados do questionário sobre capital social, de autoria do Banco Mundial e adaptações da pesquisadora, aplicado aos funcionários da APAEB, com o objetivo de identificar o nível de envolvimento, participação e confiança desses indivíduos tanto em suas localidades quanto no ambiente de trabalho.

AÇÃO COLETIVA – O êxito ou fracasso de qualquer ação coletiva será diretamente proporcional ao grau de cooperação dos envolvidos na ação. Na APAEB, dos questionários aplicados, 65% afirmaram não ter trabalhado coletivamente nos últimos doze meses em função de algum tipo de benefício para a comunidade. O principal motivo apontado por eles para justificar tal “omissão” foi à inexistência dessas ações no período analisado. Dos 35% que participaram de alguma ação, 28% ocorreram de forma voluntária e os demais 7% tiveram sua participação solicitada.

Do total de entrevistados, 60% afirmaram que seria relativamente possível de serem criticados pela não participação nas ações comunitárias, enquanto que apenas 10% afirmaram que seria muito improvável de ser alvo de críticas pelos demais.

Dentre os funcionários da Associação, questões sobre solidariedade e cooperação são razoavelmente praticadas por eles em suas comunidades/localidades e em seu ambiente de trabalho, conforme demonstração abaixo:

Gráfico 2.: Percepção sobre solidariedade e cooperação em ações coletivas.



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Julho/2011.

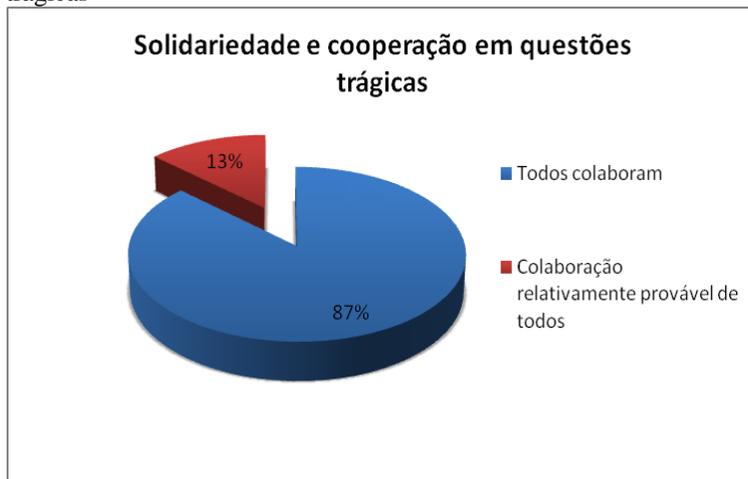
Diante dos dados apresentados pode-se concluir que a maioria dos entrevistados são solícitos e costumam cooperar com movimentos em prol de ações destinadas à melhorias comuns.

Entretanto, quando à questão se volta aos benefícios genéricos, como abastecimento de água ou fornecimento de energia elétrica, por exemplo, 82% disseram ser

muito possível que todos buscassem a solução juntos, enquanto que as demais acreditam que a participação unânime seria relativamente provável.

Quando a questão é focada na solidariedade e cooperação em questões trágicas como uma doença grave ou falecimento de um membro, as respostas foram às seguintes:

Gráfico 3: Percepção de solidariedade e cooperação dos indivíduos em questões trágicas



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Julho/2011.

Ninguém acredita na possibilidade de uma não cooperação por parte de algum dos membros. Assim sendo, quando a situação envolve um sofrimento ou situação de abalo emocional direto, a colaboração se dá de forma solidária e quase que unânime.

Nas ações coletivas, ratificando o pensamento de Putnam (2002), para que numa comunidade haja cooperação, não basta apenas confiança nos demais membros, mas que a reciprocidade desse sentimento deve ser um elemento norteador das relações, onde os outros também se sintam a vontade para confiar em suas ações.

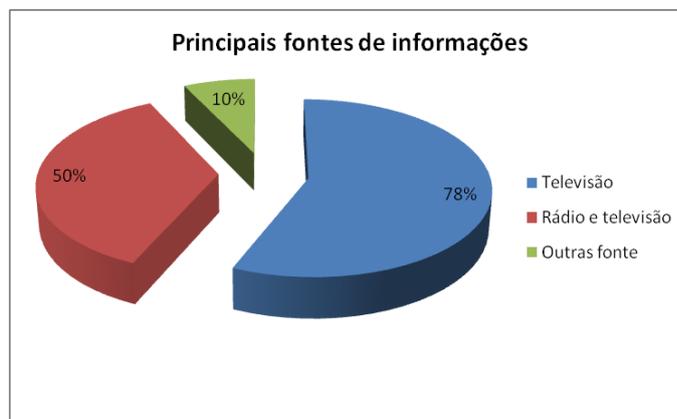
Paiva (2004) infere que a união do grupo em prol de objetivos comuns fornece base de sustentação e amplia as possibilidades de sucesso das ações movidas coletivamente.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – No mundo dinâmico e globalizado em que vivemos, quanto mais rápido termos acesso às informações, maiores serão as chances de êxito nos projetos. Dos entrevistados na APAEB, 60% residem a menos de 15 minutos da agência dos correios (utilizando algum meio de transporte), 37% demandam um pouco mais de tempo, fazendo o trajeto em até 30 minutos, enquanto que apenas 3% demoram até uma hora no percurso até a agência municipal dos correios.

Quanto à informação escrita, apenas 20% costumam ler jornais 4 vezes por mês, em média (o Jornal A Tarde ou o Correio da Bahia – edição dominical), enquanto que os

demais afirmaram nunca ler jornais. Entretanto, 76% disseram ouvir radio todos os dias, 83% assiste televisão diariamente e 92% possuem telefone em casa (100% são telefones móveis) e fazem/recebem chamadas diariamente. Neste sentido, fica clara a ausência do habito de leitura entre os entrevistados, devendo ser considerado a baixa escolaridade e a maioria residir na zona rural, área de pouco interesse de jornalheiros e inexistência de bancas de revistas. Entretanto, todos têm acesso a algum meio de comunicação em massa diariamente. As principais fontes de informações, portanto, dos entrevistados são as seguintes:

Gráfico 4: Principais fontes de informações dos colaboradores da APAEB



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em Julho/2011

Aqueles que disseram ter como fontes de informações outros meios encontram na internet, reuniões comunitárias ou no mercado local as notícias que melhor atendem suas demandas informativas.

Unanimemente, 100% dos questionados afirmam que o acesso à informação melhorou nos últimos cinco anos.

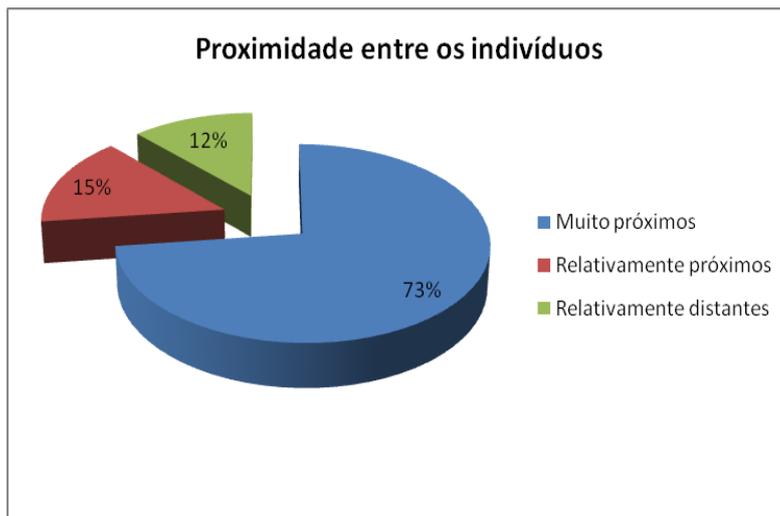
A inteiração e solidariedade são fundamentais no êxito do capital social e em atividades comunitárias. Neste sentido, 83% dos entrevistados afirmaram ter interagido com pessoas de povoados vizinhos e/ou de outros bairros durante inúmeras vezes no ultimo ano, exercitando o convívio e a troca de experiências.

Na pesquisa desenvolvida por Paiva (2004) tomando como objeto de estudo o Rio Grande do Sul, o autor identificou que os níveis de educação foram imprescindíveis para a superação dos principais problemas, como a deficiência do solo e a carência de mercado. Neste sentido, ficou concluído que a utilização conjunta de informações (via processos de educação) e da terra através do trabalho relativamente qualificado possibilitaram a superação das deficiências de capital.

COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL – A coesão e inclusão são imprescindíveis nas ações coletivas. Quanto mais objetivos (e necessidades) em comum tiver a população, maior será a probabilidade de aquisição de benefícios coletivos e de uma comunidade harmoniosa.

Entre os funcionários da APAEB essas questões são bastante significativas, conforme demonstração abaixo:

Gráfico 5: Percepção de proximidade entre os indivíduos em suas comunidades e no emprego.



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Julho/2011.

Dos entrevistados, 90% disseram que convivem com pessoas muito pouco diferentes de si nas questões de política, raça ou origem social, representando relações mais horizontalizadas. 81% afirmam que as diferenças existentes nunca lhes causaram problemas. As diferenças mais apontadas foram de origem político/partidária (77%) e 23% citaram as divergências religiosas como as mais polêmicas. Em 62% das entrevistas, as diferenças citadas nunca tiveram desfechos violentos.

Dos serviços públicos que são disponibilizados, 98% afirmam ter acesso a todos e 2% reclamam do transporte, por ser demorado e desconfortável. Das atividades desenvolvidas nas comunidades, 100% dos indivíduos respondeu ter permissão para participar do que quiser. Neste sentido, fica claro que nas comunidades/localidades/bairros onde residem as pessoas entrevistadas são geralmente bem pacíficas e coesas, com casos bastante isolados de desavenças, que são comuns em convivência em sociedade.

Conforme inferência de Osion (1965), mais morosas e menos cautelosas serão as decisões tomadas por grupos grandes. Em grupos menos numerosos, a coesão entre os

membros tende a ser mais acentuada, uma vez que as decisões individuais podem influenciar fortemente o destino do grupo.

AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA – Nesse quesito, cujo objetivo foi mensurar a capacidade dos indivíduos frente à questões de ordem individual mas que influenciam o coletivo, bem como avaliar as ações políticas na comunidade, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 6: Nível de felicidade pessoal dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em Julho/2011.

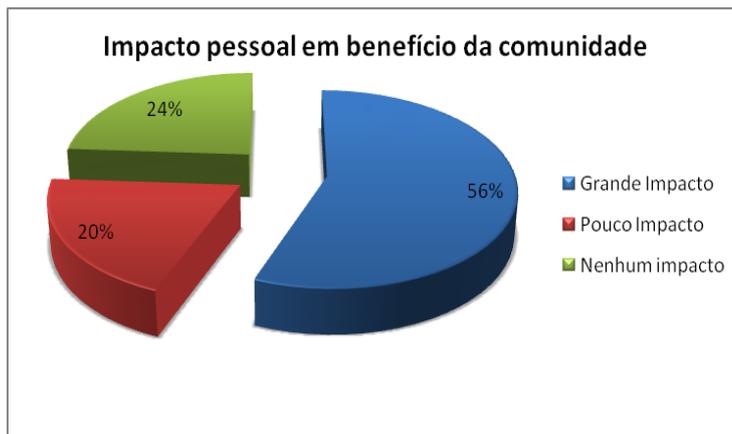
A felicidade foi atribuída a três pontos principais: saúde, proximidade da família e acesso ao trabalho.

Dos entrevistados, 40% disseram ter controle sobre muito poucas decisões, 41% controlam a maioria das decisões e 3% afirmaram controlar todas as decisões, enquanto que 16% controlam apenas algumas decisões. Neste sentido, o controle sobre as próprias decisões é característica da maioria dos funcionários da APAEB.

66% acreditam ser geralmente capazes de mudar a própria vida, enquanto que 3% acreditam ser incapaz de realizar grandes mudanças em suas vidas.

Quando lhes foi questionado sobre o impacto da sua atuação para melhorar a localidade onde vivem, as respostas tiveram uma média positiva, conforme demonstração gráfica:

Gráfico 7: Percepção de auto impacto na melhoria da comunidade e do trabalho.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em Julho/2011.

O acesso aos políticos bem como suas ações, se mostraram bastante fragilizadas. Nos últimos 12 meses 61% afirmaram ter encaminhado coletivamente aos representantes políticos uma média de três petições. Destas, 30% disse que nenhuma teve sucesso, 37% disse que a maioria não teve sucesso, 32% disse que a maioria teve êxito enquanto que apenas 1% afirmou ter todas as solicitações atendidas.

A maioria dos entrevistados (78%) interagiu com outros grupos, como participando em reuniões de conselhos, protestos, campanhas políticas e/ou informativas, nos últimos 12 meses. 98% afirmam não ter acionado a polícia, em hipótese alguma. Neste sentido, os dados mostram que a maioria dos indivíduos que trabalha na APAEB busca participação em atividades voltadas à comunidade e aos possíveis benefícios que as mesmas possam ofertar.

Do total de entrevistados, 100% votaram nas ultimas eleições. Contudo, a maioria justificou sua participação na ultima eleição municipal porque o Diretor Executivo saiu candidato e a esperança de melhorias para o município foi difundida no grupo.

6.1.8 O sisal: informações gerais

O sisal (*Agave Sisalana* – Perrine) é uma planta semixerófila da família da Agavaceae, originária do Yucatán, no México, cujo nome é em função de uma erva nativa, a Zizal Xiu. Caracteriza-se por possuir consistência suculenta, de cor verde, folhas lisas e abundante capacidade de retenção de água das chuvas e orvalho, necessitando de clima quente

e abundancia de luminosidade, além de alta resistência a longos períodos de estiagem. Foi trazida ao Brasil em 1903 pelo industrial baiano Horácio Urpia Jr, que a importou do Estado da Flórida (EUA) e plantou a primeira muda na fazenda Porto do Meio, na cidade de Maragogipe – BA.

Fotografia 7 – Campo de Sisal localizado na divisa dos municípios Santa Luz com Valente



Fonte: Santos, (2011)

Posteriormente, o agrônomo Gustavo Dutra, baiano radicado em São Paulo, obteve do Jardim Botânico de Montepillier na França, mudas de sisal para o Instituto Agrônomo de Campinas. Conforme estudos de Marques (1995), o objetivo inicial de Urpia Jr foi de realizar tão somente um experimento em suas terras. Entretanto, em virtude dos resultados satisfatórios, o sisal passou a ser cultivado com fins agroindustriais.

No sertão baiano a exploração do sisal ocasionou inúmeras mudanças, como melhorias de infra-estrutura, das vias de comunicação e de serviços, a criação e a expansão de atividades industriais, e o mais relevante de todos, a nosso ver, foi a sua contribuição com o desenvolvimento das pequenas cidades da região, principalmente de Valente, onde está situada a sede APAEB, e Santa Luz, a 2ª maior produtora do agave sisalana do Território do Sisal.

Contudo, o caráter comercial da planta passou a ser explorado aqui no Brasil inicialmente nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Dois anos depois chegou à Bahia, em 1939. Segundo Marques (2002, p. 15), a morosidade do processo se deu em virtude de: “somente no governo Landupho Alves, que teve na Secretaria da Agricultura o notável agrônomo Joaquim da Rocha Medeiros, foi que o sisal passou a ser encarado com possibilidades econômicas que deveriam ser estimuladas e aproveitadas”.

O grande sucesso da novidade proporcionada pela planta mexicana foi atribuído ao fato de possibilitar ao nordestino condições de ultrapassar – sem as crises ocasionadas por outras culturas sazonais ali predominantes, como o feijão e a mandioca – longos períodos de estiagem, que caracterizam a região.

Nesse processo de implantação e expansão do sisal na região, o poder público exerceu relevante papel, adotando a medida de distribuição gratuita de cerca de dois milhões de mudas, além da oferta de prêmios, através da Secretaria da Agricultura, para os agricultores que se dedicassem ao cultivo do sisal no Nordeste baiano, conforme relata estudos de Marques (2002).

No entanto, omitiu-se muito mais no processo de adaptação e difusão da nova cultura, uma vez que se ausentou do processo de apoio à experimentação e pesquisa, exigindo que o sertanejo recorresse a sua criatividade e “inventasse” uma máquina rústica e altamente insalubre no processo de desfibramento, denominada “Paraibana”, que gerou uma legião de mutilados por toda a região. Em Valente, conforme o Sindicato dos Agricultores Rurais, passa de 2.000 o número de homens que perderam dedos e parte dos braços no processamento da fibra, atividade de alta periculosidade, conforme observado na fotografia abaixo:

Fotografia 8 – Trabalhadores desfibrando o sisal num motor “Paraibana”



Fonte: Santos, (2011)

O Ministério da Agricultura apresentou um projeto de criação de uma estação experimental em Valente-Ba, mas tal projeto limitou-se ao papel. Outro preocupante

obstáculo enfrentado pelos agricultores quanto à omissão do governo foi a pouca e burocrática concessão de crédito, que limitava o acesso da maioria dos produtores.

Sobre a morosidade do poder público frente à expansão da cultura sisaleira, (HUBSCHMAN apud MARQUES 2002, p. 23) diz que: “[...] entretanto, o mais grave foi à política de preços mínimos que se tornou insuportável para os pequenos sisaleiros, que podiam apenas cobrir seus custos de produção”.

Entretanto, é notável a persistência do nordestino na busca pela sobrevivência e sustento digno da sua gente. Até o final da década de 1940, o Brasil ainda importava a fibra do sisal do México, além da Flórida e dos EUA, e o seu impacto econômico era quase que insignificante. A partir daí, mais precisamente no período pós Segunda Guerra Mundial, as exportações se elevaram ano após ano, levando o país ao topo do ranking mundial na exportação do agave sisalana, fato que se atribui: “[...] às necessidades geradas pelo conflito e, sobretudo, devido ao incremento da agricultura na América do Norte, e nos novos mercados da Europa Oriental e Ocidental” (MARQUES, 2002, p.16).

Atualmente os maiores produtores mundiais do sisal são: Brasil, Tanzânia, Quênia, Uganda, Moçambique, Angola e México. O Brasil é o maior e a Bahia responde por 80% da produção nacional (EMBRAPA, 2012).

6.1.9 Processo produtivo do sisal

O processo produtivo que envolve o sisal, fibra vegetal de alta resistência, é constituído pelo plantio, colheita, desfibramento, beneficiamento, industrialização e comercialização.

O sisal é plantado em solos de clima semi-árido, necessitando de uma medida de três anos para estar em ponto de colheita, quando as folhas atingem o tamanho de 1,10m, pelo menos. Cada muda gera entre quatro e cinco novos pés da planta, que geram uma média de quatro colheitas. A vida útil da planta é de aproximadamente sete anos e finaliza quando nasce uma estaca no centro dela, indicando que deverá ser arrancada pela raiz e plantada uma nova muda no lugar. No topo das estacas nascem sementes que irão germinar e gerar as novas plantas.

Os tratamentos que o solo recebe são a roçagem, a derruba, queima e em alguns casos faz-se necessário a destoca. O solo não demanda nenhum tipo de adubação ou

fertilizantes químicos. A cultura sisalana é pouco acometida por pragas naturais, a exemplo da antracnose, causada pelo fungo *Colletotrichum* (MEDINA, 1954, apud EMBRAPA, 2011). Entretanto, essa praga não é considerada um problema quando analisada do ponto de vista econômico e nem fitossanitário. Outra praga comum à cultura é a podridão vermelha do tronco ou podridão do tronco do sisal (LIMA, 1998, apud EMBRAPA, 2011), que afetou de forma isolada os sisalais do Brasil e age inviabilizando o desfibramento das folhas e mata a planta, causada principalmente pelos fungos *Pythium Aphanidermatum*, *Lasioidiplodia Theobromae* e *Aspergillus Niger* (BOCHK, 1965, apud EMBRAPA, 2011).

O processo produtivo é iniciado com o plantio. Em seguida se dará a etapa de colheita, onde as folhas são cortadas e os espinhos que nascem no topo da folha (somente um em cada folha) também são retirados. Em seguida são transportados até o local onde está o motor, onde se dará o desfibramento, que é a principal etapa do pós-colheita, quando será separada a polpa da fibra, por meio de um processo de raspagem mecânica, através da Paraibana ou da Faustino (motores mecânicos utilizados no desfibramento), criada posteriormente. Esse processo é de baixa produtividade, desfibrando uma média de 200 kg num turno de mais de 8 horas de trabalho diários. Nesse processo, conforme Alves (2005), aproximadamente 30% da fibra é totalmente desperdiçada.

A etapa seguinte consiste na secagem das fibras, que são estendidas em varais ao ar livre e demandam em média 12 horas de exposição ao sol, conforme fotografia abaixo:

Fotografia 9 –Fibra após o desfibramento



Fonte: Santos, (2011)

Fotografia 10- Fibra secando a céu aberto



Fonte: Santos, (2011)

A etapa seguinte será o batimento em máquinas chamadas de batedeiras, caracterizado pela retirada do pó que resiste na fibra após a secagem. As batedeiras normalmente são instaladas em galpões de empresas exportadoras e a mão-de-obra predominante é de origem urbana. Na seqüência ao batimento, a fibra será classificada e embalada em fardos e se destinará à comercialização.

Neste sentido, para um motor de sisal funcionar faz-se necessário, pelo menos, cinco trabalhadores, subdivididos da seguinte forma:

Quadro 3 – Mão-de-obra necessária ao tratamento da fibra de sisal

FUNÇÃO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA
CORTADOR	Colhe as folhas e as empilha na lateral do campo.
BATEDOR	Recolhe as folhas e as conduz até a área onde o motor está funcionando.
CEVADOR	Passa a folha no motor, efetivando a principal etapa do processo, que é o desfibramento.
RESIDEIRO	Fornece as folhas ao cevador e separa os resíduos.
ESTENDEDEIRA	Transporta a fibra do motor até os varais, para que seja realizada a etapa de secagem.

Fonte: Pesquisa de campo, (2011).

Diante do cenário apresentado, a primeira etapa do processo dificilmente será mecanizada, uma vez consideradas as peculiaridades dos campos de sisal. Essa etapa é demandante de grande número de mão-de-obra, com remuneração muito baixa, o que reflete numa precária qualidade de vida.

As funções de batedor e estendedeira são executadas geralmente por mulheres, e em épocas que antecedem ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁸ e ao Bolsa Escola, também eram executadas por crianças, uma vez que os rendimentos dos chefes de famílias são insuficientes ao sustento familiar (ALVES, 2005).

⁸ Conjunto de ações que objetivam a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, com ressalvas à programas de jovens aprendizes, que se inicia a partir dos 14 anos.

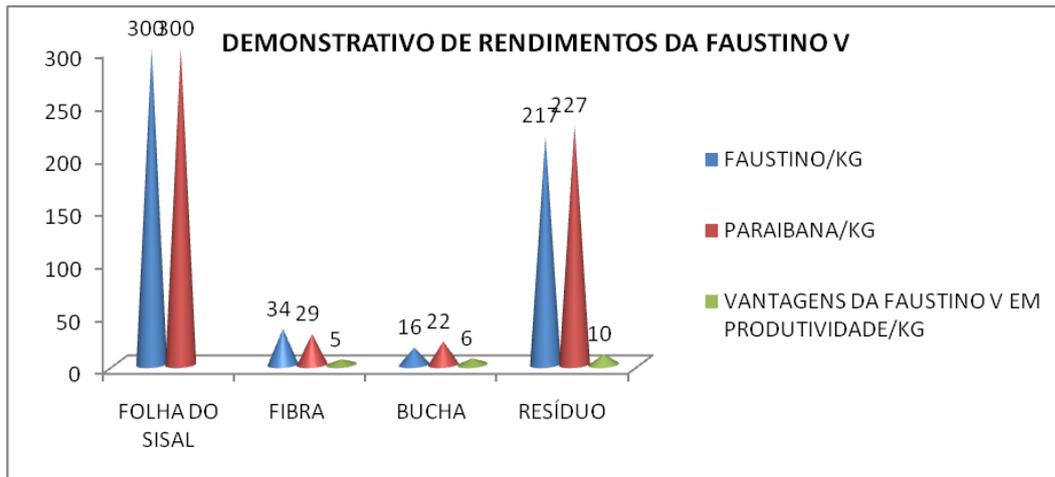
Como a relação de remuneração na cultura sisaleira se dá por produção, os trabalhadores encarregados pelo beneficiamento são melhor remunerados nos momentos em que o preço do quilo da fibra aumenta, uma vez que essa remuneração é proporcional à produtividade, e não pelo salário mínimo estipulado nas leis trabalhistas.

6.1.10 Os processos tecnológicos do mercado sisaleiro

O setor sisaleiro é gerido por uma trajetória de mão dupla: é um setor demandante de abundância de mão-de-obra (de baixa qualificação), mas de baixa produtividade e praticamente desprovido de tecnologia, uma vez que os motores utilizados no processo de desfibramento possuem condições tecnológicas pouco desenvolvidas. A Paraibana, mais antiga e predominante nos campos de sisal da Bahia, é impulsionada por um motor de 3 ou 6 cavalos de potência, processando uma média de 200kg/dia (ALVES, 2005).

A única alternativa à Paraibana no mercado atualmente é uma máquina desenvolvida por um paraibano, o Sr. José Faustino Santos⁹, e ganhou o nome do seu inventor. A Faustino desde que foi criada vem passando por processos de adaptação e melhoramento, e atualmente está na 5ª versão, a Faustino 5. O grande diferencial dela é a eliminação em 100% dos riscos de acidentes e mutilações no processo de desfibramento do sisal. Contudo, a sua aceitação entre os produtores tem gerado polemias, uma vez que os trabalhadores afirmam que ela reduz a produtividade, variando entre 750 a 800 Kg de fibra úmida/semana e, conseqüentemente, reduz a renda do trabalhador, que já é muito baixa. (ALVES, 2005). Segue abaixo comparativo de rendimento dos dois motores:

⁹ Agricultor e mecânico, um homem de origens simples que estudou até a 7ª série do ensino fundamental. Natural de Nova Floresta, Paraíba, é o inventor da máquina de desfibrar o sisal que substitui a perigosa Paraibana (ANDRADE, 2002, P. 32).

Gráfico 8 – Comparativo de produtividade entre a Faustino V x Paraibana

Fonte: Fapesb, (2011)

Até os dias atuais, a forma mais utilizada de se transportar as folhas de sisal do campo até o motor, e deste até o transporte que fará o frete para a cidade, é o jumento, conforme fotografia abaixo, que transporta com o auxílio de cangalhas¹⁰ em média 200 folhas por vez, ou seja, até 130 kg. Igualmente as funções de batedor e estendeira, antes do Bolsa Escola e do PETI, as crianças é que eram as principais encarregadas dessa etapa, com o auxílio das mulheres. Atualmente é um afazer designado às mulheres que trabalham nos campos.

Fotografia 11 – Jumento equipado com cangalhas – principal meio de transporte do sisal no campo

Fonte: Santos, (2011)

¹⁰ Trata-se de um artefato feito com madeira ou com ferro. Geralmente acolchoado, para não machucar os animais que a transporta (mulas, cavalos, jumentos e outras bestas) para pendurar carga. (GALVÃO, 2010).

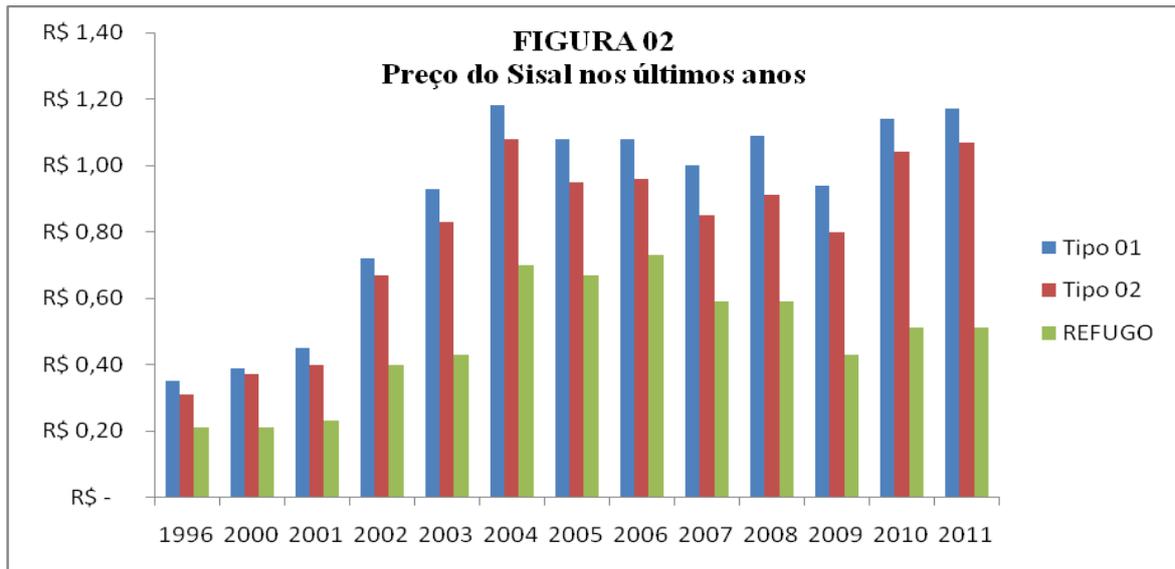
6.1.11 aspectos econômicos do sisal

O sisal ocupa a décima posição no ranking de exportações do Brasil, sendo o Estado da Bahia o maior produtor da fibra em território nacional (EBDA, 2010). Mas nem só de apogeu é escrita a história do sisal no Nordeste da Bahia. Entre os anos de 1952 a 1964, a comercialização do sisal foi beneficiada com a elevação do seu preço no mercado internacional, em virtude da Guerra da Coréia e de fatos políticos que eclodiram no continente africano. Porém, em 1965 se deu a primeira relevante crise do mercado sisaleiro, ocasionada, sobretudo, pela introdução de produtos substitutos produzidos com fibras sintéticas. Inicia-se aí a queda vertiginosa no preço do sisal, indo de U\$: 288,00 para U\$: 118,00/tonelada, num curto período (1968/70), principal motivo da erradicação de vários campos dessa cultura. (MARQUES, 2002).

O desenvolvimento industrial da produção do sisal na Bahia se dá a partir de 1970, quando indústrias se espalharam pela região, como a BAHIANA SISAL, a pioneira no ramo, sediada em Salvador e especializada na produção de cordoarias. Logo após surgiram a Stella Azurra, a Companhia de Sisal do Brasil (COSIBRA), a Fibras do Brasil S.A (FIBRASA), a Sisalana, a Valcofibras, esta no interior do Estado, na cidade de São Domingos, até chegar ao mercado a Companhia de Celulose da Bahia (CCB), com instalações em Santa Luz e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Entretanto, nos dias atuais, em virtude das impactantes oscilações no mercado, nenhuma destas empresas permanece atuando (ANDRADE, 2002).

Conforme dados da lavoura permanente do Censo (IBGE, 2009), em Valente foram produzidas 16.560 toneladas de sisal, numa área plantada e colhida de 12.000 ha, produção estimada em R\$: 14.076,00. Nesse cenário quem menos ganha é o trabalhador rural, chegando a R\$: 400,00/mês quando a produtividade está boa. O dono do motor ganha um pouco mais que o trabalhador, enquanto que a maior parte da renda com a produção sisaleira se concentra nas mãos dos donos de bateadeiras e grandes industriais do ramo.

Em Julho de 2011 o kg da fibra de primeira estava sendo negociado a R\$: 1,17. A APAEB compra o sisal acrescentando R\$: 0,05 (cinco centavos) a cada quilo. Segue abaixo demonstrativo da evolução do preço comercializado nos últimos anos:

Gráfico 9 – Alterações no preço do sisal na última década.

Fonte: APAEB, (2011)

6.1.12 Utilidade da fibra e subprodutos do sisal

A partir do experimento de Horácio Urpia Jr, o sisal foi sendo difundido no interior do Estado, cuja utilidade era basicamente como cercas vivas nas dependências das roças do sertão baiano, e era apreciada como planta ornamental (MARQUES, 2002).

Andrade (2002) mostra em seus estudos que o sisal já era utilizado pelos indígenas na fabricação de utensílios de uso doméstico e também na produção de bebidas alcoólicas, como a tequila.

A fibra do sisal é biodegradável e altamente resistente. Tem apresentado expansão à sua utilização nos mais variados seguimentos, como na construção civil (formulação com argamassa), automobilística, no seguimento de peças (revestimentos internos da cabina como teto e portas, no apoio de cabeça, no pára-sol externo, no pára-choque, dentre outros) conforme Marossi (1994, apud ANDRADE, 2002, p. 176) em substituição à fibra de vidro, inferindo leveza, resistência economia, além de ser ecológico; na produção de cordoarias utilizadas para os mais variados fins, até mesmo seguimento naval para atracamento de navios e confecção de cascos e peças para a indústria náutica; no enfardamento de forragens de estofados; na indústria da celulose, em especial na produção do papel estilo Kraft, de grande resistência, além de outros papeis mais finos, como os utilizados na fabricação de fraldas

descartáveis e papel dielétrico; tapetes e carpetes decorativos; na indústria farmacêutica, por sua composição de substâncias altamente expectorantes e hemostática, na produção de biofertilizantes, ração animal, adubo orgânico e sacarias (SERTAONET.COM, 2010).

Conforme a EMBRAPA (2011), ainda é baixa a reutilização dos resíduos do desfibramento na recomposição da fertilidade dos campos de sisal, que são inicialmente utilizados na própria cultura sisaleira e posteriormente se espalham por toda a área.

A principal concorrente das fibras naturais são as sintéticas, constituídas à base de polipropileno, polietileno e náilon. Entretanto, a utilização das fibras naturais (lignocelulósicas) se mostra mais vantajosa sob vários aspectos, por serem provenientes de fontes renováveis, por se tratar de um material biodegradável, não tóxico e proporcionar menores impactos ao meio ambiente, além de ser um produto de baixo custo (EMBRAPA, 2011).

O diferencial da fibra do sisal sobre as demais fibras foliares se deve à sua qualidade, uma vez que possui maior elasticidade.

A fibra constitui em média 4% da folha do sisal e os demais 96% representam os resíduos, como a mucilagem, buchas e suco. Apesar da ampla possibilidade de utilização, eles são pouco aproveitados. A mucilagem pode ser consumida por rebanhos bovinos e caprinos na condição de suplemento alimentar, a bucha pode ser aproveitada para a produção de cordas de segunda categoria e de mantas usadas na proteção de encostas na agricultura; como adubo orgânico e ainda como insumo na produção de energia. As pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED), com o briquete (bucha) concluíram que 30 Kg do subproduto são suficientes ao fornecimento de energia limpa da biomassa numa residência cujo consumo mensal seja até 100 kW/mês de eletricidade (CEPED, 2011).

Ainda conforme o CEPED, a produção anual de sisal no estado da Bahia é de 106 mil toneladas e a conseqüente produção de subprodutos é em média 420 mil toneladas/ano.

6.1.13 Políticas de apoio à APAEB

A APAEB não conta com apoio governamental. Em sua trajetória de três décadas, apenas entre os anos de 2008 a 2010 é que a Associação contou com o apoio pontual do Governo do Estado, na gestão do PT, no total de R\$: 5,2 milhões, o que foi insuficiente quando comparado com outras empresas de bases exógenas, implantadas na Região Sisaleira,

a exemplo da Via Uno em Valente, com isenção fiscal de 20 anos, além de outras em Conceição do Coité, Retirolândia e Riachão do Jacuipe, que os aportes chegaram a R\$: 50 milhões na infra-estrutura da construção, além da supracitada renúncia fiscal.

Conforme relato do Diretor Executivo, o Sr Ismael Ferreira, os benefícios que a APAEB goza são iguais às demais do seguimento, com isenção sobre os impostos que incidem às exportações.

6.1.14 O cenário atual do mercado sisaleiro

O atual cenário do mercado sisaleiro está sendo configurado pelo momentâneo contexto cambial, uma vez que seu mercado consumidor externo é a Europa e os Estados Unidos no quesito produtos acabados, e a China no quesito matéria-prima.

Em meados da década passada o cenário era outro, com a mensuração de resultados significativamente mais rentáveis, uma vez que a moeda americana estava cotada em R\$: 3,50, aproximadamente. Durante o período da presente pesquisa, no início de Agosto de 2011, com o dólar sendo negociado a R\$: 1,60 o impacto inferiu reflexos diretos, acarretando na redução de mais de 50% na receita bruta da APAEB.

Alguns produtos, a exemplo da fibra do sisal conseguiram auferir reajustes que cobriram essa perda, passando de U\$: 400,00 para U\$: 800,00/ton.

Contudo, os tapetes e carpetes, que são o carro-chefe da Associação não lograram nenhum aumento relevante, enquanto que os fios e cordarias tiveram ajustes quase insignificantes para o mercado. Neste sentido, as perspectivas permanecem voltadas à superação das dificuldades, uma vez que a tendência cambial é a permanência no atual patamar.

6.2 A COOPFRUT: DO APOGEU AO FRACASSO

6.2.1 O começo

Em 1998, os membros de 14 associações de agricultores de Igarapé-Miri passaram a manifestar o desejo de montar uma agroindústria do açaí no município. Foi criado então um conselho gestor, composto por 28 membros (dois de cada associação) a fim de viabilizar todas as etapas de execução.

Nessa época, empreendimentos com essa finalidade buscavam crédito junto ao FNO, que financiaria, mas o projeto teria que estar em nome de apenas uma associação, e a única que estava legalmente apta à ação era a Associação Nazarezinho do Meruí.

Três anos mais tarde (2001), o conselho gestor cria a Unidade Agroindustrial de Igarapé-Miri (UAGRIM), que conta com a assistência técnica do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA) e apoio da Prefeitura Municipal, que financiou o projeto. Entretanto, o Estatuto dizia que no período de um ano a unidade teria que ser revertida em cooperativa, e em 09 de Dezembro de 2001 foi fundada a COOPFRUT – Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri - COOPFRUT.

A COOPFRUT inicia suas atividades com a fábrica de polpas, projeto orçado em R\$: 2.200.000,00 e seria financiada pelo BANPARÁ, BASA e pela Fundação Banco do Brasil, gerando 32 empregos diretos e centenas de empregos indiretos. Os aportes iniciais da Cooperativa foram os seguintes:

Quadro 4 -Demonstração de aportes financeiros da COOPFRUT junto ao Governo

INSTITUIÇÃO	VALOR (R\$)	FINALIDADE
FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL	453.000,00	Recurso sem devolução, para aquisição de câmaras frias.
BASA	280.000,00	Recurso retornável, para construção e equipamentos.
BANPARÁ	162.000,00	Parte do capital de giro.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri

A constituição do capital de giro se deu através da aquisição do Pronaf por parte de 129 produtores. Fato intrigante, contudo, é que o valor do crédito não entrou nas contas dos mesmos, e até hoje esses agricultores estão endividados e com os nomes negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Conforme relato de um dos ex-cooperados e secretário do conselho, representante da Associação Progresso da Esperança, a aquisição do capital de giro via Pronaf foi uma sugestão do Banco do Brasil, alegando que a COOPFRUT era recente e desprovida de “respaldo” à aquisição de um empréstimo tão alto. O Pronaf foi então liberado no valor de R\$: 1.800,00 por produtor.

Já na safra seguinte, em virtude da falta de experiência e da inadimplência por parte do principal cliente, a cooperativa estava novamente sem capital. O Banco do Brasil sugere então a solicitação de um novo crédito, agora no valor de R\$: 4.800,00 que seria utilizado para quitar a dívida anterior e o saldo como injeção de capital de giro. E assim verdadeiramente nasce a Cooperativa.

6.2.2 A gestão

A diretoria de formação da Cooperativa era composta por três membros: presidente, tesoureira e secretário. Essa composição ganhou a eleição de dois mandatos consecutivos, de 2001 a 2003 e 2003 a 2006, eleitos democraticamente.

O POEMA foi o responsável pela elaboração dos projetos e pela assistência técnica, mas, além disso, administrava e exercia a função de Departamento Comercial da Cooperativa, através de um dos seus representantes.

Logo no primeiro ano foi fechado um grande contrato com uma grande empresa de alimentos de Belém, de 643t (a um preço bem inferior ao do mercado), correspondente a R\$: 1.200.000,00, cujas parcelas seriam de R\$: 120.000,00, o suficiente para quitar o empréstimo junto ao banco. Contudo a capacidade de armazenamento e da parte frigorífica não comportava tamanha demanda, e o comprador não honrou o compromisso. Entretanto, o cliente afirma ter efetuado os pagamentos ao setor comercial, que diz não ter recebido nenhum crédito dessa natureza.

Apesar dos iniciais e graves problemas financeiros e estruturais, na safra seguinte, o mesmo comprador e o POEMA (representando a Cooperativa) fecham contrato de 1.000t. O

POEMA então apresenta à diretoria como solução, um projeto de ampliação da parte frigorífica, que foi encaminhado à Fundação Banco do Brasil. O Banco, por sua vez, exige mercado consumidor para tamanha demanda como condição de liberar o financiamento. Neste momento a empresa compradora se “compromete” com mais um contrato exclusivo de 1.000t demandadas, e o dinheiro é então liberado.

Entretanto, as condições impostas pelo cliente da COOPFRUT seguem as mesmas, inclusive com o preço bem abaixo do mercado, além do constante lembrete de que a Cooperativa só adquiriu o empréstimo (e a conseqüente ampliação da estrutura) em virtude da sua demanda.

A parte frigorífica da Fábrica era de alta tecnologia, sendo visitada por profissionais do ramo e por pesquisadores de várias partes do mundo.

O principal cliente e a COOPFRUT estabelecem então uma relação de monopólio¹¹. Em 2004, o transformador de energia da Fábrica deu um curto circuito e explodiu, paralisando todas as atividades, inclusive retardando as entregas do cliente, que decidiu suspender automaticamente os pagamentos à Cooperativa (que raramente eram honrados em dia).

Em 2006 a diretoria é substituída.

O ex-secretário nos relatou que a sua chapa saiu como corrupta, impressão passada aos cooperados e à sociedade em virtude da altíssima inadimplência gerada pelo principal cliente. Ele relata: *“Fomos praticamente expulsos da COOPFRUT, eles praticamente arrancaram as chaves das nossas mãos, inclusive inventaram muitos cooperados para votar na eleição”*. (EX-SECRETÁRIO DA COOPFRUT, 2011).

Após essa eleição, já no início de 2007, os cooperados percebem a “ineficiência” e o desvio de finalidades por parte do POEMA, e este se retira da Cooperativa, tanto em virtude da pressão dos cooperados, quanto pela “falta de interesse” de se manter no projeto. Entretanto, a nova diretoria se apresenta administrativamente tão desprovida de técnicas administrativas e de gestão e tão somente apta a conceder assinaturas quanto à anterior, se mostrando capazes de trabalhar a Cooperativa, e não gerir a fábrica.

Em Dezembro de 2006 a diretoria contrata o serviço de auditoria e consultoria externa de um administrador de empresas, sendo efetivado pela Cooperativa logo em seguida, trazendo dois funcionários consigo: um para gerir o setor financeiro e o outro para a produção. Essas contratações tiveram o aval da tesoureira, mas não foram do consentimento

¹¹ Estrutura de mercado caracterizada pela existência de muitos vendedores e um único comprador, que domina o mercado.

do presidente, uma vez que o cargo de administrador foi disputado e ganho com mais um candidato, mas este se mostrou posteriormente desinteressado em assumir a função.

O administrador passou e deixou uma história de dúvidas, movimentações obscuras e uma fama na sociedade miriense de desvio de caráter e de recursos. Há relatos de cooperados e confirmados por membros da diretoria de que ele enviava caminhões fechados de amostra grátis a um fornecedor do Rio de Janeiro, de que ele recebia valores de clientes e de projetos e não os repassava à Cooperativa.

Logo no início da sua contratação, o presidente (que até então foi contrário à sua efetivação) lhe nomeou, via procuração legal, a representante da Cooperativa em toda e qualquer circunstância.

Nesse mesmo período (2007), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) disponibilizou R\$: 30.000,00 para a execução de mais um projeto. Como já havia processos trabalhistas de alguns funcionários em andamento na justiça, a administração aconselha o presidente a efetuar o saque imediato do valor e depositar em sua conta pessoal, a fim de evitar o bloqueio judicial. E assim foi feito. Conforme relato da então tesoureira, esse valor foi utilizado pelo administrador sem controle algum, sem prestação de contas e sem a postura adequada da diretoria frente à gravidade dos acontecimentos.

Conforme a tesoureira, o administrador efetuou a compra de um veículo semi-novo, com documentação irregular, e só prestou contas tempos depois, mediante muitas cobranças, através de um “recibo de compra e venda”, sendo a Nota Fiscal de compra jamais apresentada. Após algum tempo, esse veículo foi transferido para o nome do administrador, com o consentimento do presidente, que justificou como sendo o pagamento dos tempos trabalhistas do mesmo.

Há relatos dos cooperados e ex-funcionários que o administrador “alugava” o armazém da Fábrica e não justificava nem o ato e nem repassava o valor cobrado na locação à Cooperativa, e o presidente não se pronunciava.

Em Fevereiro de 2008, quando a COOPFRUT se encontrava no momento mais crítico, o administrador rasga a procuração numa assembléia e deixa a Cooperativa, mas ainda manteve o vínculo por um curto período afim de prestação de contas e emissão de notas fiscais. O salário do administrador era de R\$: 2.000,00 apesar de só comparecer na Cooperativa dois dias por semana.

Logo após a saída desse funcionário, em virtude de todos os problemas administrativos e das dívidas que ultrapassavam R\$: 1.700.000,00, bem como a

descredibilidade de cooperados e da sociedade miriense, a Fábrica encerra suas atividades em Fevereiro de 2008.

Aqui neste cenário ficou evidente, através da pesquisa de campo realizada, a inexistência de um elemento apresentado por Durston (1999) que é estratégico na construção e manutenção de capital social, que é o comprometimento pessoal dos atores promotores do desenvolvimento (gestores e políticas públicas), onde uma vez existindo, atua como elemento condutor à participação dos grupos de base dos movimentos sociais.

Comungando da teoria apresentada por Giddens (1984, apud FLIGSTEIN, 2007, p. 67) todos os componentes de um movimento social são providos de características adequadas a desenvolver atividades socialmente hábeis. Neste sentido, as pessoas se adaptam à inteiração com as outras, aprendem e passam a cooperar e adquirem um senso de identidade em virtude deste processo de “cooperação socializada”.

Entretanto, como foi demonstrado ao longo da pesquisa, sobretudo no trabalho de campo, a gestão da cooperativa não se mostrou socialmente hábil, mas sim desprovida de elementos indutores de cooperação e atuação em ações coletivas, atuando de forma pouco capaz de criar e manter um “senso positivo de identidade” que se perpetuasse entre os outros, fato que contribuiu fortemente com a extinção das atividades da fábrica e com a deserção de seus membros.

6.2.3 A fábrica de polpa de frutas e as oportunidades

Como dissemos anteriormente, a câmara frigorífica da Fábrica era de alta tecnologia e grande capacidade de armazenamento, o que possibilitou durante algumas safras de açaí o beneficiamento de pouco mais de 2.000 rasas¹²/dia (atuação do POEMA).

A COOPFRUT teve voltado para si o olhar de várias partes do mundo. Fez bons contratos com empresas do Pará, nacionais e internacionais, através do POEMA e do apoio da Cooperativa e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA).

¹² Unidade de medida do açaí, que consiste em cestos confeccionados em fibras vegetais, ou paneiros, confeccionados com fibras de jacitara (*Desmoncus polycantus* Mart) ou de guarumã (*Ischinasiphon obliquus*) com capacidade de armazenar 14 ou 28 kg do fruto

Em momento tenso, um dos clientes forneceu recursos no valor de R\$: 120.000,00 como adiantamento, afim de que a Fábrica honrasse seus compromissos mais urgentes e permanecesse em atividade.

A COOPFRUT abriu portas e oportunidades para os produtores de Igarapé-Miri e região, além de atuar como relevante reguladora de preço e geradora de emprego e renda para o pequeno produtor familiar miriense.

6.2.4 Os obstáculos e questões limitantes

Diante de um projeto tão arrojado e promissor como a COOPFRUT, algumas questões necessitam ser vistas com bastante cautela e com planejamento elaborado adequadamente.

Com base na trajetória da Cooperativa, pode-se apontar como principal obstáculo, questões relacionadas à gestão (desprovida de habilidade social, conforme inferência de FLIGSTEIN, 2007). Diante dos vários cursos e treinamentos proporcionados pelo POEMA, faltou um que preparasse pessoas para suprir as demandas administrativas de um empreendimento como aquele, desconsiderando a relevância inferida por Durston (1999) às estratégias de capacitação dos membros do grupo.

Outro obstáculo intransponível à Cooperativa foram os calotes e inadimplências dos contratos, que irreparavelmente contribuíram com o acúmulo das dívidas.

Conforme relatos de cooperados, ex-funcionários e diretores, o POEMA cometeu equívocos técnicos que induziram ao prejuízo das atividades, como a aquisição de três máquinas cuja finalidade original era o envasamento de leite e não de polpa de frutas, bem como o sistema de armazenamento, apesar da tecnologia utilizada, apresentou-se inadequado à finalidade da atividade, impactando no desperdício de uma média de 30% da produção total.

Quando há pessoas desprovidas das habilidades necessárias à gestão, aliadas ao desvio de finalidades (e de recursos), não há estrutura física de ponta que sustente as bases de nenhum empreendimento. Partindo desse entendimento, o baixo nível de capital social por parte da gestão, bem como a deficiência no nível de capital humano das diretorias que assumiram a fábrica, os mesmos atuaram como ervas daninhas na esperança de melhorias que fora despertada em tantas famílias e em toda sociedade miriense, representando assim o maior de todos os obstáculos com os quais a Cooperativa se defrontou.

Durston (1999), nos chama à atenção para experiências que abalam a confiança das pessoas inclinando-as à deserção, além de atuar como obstáculos à inserção desses membros em novos movimentos organizativos.

6.2.5 A decadência

A COOPFRUT começou a apresentar sinais de fragilidade logo no segundo ano de funcionamento, com a inesperada suspensão dos pagamentos de seu principal cliente. Entretanto, o POEMA que era o gestor do projeto curiosamente renova o contrato, inclusive dobrando a quantidade a ser ofertada, elevando ainda mais as dívidas da Cooperativa, ao contrair mais um empréstimo bancário de valor bastante significativo.

Quando a situação estava insustentável e o POEMA se desliga da COOPFRUT, o que era difícil ficou ainda mais complicado com a contratação do administrador, que conforme relatos fazia verdadeiras extravagâncias com os poucos recursos financeiros que ainda restavam.

Com o desligamento do mesmo a Fábrica encerra suas atividades, e no final de 2010, atos de vandalismo, inseridos num contexto mais simbólico, conforme inferência de Fligstein (2007) e Durston (1999) invadem e saqueiam todas as máquinas e equipamentos, restando tão somente à estrutura física imóvel. Os ex-funcionários que não conseguiram colocação no mercado local deixaram a cidade rumo as novas oportunidades, e outros regressaram ao campo, se tornaram peconheiros¹³. O antigo secretário atualmente é representante de uma marca de sorvetes, e tem um pequeno ponto comercial no porto da cidade.

Entre os anos de 2009 a 2011, com o apoio da Cooperativa Agroindustrial de Igarapé-Miri (CAIPIM) foi feita uma tentativa de reativar as atividades, mas em virtude do grande volume de dívidas (aproximadamente R\$: 1.700.000,00) aliada à falta de credibilidade, faltou “fôlego” para reerguer a COOPFRUT.

Legalmente a Cooperativa ainda existe, mas apenas com o objetivo de solucionar as questões legais, contando com o apoio de somente 60 cooperados (eram mais de 650). A

¹³ São pessoas que sobem em palmeiras para colher frutos, a exemplo do açaí e de outras frutas predominantes na Região Amazônica. A atividade é tão comum na região, que existem competições para escolher o melhor e mais rápido peconheiro.

diretoria se encontra totalmente desarticulada e seus componentes só se encontram em algumas reuniões representativas.

A Fábrica foi a leilão em Setembro de 2011 sendo arrematada por um empresário de outra região do Pará por R\$: 150.000,00 dividido em dez parcelas. O valor da venda foi utilizado no pagamento dos processos trabalhistas aos funcionários que moveram ação junto ao Ministério do Trabalho. Há especulações de estar em transição o processo legal de baixa da COOPFRUT e do possível início de um outro empreendimento cooperativista. Entretanto, até o momento a informação é somente especulativa, uma vez que para dar baixa faz-se necessária a quitação das dívidas.

6.2.6 A lição que fica

Diante do histórico da COOPFRUT, alguns erros são tomados como lição e aprendizado para jamais serem reaplicados. A principal, portanto, é que de nada adianta grandes empreendimentos sem a capacitação adequada, sem uma gestão socialmente hábil, sem a emancipação dos trabalhadores e sem que todos estejam trilhando pelo mesmo caminho, baseados nos princípios basilares do capital social.

6.3 A COOPFRUT E O CAPITAL SOCIAL

Durante todas as etapas houve demonstrações do fenômeno cooperativista, de solidariedade, cooperação e integração as normas e regras por parte da base. Eles estavam articulados e esperançosos a ponto de disponibilizarem sua produção para receber num momento posterior, depois que a Cooperativa comercializasse e recebesse pelas vendas. Um dos mais extremos momentos de demonstração de capital social foi quando os produtores cederam seus nomes junto ao banco para a aquisição do Pronaf e a formação do capital de giro.

Em momento crítico eles se reuniram e optaram por ter seus salários reduzidos a ter companheiros desligados dos postos de trabalho. Conforme relato do um ex-funcionário, a equipe de base da Cooperativa era unida e coesa, onde questões como o lazer e a descontração

faziam parte do seu cotidiano. Para ele: “*Era muito bonita a nossa união lá. Agente trabalhava e vivia com muito gosto*”. (Ex-funcionário da COOPFRUT, Outubro, 2011).

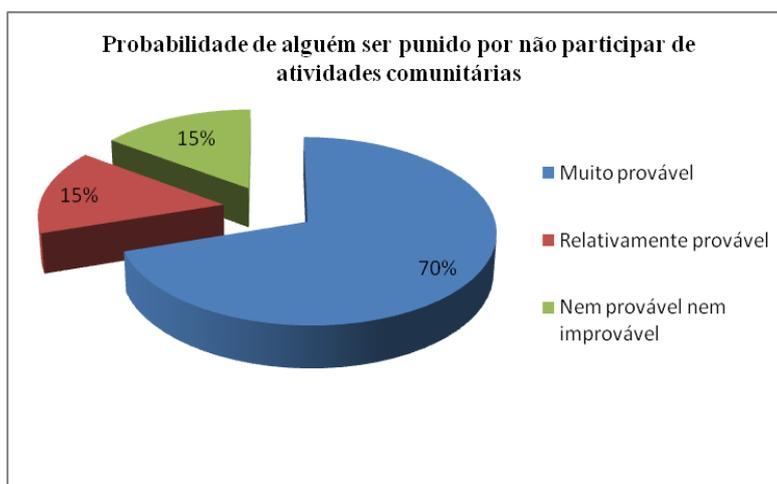
Neste sentido, pode-se concluir que faltou identidade cooperativista, sentimento de pertence e demonstração de baixo nível de capital social basicamente por parte dos gestores externos. No setor administrativo da Fábrica, cerca da metade do quadro de funcionários era constituído por parentes de diretores e administradores.

A fim de mensurarmos o nível de capital social entre os funcionários e cooperados, foi aplicado o questionário elaborado pelo Banco Mundial e algumas adaptações da pesquisadora, o mesmo utilizado na APAEB, e os resultados foram os seguintes:

AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO: Como já vimos na teoria (MORAES, 2003; CASTILHOS, 2001) e também na empiria, através do nosso objeto de pesquisa analisado inicialmente, para que uma ação coletiva seja exitosa, faz-se necessário que haja, dentre outros elementos, cooperação mútua. A este respeito, os integrantes entrevistados da COOPFRUT apresentaram resultados bastante satisfatórios, onde 100% deles trabalharam no último ano com outros membros da comunidade em prol de benefícios coletivos e desenvolveram algum tipo de atividade para benefício comum.

Quando lhes foi questionado sobre a probabilidade de críticas e/ou algum tipo de punição para aqueles que não colaboram, os resultados foram os seguintes:

Gráfico 10 – Probabilidade de punição e/ou crítica para quem não participa de atividades na comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em Novembro/2011

Aqui vale abriremos um parêntese para uma reflexão: Até que ponto a participação dos indivíduos se dá de forma verdadeiramente voluntária, cujo objetivo real é o benefício à comunidade, ou quando se dá por coerção e medo da crítica dos demais?

Dentre os questionados, 70% acreditam que cerca da metade dos moradores de suas comunidades colaboram com tempo e/ou dinheiro em virtude do desenvolvimento comum, enquanto 30% disseram que cerca da metade colaboram de alguma forma.

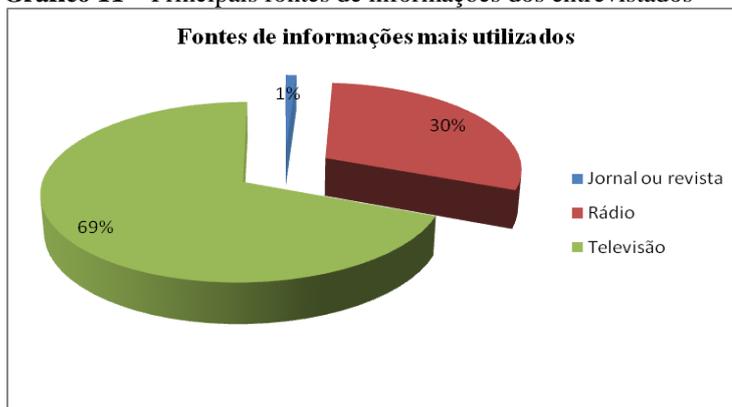
Quando o contexto é mais específico e de beneficiamento imediato, como problemas no abastecimento de água ou energia, 90% disseram ser relativamente provável que os moradores cooperam em função da solução do problema, e os demais acreditam que seria muito provável a cooperação dos vizinhos. Quando a situação envolve diretamente o emocional das pessoas, como falecimento ou doença grave de alguma pessoa da comunidade, 90% afirmou ser muito provável a colaboração de todos, enquanto que os demais disseram ser relativamente provável a solidariedade das pessoas.

Estudos realizados por Paiva (2004) enfatizam que quanto mais “homogêneo” for o grupo, em questões sobretudo de identidade cultural, maior será a comunhão de idéias e objetivos norteadores das ações.

Para Putnam (2002) o sucesso de uma ação coletiva é fortemente dependente do nível de confiança entre os indivíduos do grupo, onde esta variável, quando elevada, reduzirá o índice de deserção e de membros oportunistas dentro do grupo.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – Acompanhar a dinâmica dos acontecimentos do mundo e da sociedade na qual estamos inseridos é de grande relevância em qualquer seguimento. Neste sentido, dos entrevistados 100% demoram no máximo 30 minutos até a agência dos correios mais próxima. Abaixo segue demonstração gráfica das principais fontes de informações dos entrevistados:

Gráfico 11 – Principais fontes de informações dos entrevistados

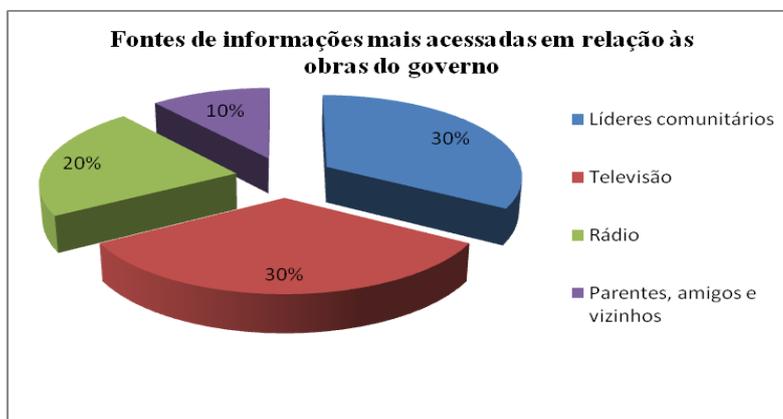


Fonte: Pesquisa de campo, realizada em Novembro/2011

Dentre dos que lêem jornais e revistas, disseram que o fazem freqüentemente, os que têm o rádio como principal informativo costumam escutar a programação local pelo menos uma vez por semana, enquanto que os que encontram na televisão sua principal fonte de notícias, 100% disseram assistir todos os dias.

Diante dos dados apresentados, podemos concluir que a equipe que compunha a formação da Cooperativa está atenta as notícias e aos acontecimentos no mundo e na comunidade que integram.

Gráfico 12 – Principais notificadores das obras governamentais



Fonte: Trabalho de campo, realizado em Novembro/2011

Quando questionados sobre a evolução do acesso a informação, unanimemente responderam que melhorou significativamente nos últimos cinco anos. Atualmente todos têm acesso diário a pelo menos três relevantes fontes de informações.

Portes (2004) referencia Bourdieu (1980, apud REIS, 2008, p. 67) quando este enfatiza a relevância da informação para o desenvolvimento e manutenção de níveis razoáveis de capital social, refletido no acúmulo de esforço e do trabalho humano revertido em acesso a aportes financeiros, bem como as informações relevantes que resultarão em melhorias à comunidade.

COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL – Esses dois elementos são basilares nas ações coletivas. Nas comunidades habitadas pelos entrevistados, 85% consideram o grau de comunhão como relativamente próximos enquanto que os demais acreditam que esse grau é muito próximo; 90% deles afirmaram viver em comunidades homogêneas quando analisados aspectos como posição social, casta ou raça e todos afirmaram que essas diferenças jamais causaram algum tipo de problema.

Dentre os entrevistados, em suas comunidades as diferenças mais passivas de problemas são questões que envolvem a posse da terra (65%) e diferenças com educação (20%). Os demais acreditam que outras questões como divergências entre gerações mais jovens e mais velhas (5%) e crenças religiosas (10%). Em 95% dos casos essas divergências jamais levaram à violência.

A este respeito, Portes (2000) inferem que quando o grupo é composto por membros que detêm comportamentos dispersos e não dispostos a assumir compromissos em benefício coletivo, muitas oportunidades de proveito comum são desperdiçadas e o objetivo norteador da ação coletiva, que geralmente visa melhorias e desenvolvimento, será disperso.

Ainda segundo Portes (2000), uma ação coletiva é conduzida pela cooperação voluntária entre seus membros, o que refletirá em coesão e inclusão social aos componentes individualmente, bem como para todo o grupo, num contexto mais macro da análise.

Kahwage (2006), ao utilizar o mesmo questionário aplicado na presente pesquisa no município de Igarapé-Açu (PA), interpretou como sendo as mais acentuadas diferenças e de divisão e exclusão social, as de ordem econômica, sociais e religiosas, não sendo, portanto, muito divergente da realidade observada em Igarapé-Miri.

Em ambos os objetos ora pesquisados a exclusão social não é percebida pela população, uma vez que o real papel de atuação do Estado, bem como seus direitos enquanto cidadãos são ignorados pela maioria.

AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA - Nesse quesito, cujo objetivo foi mensurar a capacidade dos indivíduos frente às questões de ordem individual, mas que influenciam o coletivo, bem como avaliar as ações políticas na comunidade, obtivemos as seguintes respostas: 93% se consideram muito felizes e os demais disseram ser moderadamente felizes. As principais razões da felicidade são a tranquilidade e o estilo de vida que levam, longe do agito dos grandes centros urbanos.

Dos entrevistados, 90% disseram exercer controle sobre a maioria das suas decisões, e 10% afirmou controlar todas as decisões que toma. Quando foi perguntado sobre a tomada de decisões que podem afetar o curso de suas vidas, as respostas foram bastante equilibradas: 33% se consideram totalmente capaz de mudar a vida, 33% disse que geralmente são capazes, mas que algumas situações escapam ao seu controle, 34% se mostrou apáticos, e não se acham nem capazes nem incapazes. Diante disso, a maioria dos ex-funcionários e cooperados da COOPFRUT se mostrou com autonomia e equilíbrio emocional para tomar decisões que afetarão diretamente seus destinos.

No âmbito político, os entrevistados se mostraram bastante interativos com o governo local. Do total, 90% disseram ter solicitado coletivamente algum tipo de benefício para suas comunidades, no último ano, e também afirmaram que dentre as solicitações feitas, a maioria foi atendida. Aqui fica a ressalva de que 100% dos entrevistados votaram nas últimas eleições municipais e federal/estadual, demonstrando a consciência de que melhorias são possíveis através de atitudes cívicas e que eles acompanham o desempenho dos políticos, apresentando suas demandas e buscando o cumprimento das promessas de campanha. 100% deles disseram que a honestidade do governo local melhorou nos últimos cinco anos.

O quadro de funcionários da Fábrica era constituído por 85% de homens, com idade média de 35 anos. 20% possuem o Ensino Médio e permaneceram na Cooperativa em média seis anos e 100% afirmaram ter bom relacionamento com colegas de trabalho e com a diretoria.

6.4 O AÇAÍ: HISTÓRICO

O açaí (*Euterpe oleraceae* Martius) é uma espécie de palmeira de grande relevância econômica e nutricional da Região Amazônica, especificamente da Venezuela, Colômbia, Equador, Guianas e Norte do Brasil. A etimologia da palavra é encontrada no vocábulo tupi e significa fruto que chora (que elimina água) (SOUZA, 2009).

Conforme a EMBRAPA (2005), a exploração do açaí aumentou a partir da década de 1990 em virtude da expansão da demanda, de incentivos financeiros e assistência técnica de manejo e cultivo.

Seu consumo se dá das mais variadas formas: como sucos, sorvetes, em misturas com cereais e/ou frutas, etc. Na Amazônia o fruto é geralmente consumido como complemento alimentar, sendo ingerido após as refeições, acompanhado de farinha de mandioca, peixe frito, dentre outros aperitivos.

Alem do peculiar sabor, o açaí é de relevante riqueza nutricional, inferindo vários efeitos benéficos à saúde humana, como redução do colesterol ruim (LDL), elevado potencial antioxidante e fonte de fibra alimentar, apresentando quantidades superiores às encontradas em outros frutos como o morango e o figo, por exemplo. Neste sentido, conforme inferência de Souza (2009), a composição química do açaí é classificada como alimento de grande potencial funcional. Seu consumo rotineiro auxilia no crescimento físico, eleva as defesas

antioxidantes, além da concentração de biomarcadores do stress oxidativo e controlador da função hepática.

A palmeira *Euterpe oleraceae* Martius pode atingir a altura de 20 metros, com variação de 12 a 18 cm de diâmetro. Sua melhor adaptação se dá em terrenos alagados ou em áreas úmidas. Vem daí sua predominância em regiões de várzea¹⁴.

Conforme Lorenzi (1996), as partes utilizáveis da palmeira são basicamente o palmito e o fruto, ambos para consumo alimentar¹⁵. As folhas não são desprezadas, servindo de cobertura para casas, a madeira é utilizada em construções rústicas e as fibras das folhas servem de matéria-prima na confecção de objetos artesanais, como chapéus e rasas.

Souza (2009) relata que, conforme a lenda, havia uma tribo indígena que habitava a área onde hoje é a cidade de Belém-Pa. Essa tribo atravessou uma crítica crise, com escassez de alimentos, ao extremo do cacique proibir nascimentos. Nessa mesma época, sua filha, a índia Iaçá engravidou, e o cacique para não se contradizer nem conceder exceções, autorizou a execução do seu neto. Tamanha foi à tristeza da índia que certa noite enquanto chorava desolada, ouviu o choro do seu filho, que vinha da direção de uma árvore que dava uns frutinhas de cor vinho. Ao amanhecer, a índia foi encontrada sem vida abraçada ao troco dessa árvore. O cacique autorizou que os cachos da árvore fossem extraídos e seus frutos consumidos pela tribo. Ele chamou o fruto de Açaí e revogou o decreto que proibia os nascimentos na aldeia, por julgar que aquele pequeno fruto era suficiente à alimentação de todos.

O açaí é um pequeno fruto arredondado e leve, pesando cerca de 2g. Somente 17% dele são aproveitados no consumo, parte que corresponde à polpa e a casca, sendo o resto representado pelo caroço, que não tem utilidade alimentar. Neste sentido, são necessários aproximadamente 2 kg de açaí para se obter uma medida de um litro de suco. O fruto pode ser colhido durante o ano inteiro, mas o período de safra se dá entre os meses de Agosto a Dezembro, época em que os frutos logram melhor qualidade organoléptica (Rogez, 2000). Abaixo segue fotografia do açaí armazenado em rasas prontos para serem comercializadas:

¹⁴ São áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água branca, ricos em sedimentos (JUNK, 1984, apud REIS, 2008, p. 42).

¹⁵ O açaí expandiu sua utilização, sendo ultimamente amplamente utilizado na indústria de cosméticos

Fotografia 12 – Embarcação trazendo produção Familiar.



Fonte: Santos (2011)

Fotografia 13 – Açaí armazenado em rasas



Fonte Santos (2011)

Os benefícios do açaí superam o seu sabor. Conforme relatos populares, sobretudo dos moradores das regiões Norte (maior concentração de plantações de *Euterpe oleraceae* Martius) e Nordeste, o fruto é utilizado também como medicamento, se mostrando eficiente no combate a gripe, febre e até diarreias, conforme estudo realizado por Souza (2009).

O suco ou o “vinho do açaí” como é conhecido, é extraído de forma manual ou mecanizada, e é utilizado no preparo de bebidas, mingaus, sorvetes, cremes, e à disposição da imaginação do consumidor.

Em resposta às pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, a demanda por açaí aumentou tanto no Brasil quanto em nível de exportação para países da Europa, Ásia, dentre outros. Conforme inferência de Souza (2009), a expansão do consumo é atribuída a fatores relacionados aos benefícios para a saúde, por ser excelente alimento antioxidante e por retardar o envelhecimento. Essa expansão do mercado e outras informações sobre o aspecto econômico serão inferidos mais detalhadamente no decorrer da pesquisa.

6.5 PROCESSO PRODUTIVO DO AÇAÍ

O açaí é o principal produto de cultivo da agricultura familiar do município de Igarapé-Miri. Com o declínio da cana-de-açúcar, aproximadamente em 1980, as plantações de açaí (aç aizais) eram manuseadas de formas desprovidas de quaisquer técnicas. Conforme Reis (2008, p.68), a exploração se dava de forma bastante intensa, uma vez que o aç aizeiro é também fornecedor de palmito, de modo a incorrer em ameaça de extinção. Contudo, em função dessa ameaça é que teve início a estudos e pesquisas desenvolvidos pela EMBRAPA e outras instituições em prol da produtividade e “*exploração sustentável do açaí e do palmito na região*”

O aç aizeiro é uma planta de espécie alógamax, ou seja, originária de cruzamentos, fato que origina a variedade de tipos, podendo ser cultivado tanto em área de várzea quanto em terra firme. Na terra firme, a área destinada ao cultivo deve ser roçada, o solo preparado e limpo no período de estiagem, onde em seguida serão abertas covas de 40x40x40cm, preferencialmente no início do ciclo das chuvas. O passo seguinte procederá ao plantio, que demanda manipulação química à base de superfosfato e esterco de curral, estando a planta apta à produção num período de 3 a 4 anos, e a produção anual dependerá de questões como fertilidade e umidade do solo (EMBRAPA, 2005).

A etapa da colheita, conforme a EMBRAPA, é bastante onerosa e insalubre, uma vez que as estirpes atingem facilmente 15m de altura, oferecendo aos peconheiros o risco de quedas. Contudo, apesar do elevado risco, não há registros oficiais quanto às questões relacionadas aos acidentes de trabalho nessa atividade.

Logo após a colheita, deve-se proceder com a imediata seleção dos frutos bons dos que apresentam algum tipo de dano impróprio à comercialização. Abaixo seguem fotografias do peconheiro em atividade, na comunidade Santo Antônio, em Igarapé-Miri:

Fotografia 14 – Peconheiro em atividade



Fonte: Santos, (2011)

Os açaizais são vulneráveis a insetos e pragas, sendo as principais: *Certhapis lataniae*, *Alleurodicus cocois*, a *Atta* spp, *Alleurothrixus gloccosis*, dentre muitas outras, cujos controles podem ser obtidos através de iscas preparadas com a manipulação de substâncias adequadas, através da extração manual, o controle químico e biológico (EMBRAPA).

6.6 POLÍTICAS DE APOIO À COOPFRUT E ATUAL ESTADO DO MERCADO

A COOPFRUT declinou por motivos já expostos anteriormente. Contudo não seria coerente incluir dentre eles a falta de apoio e de políticas públicas, uma vez que o projeto acessou recursos do Governo Federal, Estadual e Municipal, como o Pronaf, apoio do MMA, da Universidade Federal do Pará, através do POEMA, aporte inicial do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) e do Banco da Amazônia (BASA), da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri e da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, além de ONGs como a FASA e de outras cooperativas como a CAIPIM.

Atualmente (2011), o açaí está sendo negociado pelo produtor por R\$: 30,00 a lata (medida contendo 14 kg) e R\$: 60,00 a rasa (medida contendo 28 kg) no período de safra, enquanto que na entressafra varia entre R\$: 75,00 e R\$: 80,00. O produtor no período da safra consegue uma renda equivalente a R\$: 300,00/dia, enquanto que o peconheiro consegue uma renda de R\$: 60,00/dia, onde normalmente o expediente se inicia as 07:00h e vai até as 11:00h. Aqui nessa fase, os produtores de açaí têm a segurança de ter a produção escoada com ou sem movimentos cooperativistas (PESQUISA DE CAMPO, OUTUBRO, 2011).

Contudo, nem sempre o mercado respondeu dessa forma. No início das atividades da COOPFRUT, a rasa era negociada nos mercados locais por R\$: 3,00 e até mesmo por valores inferiores, onde muitas vezes o fruto foi descartado por não ter sua comercialização vista como atividade economicamente viável. A relevância da Cooperativa, neste sentido, foi de atuar como reguladora de preços e inibir a ação de atravessadores, comprando a produção por R\$: 5,00/lata. Quando encerrou suas atividades comprava a lata por R\$: 12,00.

Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2011), no Pará, desde o final de 2010 até Julho de 2011, em virtude do período de entressafra, o preço de mercado do açaí foi submetido a vários reajustes, chegando a mais de 50%, variação que afetou desde o tipo papa até o fino. Contudo outro motivo de variação do preço do produto se deve ao seu local de comercialização, onde os preços mais baixos são os das feiras livres, variando entre R\$: 4,00 a R\$: 10,00, enquanto que nos grandes supermercados de Belém o produto é vendido entre R\$: 10,40 a R\$: 14,00/ litro do fruto.

Além da exportação de açaí na forma de doces, polpas, biscoito, sorvetes, medicação e cosméticos para quase todas as regiões do Brasil, o Pará também exporta o fruto para países da Europa, EUA e Austrália.

6.7 APAEB x COOPFRUT

O estudo comparativo entre as duas organizações pesquisadas apresentou aspectos de semelhanças, mas também de divergências, que foram decisivas para a prosperidade de uma e declínio da outra. Os resultados estão discriminados no quadro abaixo:

Quadro 5- Dados comparativos entre a APAEB x COOPFRUT

	APAEB	COOPFRUT
PRODUTO	Sisal	Açaí
CULTURA	Permanente e bem adaptada às regiões de clima semi-árido e baixa incidência pluviométrica.	Temporária e endógena à região Amazônica.
PREÇO NA SAFRA/ENTRESSAFRA	R\$: 1,17/Kg	Entre R\$: 26,00 a R\$: 33,00 (rasa) na safra; Entre R\$: 65,00 a R\$: 75,00 (rasa) na entressafra
PROCESSO PRODUTIVO E COMERCIALIZAÇÃO	O processo produtivo do sisal é constituído por sete etapas: preparação do terreno, plantio, colheita, desfibramento, beneficiamento, industrialização e comercialização.	As etapas do processo produtivo do açaí são seis: Preparação do solo, abertura de covas, o plantio, colheita, comercialização (<i>in natura</i>) e industrialização.
TEMPO P/ COLHEITA	Entre 3 e 4 anos, quando as folhas atingem 1,10cm de altura.	Entre 3 e 4 anos, dependendo da fertilidade e umidade do solo.
MERCADO CONSUMIDOR	Interno: Sul e Sudeste, principalmente; Externo: Europa, EUA e China	Interno: Praticamente todas as regiões; Externo: EUA e Europa, principalmente
FINALIDADE E EXPANSÃO DAS ATIVIDADES	Promoção social, educacional e cultural, via estímulo à cooperação, a ajuda e a solidariedade entre os associados, além de ser relevante reguladora de preços e de eliminar a ação dos atravessadores. Expande suas atividades através da organização dos produtores e gestores.	Melhorarias socioeconômicas aos produtores de açaí de Ig. Miri, bem como atuar como reguladora de preço e evitar a ação dos atravessadores. Estrutura produtiva e administrativa organizada e gerida por terceiros
INCENTIVOS E CRÉDITO	BNB, BNDES e mais recentemente, do governo do Estado.	POEMA/UFPA, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, BASA, BANPARÁ e algumas ONGs.
PERFIL DO PRODUTOR E RENDA MÉDIA MENSAL	Agricultor familiar, que não raro consorcia a cultura sisalana com outras à subsistência, como feijão, mandioca e milho, numa área que na região estudada geralmente não ultrapassa os 80 ha. A renda média mensal familiar raramente ultrapassa um salário mínimo.	Agricultor familiar que geralmente consorcia o cultivo do açaí com outros, como o palmito, a banana, o cupuaçu, etc.. A pesca é uma atividade amplamente praticada pelos agricultores. Raramente o produtor de açaí atinge uma renda média mensal inferior a dois salários mínimos (na safra), e na entressafra esse valor é geralmente um pouco superior a um salário mínimo.
PERFIL DOS GESTORES	Filhos de agricultores que têm despertado em si o sentimento de pertencimento à Associação. Qualificaram-se e se comprometeram com o projeto.	Agentes externos à vivência empírica do campo, desprovidos do sentimento de pertencimento e de espírito cooperativista.
Nº ASSOCIADOS E EMPREGOS GERADOS	Iniciou com pouco mais de 100 e atualmente são mais de 7.000 produtores de sisal em toda a região. Atualmente são 315 empregos diretos no processo de	Iniciou com pouco mais de 650 cooperados, com 36 empregos diretos. Encerrou as atividades com 19 funcionários e pouco mais de 100 cooperados.

	industrialização, mas já chegou a gerar mais de 800 empregos diretos.	
GRAU DE INSTRUÇÃO/CAPITAL SOCIAL DOS ASSOCIADOS/COOPERADOS	7% possuem nível superior, 23% possuem o ensino médio completo, 18% ensino fundamental completo, enquanto que os demais possuem somente o ensino básico.	Nenhum funcionário/ cooperado possuía ensino superior, 20% concluíram o ensino médio, 32% concluíram o ensino fundamental, enquanto que os demais eram analfabetos ou semi-analfabetos.
PRINCIPAIS GARGALOS	Baixo preço do produto; falta de políticas públicas direcionadas ao setor sisaleiro; falta de planejamento interno fiscal e orçamentário de médio e longo prazo.	Gestão externa; desvio de recursos e finalidades; baixo nível de capital humano por parte dos cooperados e funcionários.
SITUAÇÃO ATUAL	Foco redirecionado ao mercado interno e a busca por expansão no mercado internacional. Com a reação do dólar, as expectativas são animadoras, e o setor vem apresentando tímidas, mas relevantes melhorias para os produtores da Região Sisaleira.	Encerrou suas atividades em 2008. As máquinas e equipamentos foram completamente saqueados pelos vândalos. O imóvel onde funcionava a Fábrica de Polpas de Frutas foi leiloada em Set/11 por R\$: 150.000,00, pagamento facilitado em 10 parcelas, valor utilizado na quitação dos processos trabalhistas que estavam incorrendo em justiça.

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Diante dos dados acima, pode-se interpretar que as principais diferenças entre as duas organizações estão no preço dos produtos, na gestão e no nível de capital humano. Entretanto, outro fator de divergência entre ambas é que a APAEB representa uma somatória de “pequenas grandes” conquistas ao longo do tempo, desde a aquisição do terreno a mais simples máquina de tear, todas adquiridas através da união e esforço do coletivo, enquanto que a COOPFRUT “já nasceu andando”, onde os cooperados e funcionários somente redirecionaram suas produções e mão-de-obra, sendo todo o projeto desenvolvido e implantado por atores externos.

Nas tabelas abaixo seguem demonstrativos da evolução da área cultivada com o sisal em Valente, e com o açaí no estado do Pará, nas últimas três décadas, uma vez que o IBGE não disponibiliza esse dado sobre o fruto amazônico por município:

Tabela 4: Comportamento do cultivo do Sisal nas últimas décadas no município de Valente-BA

Área plantada e área colhida com lavoura permanente

Município = Valente – BA		
Lavoura permanente = Sisal ou agave (fibra)		
Ano	Variável	
	Área plantada (Hectares)	Área colhida (Hectares)
1980	9.654	6.307
1990	9.700	9.700
1991	11.000	11.000
1992	13.000	10.000
1993	10.000	8.000
1994	7.000	7.000
1995	9.500	8.000
1996	9.500	8.800
1997	9.700	8.800
1998	9.700	9.100
1999	12.300	11.500
2000	13.000	11.900
2001	13.000	12.300
2002	12.000	10.500
2003	12.500	11.500
2004	12.500	11.500
2005	11.500	11.500
2006	11.500	11.200
2007	11.500	11.000
2008	12.000	12.000
2009	12.000	12.000
2010	10.500	10.500

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2010).

Tabela 5: Produção de Açai no Estado do Pará por categoria de estabelecimento

		QUANTIDADE	
		COLHIDA (t)	VENDIDA (t)
Nº ESTABELECIMENTOS	20.686	194.111	147.869
G. DE ÁREA TOTAL (ha)			
Maior de 0 a menor de 0,1	1.337	3.462	2.473
De 20 a menos de 50	4.449	46.074	29.606
De 50 a menos de 100	2.496	41.987	36.259
De 500 a menos de 1000	80	2.695	1.144
De 2.500 e mais	30	771	601

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Conforme a tabela acima é possível perceber que os estabelecimentos com até 100 ha são em maior número no estado, refletindo uma concentração de terras na região. Nas áreas de maior concentração, o cultivo de açaí é inversamente proporcional, sendo essas áreas dedicadas a outras finalidades, como a agropecuária e exploração madeireira, enquanto que nos estabelecimentos menores, o cultivo do fruto exerce relevante impacto na economia daquelas famílias, e a diferença entre a área colhida e a vendida é resultante do consumo e estocagem no próprio estabelecimento, sendo irrelevante a quantidade da produção que é perdida.

Na tabela de demonstração do sisal, nos anos em que a colheita foi menor que a área plantada, os principais motivos foram à substituição por outras culturas, a planta não apresentou o tamanho ideal à colheita, ou ainda alguma praga atingiu uma parte do sisalal.

Em Igarapé-Miri, em virtude da riqueza natural da região, outras atividades econômicas são facilmente possíveis de serem desenvolvidas, como a exploração de outras frutas típicas, sementes e raízes, e a pesca, oferecendo ao pequeno agricultor local outras possibilidades de sobrevivência no meio rural, enquanto que na Região do Sisal, com condições naturais bastante adversas, aliadas à falta de investimento técnico de melhorias nas condições do solo, bem como de políticas públicas que atendam às especificidades da região, o pequeno agricultor baiano percebe nos movimentos cooperativista e associativista como a alternativa de permanecer em sua região.

Enfim, as semelhanças entre ambas as organizações superam as diferenças, mas estas são tão impactantes à estrutura do projeto que foi capaz de ruir com a COOPFRUT e manter e ampliar a APAEB no decorrer dos seus 31 anos de existência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa comparativa entre as estruturas organizacionais da APAEB e da COOPFRUT teve como objetivo à identificação e compreensão dos motivos pelos quais a primeira permanece com suas atividades socioeconômicas, mediante as adversidades das mais variadas ordens (políticas e climáticas são as mais acentuadas), e a segunda, que apresentava vantagens ambientais e nas condições de trabalho do pequeno produtor, dentre outras, extinguiu suas atividades. A coleta de dados primários apresentou resultados inesperados, através da aplicação de questionário, entrevistas abertas, visita a campos de sisal e ao açcaizal, e utilização de registros fotográficos. Entre as duas organizações, foram entrevistados 150 indivíduos, sendo 144 na APAEB e 6 na COOPFRUT, número reduzido em virtude da deserção dos ex-funcionários após o encerramento das atividades da Fábrica de Polpa de Frutas.

Iniciamos a pesquisa com a hipótese de que a sua estrutura institucional aliada a um elevado nível de capital social eram os principais fatores de sucesso da associação, o que de fato se confirmou. Entretanto, parte do mérito cabe à gestão da Associação, sobretudo ao diretor executivo, que acompanha as atividades da Associação desde o começo, por ser filho de agricultor associado. Dirige a APAEB “com o coração”, sempre focado em oportunidades para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores de sisal de Valente e da Região Sisaleira da Bahia. Em conformidade com a teoria apresentada por Durston (1999), a gestão tem buscado proporcionar capacitação técnica/profissional ao grupo, e apoio externo, via articulação com demais atores sociais.

Corroborando com Fligstein (2007, p. 62), que sob uma visão mais sociológica, discute a idéia de habilidade social, onde os atores precisam motivar o grupo a trabalhar em coletividade em prol da “construção e reprodução de origens sociais locais”. A gestão da APAEB, cuja origem possui raízes fixas nos movimentos sociais de base, vem trabalhando a noção de ação coletiva, buscando demonstrar empiricamente, através de seu trabalho ao longo do tempo, que dessa maneira, todo o grupo se beneficiará com as conquistas logradas pela união e confiança mútua entre seus membros, ao invés de ter ações de coerção e sanções como predominantes. A gestão dispõe de capacidade de induzir os outros a cooperar.

No caso da Associação baiana, a gestão, estrategicamente explora o discurso de que juntos e devidamente articulados, os pequenos produtores e funcionários, via união e cooperação mútua, poderão galgar melhorias em suas rendas e permanecerem em sua região e

próximos à família. Tal discurso se torna tendencioso à cooperação, quando consideramos o contexto pesquisado.

Contudo, apesar da atuação do diretor, não pôde passar despercebido na presente pesquisa a sua condição de centralizador de atividades, característica que lhe demanda muito tempo e energia (e desperdício de oportunidades), além de a Associação não elaborar planejamentos fiscais e orçamentários de longo prazo, priorizando sempre o curto e curtíssimo prazos. Essa falta de planejamento, porém, pode (e geralmente) acarretar em sérias dificuldades financeiras às organizações (APAEB, 2011).

A APAEB atua há 31 anos em Valente-Ba e Região Sisaleira enfrentando os problemas naturais daquela região, políticas públicas que não alcançam os socialmente mais frágeis, e baixo preço do seu principal produto. No entanto, em função do elevado nível de capital social dos seus membros (inclusive da diretoria) e da gestão bem articulada, alcançou os objetivos que impactam em benefícios e desenvolvimento à coletividade.

Em Igarapé-Miri a partir dos anos 1970/1980, décadas marcadas pelo declínio do ciclo produtivo da cachaça e o abandono dos engenhos de cana-de-açúcar, aumentou o desemprego no campo. Na busca de alternativas de ocupação e geração de renda, o açaí (fruto nativo e abundante na região) passa a ser a principal atividade econômica local, e em finais do século XX, os pequenos produtores e alguns parceiros fundam a COOPFRUT e a fábrica de polpa de frutas.

Ao analisar a COOPFRUT comparando-a a APAEB, partimos da premissa que o baixo nível de capital social aliado a certeza do mercado em expansão, que demandaria a produção dos agricultores com ou sem cooperação, aliados aos descomprometimento com o movimento cooperativista, uma vez que não houve empenho nem envolvimento direto com a construção da fábrica, seriam os problemas principais.

Entretanto, surpreendendo a suposição inicial, o nível de capital social entre os cooperados e funcionários da fábrica se revelou elevado. Os gargalos enfrentados pela Cooperativa estavam localizados na gestão (externa), no baixo nível de capital humano dos diretores, aliada aos desvios de recursos e finalidades, bem como as “parcerias indevidas”.

Na COOPFRUT, conforme informações contidas no capítulo 6, a gestão não dispunha de habilidade social (FLIGSTEIN, 2007) necessária à permanência e estabilidade da Cooperativa. Opondo-se a esta habilidade, a administração desta organização definia estratégias e as executava de modo que além de inibir as ações coletivas, induzia o grupo à deserção.

Apesar das vantagens competitivas do açaí frente ao sisal, como o preço do produto, finalidade (o açaí é um alimento de elevado valor nutricional), clima regional e condições de trabalho dos agricultores, faltou na COOPFRUT uma gestão interna e verdadeiramente comprometida com os ideais e a ética do movimento cooperativista, com os pequenos produtores de açaí de Igarapé-Miri e com “toda a sociedade miriense que acreditava e aguardava as melhorias que tão grandioso projeto apresentava a todos”.

Para Fligstein (2007), quando há uma diversidade de interesses e/ou identidades entre os membros de um grupo ou intergrupais, a desarticulação de organizações é inevitável, e o surgimento de novos movimentos será granjeado. Assim sendo, a teoria corrobora o estudo empírico na Cooperativa, onde cooperados e gestores encontravam-se em desarmonia de finalidades, fator agravante do encerramento das atividades da Cooperativa.

O presente trabalho apresenta dados relevantes ao desenvolvimento de futuras pesquisas voltadas à análise do capital social no desempenho de organizações de base de movimentos sociais, bem como do desenvolvimento local/regional via associações e cooperativas, trazendo discussões fundamentais como as possibilidades de gestão e a relevância da elaboração de políticas públicas participativas, que considerem as especificidades das mais variadas ordens que permeiam a realidade das regiões.

Entendemos como possível uma atuação efetiva da pesquisa voltada à ciência e tecnologia do setor de automação do seguimento sisaleiro, viabilizando assim melhorias de trabalho no campo e elevando a produtividade da atividade, bem como políticas públicas que assegurem o preço mínimo e o escoamento do produto num valor razoavelmente capaz ao pequeno produtor de sobreviver com dignidade no campo. Com um pouco de “boa vontade política” o seguimento sisaleiro ganhará um novo e promissor cenário.

Quanto à mão-de-obra que inevitavelmente será desligada do processo produtivo do sisal em virtude das melhorias tecnológicas, entendemos que seria possível e economicamente viável a sua permanência no campo, através de assistência técnica direcionada às melhorias do solo do semi-árido, bem como linhas de crédito direcionadas, possibilitando ao pequeno agricultor a alternativa do cultivo de policulturas (agricultura mercantil), cujos reflexos socioeconômicos imediatos serão a geração de emprego, renda e a oferta de alimentos a preços mais acessíveis, além da redução dos índices de êxodo rural.

Para pesquisas futuras, será trabalhada a análise quantitativa multivariada, cujos dados devidamente apurados irá enriquecer estatisticamente os trabalhos de forma comparativa, afim de melhor demonstrar as informações adquiridas em campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2007

ALVES, M. O.; SANTIAGO, E.G. Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 13, 2005, Ribeirão Preto. **Anais.....**, Ribeirão Preto, 2005.

ANDRADE, W. (Org.) **O sisal do Brasil**. Salvador: SINDIFIBRAS; Brasília DF: APEX- Brasil, 2002.

AMARAL FILHO, J. do. A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista Planejamento e Política Pública**. Brasília, DF: IPEA, n 23, Junho, 2001. p. 261-286.

APAEB. **Estatuto Social**. Valente: APAEB, 1993.

_____. **Relatório Anual – 94**. Valente: APAEB, 1994.

_____. **Relatório Anual -2000**. Valente: APAEB 2000.

_____. **Estatuto Social**. Valente: APAEB, 2000b.

_____. **Relatório Anual 2005**. Valente: APAEB 2005.

_____. **Relatório Anual 2009**. Valente: APAEB 2010.

ARAÚJO, TÂNIA. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ARAÚJO, N. G. **Capital social no semi-árido baiano: o exemplo APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA, 1., 2004, Salvador, **Anais.....**, Salvador, 2004, p. 3-9

BANCO MUNDIAL. Grupo Temático sobre Capital Social. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Jun, 2003.

BARQUERO, A.V. Desarrollo Local y Territorio. In: RAMIREZ, B. P.; BENTO, E.C. **Desarrollo Local: Manual de Uso**. Madrid: ESIC, 2000

BRANDÃO, C.A. **Território e desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007

CAMARGO, Marilângela Franco. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

COELHO, S. de T. **Terceiro Setor**: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

COMMONS, J. R. **Institutional Economics**. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) .Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb/>> Acesso em: 07.set.2009.

CONCEIÇÃO, O.A.C. **O Conceito de Instituição nas Modernas Abordagens Institucionalistas**. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em 28 out 2011 http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/o_conceito_de_instituicao_nas_modernas_abordagens_institucionalistas.pdf

COSTA, F.A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2000

COSTA, F.A; INHETIVIN, Thomas. **A Agropecuária na economia de Várzea no Rio Solimões/Amazonas**: diagnóstico e perspectivas. Belém: IBAMA, ProVárzea, 2005.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém. UFPA:NAEA, 2006.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2002.

DURSTON, J. **Construindo capital social social comunitário**. Revista de La Cepal. Diciembre, 1999.

FLIGSTEIN, N. **Habilidade social e a teoria dos campos**. Rev. adm. empresas. vol.47 no.2 São Paulo Apr./June 2007

FURTADO, André. Celso Furtado e a Economia Brasileira. In: ALENCAR JÚNIOR, J.S. et. al. (Org.). **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

GALVÃO. A. **Exemplo de lutas e Realizações**. APAEB 2010 [S.1.:s.n.]

GARRISON, J. W. **Do Confronto à Colaboração**: Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil Brasília; Banco Mundial, 2000. Disponível em:< www.obancomundial.org/index.php/content/viewfolder/92.html>. Acesso em: 20 out. 2010.

HÉBETTE, Jean. **No mar, nos rios e nas fronteiras faces do campesinato na Amazônia.** Belém, EDUFPA: 2002

_____. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. Da UFPA, 2004, v 4.

HURTIENNE, Thomas. A Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Sustentável: Problemas Conceituais e Metodológicos no Contexto Histórico da Amazônia. **Revista Economia do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. Especial, p. 442-466, dez. 1999.

_____. A agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos NAEA.** v. 8, n 1, p. 23-68, jun. 2005.

HODGSON, G.M. **Journal of Economic Issues**, vol. XXXIV, N 2, June 2000.

IN CRA;FAO.**Perfil da Agricultura Familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, 1996

KAHWAGE, Cláudia. Campesinato e Capital Social Comunitário em Igarapé-Açu. In: COSTA, F.A. et. al. (Org.). **Inovação e Difusão Tecnológica para a Agricultura Familiar Sustentável na Amazônia Oriental:** resultados e implicações do projeto SHIFT socioeconômica. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: _____. **O Pensamento Selvagem.** São Paulo: Ed. Nacional, 1996

LORENZI, H.; Souza, H. M.; Medeiros Costa, J.T.; Cerqueira, L.S.C.; Van Behr, N. (1996). **Palmeiras no Brasil:** nativas e exóticas. S.l.: Ed. Plantarum Ltda. 303p.

MARQUES, A.N. **Pessoas, plantas e animais** – 2. ed., 1995 [S.l.:s.n.]

_____.**O Sisal Baiano:** entre natureza e sociedade. Uma visão multidisciplinar. Salvador, Bahia: [s.n.], 2002.

MARTINS, J. de S. **Impasses sociais e políticas em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**

MORAES, J.L. AMARAL. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, MARCOS de S. et. al. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

NORTH, C. DOUGLASS. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge University Press, 1990.

_____.**Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico** Tradução e notas: ElizabetenHart. Instituto Liberal, 1992.

OSLON, Mancur. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965.

PAIVA, C.A. Capital Social, Comunidade, Democracia e o Planejamento do Desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua História. In: WITTMANN, M.L; RAMOS, M.P. et. al. (Org.). **Desenvolvimento Regional: Capital Social, Redes e Planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PIRES, Edson. L.S; MULLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. **Instituições, territórios e desenvolvimento local**: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. Rio Claro, 2006, v. 31, n. 3, p. 437-454.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na Sociologia contemporânea. In: _____. **Sociologia, problemas e práticas**. São Paulo, 2000, p. 135-158

PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na Várzea do Município de Igarapé-Miri (PA)**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ROGEZ, H. **Açaí**: preparo, composição e melhoramento da conservação. Belém EDUFPA, 2000. 313 p.

SACHS, Y. **Desenvolvimento Inclusivo, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, E.M.C. **Associativismo e desenvolvimento: o caso da região sisaleira da Bahia**. Feira de Santana-Bahia: UEFS, 2010.

_____. **Reorganização espacial e desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia**: o papel da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2002.

SCHIMITZ, H. Campesinato: ensaio sobre a utilidade de um conceito na atualidade brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambú, GT41: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência – reflexões a partir do “rural”, p. 32-63.

SOUZA, M.O. **Suplementos da Dieta com Polpa do Fruto do Açaí (*Euterpe oleraceae* Martius)** Melhora o Perfil Lipídico e a Capacidade Antioxidante – Uma Avaliação *in vivo*. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Departamento de Biologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009

VEIGA, S.M.; RECH, D. **Associações**: como construir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WEBLEN, T. **A Teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 2. Nova Cultura, 1987.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999

_____. Raízes históricas do camponato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, São Paulo. Sessão: Memória camponesa: História social, trajetórias de vida e reconstrução dos espaços sociais, p. 38-76

WOOLCOCK, Michael.& NARAYAN, Deepa. **Capital social: implicaciones para la teoria, La investigación y las políticas sobre desarrollo**. 2002. Disponível em: http://poverty.worldbank.org/files/13030_implicaciones.pdf, acessado em 18 de fev de 2011.

APAEB. Disponível em http://www.apaeb.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=2>. Acesso em: 27. abr. 2011.

CAR. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/institucional.asp>>. Acesso em 10 Mai.2011

EBDA. Disponível em: www.ebda.gov.br. Acesso em 12 fev.2011.

EMBRAPA. Disponível em:<http://www.embrapa.br/kw_storage/keyword.2007-06-04.9574582965>. Acesso em: 21. mar.2011

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23 set. 2010.

O LIBERAL. <http://www.orm.com.br/plantao/noticia/default.asp?id_noticia=514887>. Acesso em: 06 mar. 2011.

SISALNET. Disponível em: <http://urlpulso.com.br/www.sisal.net> Acesso em: 14 de Set. 2011

SEI. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=101&Itemid=81>. Acesso em: 27 jun.2011.

ANEXOS

Banco Mundial 23 de junho de 2003
Grupo Temático sobre Capital Social
Questionário Integrado para Medir Capital Social
(QI-MCS)
(Integrated Questionnaire for the
Measurement of Social Capital)
(SC-IQ)

1. Ação Coletiva e Cooperação

1.1 Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros membros no(a) seu(sua) bairro/localidade para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

1 Sim

2 Não vá para a questão 3.4

1.2 Quais foram as três principais atividades nos últimos 12 meses? A participação nessas atividades foi voluntária ou solicitada?

Voluntária Solicitada

1.3 No total, quantos dias nos últimos 12 meses você, ou alguém do seu domicílio, participou em atividades comunitárias?

1.4 Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe em atividades comunitárias seja criticada ou punida?

1 Muito provável

2 Relativamente provável

3 Nem provável nem improvável

4 Relativamente improvável

5 Muito improvável

1.5 Quantas pessoas neste(a) bairro/localidade contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como (RURAL: uma vaquinha ou um mutirão; URBANO: um mutirão ou a manutenção de um centro comunitário)?

1 Todas

2 Mais da metade

3 Cerca de metade

4 Menos da metade

5 Ninguém

1.6 Se houvesse um problema de abastecimento de água nessa comunidade, qual a

probabilidade das pessoas cooperarem para tentar resolver o problema?

- 1 Muito provável
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

3.7 Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas em seu(sua) bairro/localidade, tal como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar as vítimas?

- 1 Muito provável
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

2. Informação e Comunicação

2.1 Quanto tempo você leva para chegar à agência dos correios mais próxima?

- 1 Menos de 15 minutos
- 2 15 a 30 minutos
- 3 31 a 60 minutos
- 4 Mais de uma hora

2.2 Quantas vezes no último mês você leu um jornal, ou alguém em seu domicílio leu um para você?

2.3 Com que frequência você ouve o rádio?

- 1 Todos os dias
- 2 Algumas vezes por semana
- 3 Uma vez por semana
- 4 Menos de uma vez por semana
- 5 Nunca

2.4 Com que frequência você assiste televisão?

- 1 Todos os dias
- 2 Algumas vezes por semana
- 3 Uma vez por semana
- 4 Menos de uma vez por semana

5 Nunca

2.5 Quanto tempo você leva para chegar ao telefone (que esteja funcionando) mais próximo?

1 Tenho telefone em casa

2 Menos de 15 minutos

3 15 a 30 minutos

4 31 a 60 minutos

5 Mais de uma hora

2.6 No último mês, quantas vezes você fez ou recebeu um telefonema?

2.7 Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tais como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar etc.)?

1 Parentes, amigos e vizinhos

2 Boletins da comunidade

3 Mercado local

4 Jornal local ou da comunidade

5 Jornal nacional

6 Rádio

7 Televisão

8 Grupos ou associações

9 Colegas de trabalho ou sócios

10 Associados políticos

11 Líderes comunitários

12 Um agente do governo

13 ONGs

14 Internet

2.8 Quais são as três fontes de informação mais importantes sobre o mercado (tais como empregos, preços de produtos e safras)?

1 Parentes, amigos e vizinhos

2 Boletins da comunidade

3 Mercado local

4 Jornal local ou da comunidade

5 Jornal nacional

6 Rádio

- 7 Televisão
- 8 Grupos ou associações
- 9 Colegas de trabalho ou sócios
- 10 Associados políticos
- 11 Líderes da comunidade
- 12 Um agente do governo
- 13 ONGs
- 14 Internet

2.9 Em geral, em comparação há cinco anos atrás*, o acesso à informação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Melhorou
 - 2 Piorou
 - 3 Permaneceu mais ou menos o mesmo
- 4.10 Em que parte do ano a sua casa é acessível pela estrada?

- 1 Durante o ano todo
- 2 Apenas durante algumas estações
- 3 Nunca é facilmente acessível

4.11 Quantas vezes você foi até [RURAL: um povoado vizinho ou cidade; URBANO: outra parte da cidade] nos últimos 12 meses?

3. Coesão e Inclusão Social

3.1 Como você descreveria o grau de comunhão ou proximidade em seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “muito distante” e 5 “muito próximo”.

- 1 Muito distante
- 2 Relativamente distante
- 3 Nem distante nem próximo
- 4 Relativamente próximo
- 5 Muito próximo

3.2 Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num(a) mesmo(a) bairro/localidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade

ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no(a) seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “extremamente diferentes” e 5 quer dizer “muito pouca diferença”.

1 Extremamente diferentes

2 Muito diferentes

3 Relativamente diferentes

4 Pouco diferentes

5 Muito pouco diferentes

3.3 Alguma dessas diferenças causa problemas?

1 Sim

2 Não vá para a questão 5.6

5.4 Quais são as duas diferenças que mais freqüentemente causam problemas?

1 Diferenças de educação

2 Diferenças de posse de terras

3 Diferenças de riqueza/posses materiais

4 Diferenças de posição social

5 Diferenças entre homens e mulheres

6 Diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas

7 Diferenças entre moradores antigos e novos moradores

8 Diferenças de filiação política

9 Diferenças de crenças religiosas

10 Diferenças de origem étnica, raça, casta/tribo

11 Outras diferenças

3.5 Alguma vez esses problemas levaram à violência?

1 Sim

2 Não

3.6 Há grupos de pessoas no (a) bairro/localidade que não conseguem ter acesso a alguns dos seguintes serviços?

1 Sim

2 Não

Quantos são excluídos?

1 Somente algumas pessoas

2 Muitas pessoas, mas menos da metade do(a) bairro/localidade

3 Mais de metade do(a)

bairro/localidade

A. Educação/escolas

B. Serviços de saúde/clínicas

C. Água

D. Justiça

E. Transporte

3.7 Há alguma atividade comunitária da qual você não tem permissão para participar?

1 Sim

2 Não, eu posso participar de todas as atividades vá para a questão 5.10

3.8 De quais atividades você não tem permissão para participar?

[ENTREVISTADOR: ENUMERE ATÉ 3 ATIVIDADES]

3.9 Por que você não tem permissão para participar?

[ENTREVISTADOR: ENUMERE ATÉ 2 MOTIVOS]

1 Pobreza

2 Ocupação

3 Falta de escolaridade

4 Por ser homem ou por ser mulher

5 Idade

6 Religião

7 Filiação política

10 Etnia ou língua/raça/casta/tribo

11 Outros (especifique _____)

Sociabilidade

Agora eu vou fazer algumas perguntas a respeito de suas interações sociais cotidianas.

3.10 No último mês, quantas vezes você se encontrou com pessoas em um local público para conversar, ou para comer, ou beber?

3.11 No último mês, quantas vezes as pessoas visitaram-no em sua casa?

3.12 No último mês, quantas vezes você visitou outras pessoas em suas casas?

3.13 As pessoas com quem você se encontrou, ou que você visitou eram, em sua maioria...

1 Sim

2 Não

A. De um grupo étnico ou lingüístico/raça/casta/tribo diferente?

B. De situação econômica diferente?

C. De posição social diferente?

D. De um grupo religioso diferente?

3.14 Nos últimos três meses, quantas vezes você se reuniu com outras pessoas para jogar, praticar esportes, ou outras atividades recreativas?

3.15 Quantas vezes, nos últimos 12 meses, você participou de uma cerimônia familiar ou de um festival no(a) bairro/localidade? (casamento, enterro, festival religioso etc.)?

4. Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política

4.1 Em geral, você se considera uma pessoa...

1 Muito feliz

2 Moderadamente feliz

3 Nem feliz, nem infeliz

4 Moderadamente infeliz

5 Muito infeliz

4.2 Qual o controle que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias?

1 Nenhum controle

2 Controle sobre muito poucas decisões

3 Controle sobre algumas decisões

4 Controle sobre a maioria das decisões

5 Controle sobre todas as decisões

4.3 Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem mudar o curso da sua vida? Faça uma avaliação de você mesmo em uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”, e 5 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”.

1 Totalmente incapaz de mudar minha vida

2 Geralmente incapaz de mudar minha vida

3 Nem capaz, nem incapaz

4 Geralmente capaz de mudar minha vida

5 Totalmente capaz de mudar minha vida

4.4 No geral, qual o impacto que você acha que tem em fazer esse(a)

bairro/localidade um lugar melhor para se viver?

- 1 Um grande impacto
- 2 Um pequeno impacto
- 3 Nenhum impacto

4.5 Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste(a) bairro/localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício da comunidade?

- 1 Nunca vá para a questão 6.7
- 2 Uma vez
- 3 Algumas vezes (< 5)
- 4 Muitas vezes (> 5)

4.6 Alguma dessas petições teve sucesso?

- 1 Sim, todas tiveram sucesso
- 2 A maioria teve sucesso
- 3 A maioria não teve sucesso
- 4 Nenhuma teve sucesso

4.7 Nos últimos 12 meses, você fez alguma dessas coisas?

- 1 Sim
- 2 Não

A. Participou de uma reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão?

B. Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou- lhe uma carta?

C. Participou de um protesto ou demonstração?

D. Participou de uma campanha eleitoral ou informativa ?

E. Alertou algum jornal, rádio ou TV para um problema local?

F. Notificou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?

4.8 Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou na última eleição local?

- 1 Sim
- 2 Não

4.9 Você votou na última eleição estadual/nacional/presidencial?

- 1 Sim
- 2 Não

4.10 Alguma vez você votaria em um candidato que não fosse do seu grupo étnico ou lingüístico/raça/casta/tribo?

1 Sim

2 Não

4.11 Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você e por outras pessoas como você, quando tomam decisões que afetam a todos?

1 Muito

2 Um pouco

3 Não levam em consideração

4.12 Na sua opinião, qual é o grau de honestidade dos membros e funcionários das seguintes agências? Por favor, classifique-os segundo uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “muito desonesto” e 5 “muito honesto”.

1 Muito desonesto

2 Geralmente desonesto

3 Nem honesto nem desonesto

4 Geralmente honesto

5 Muito desonesto

9 Não se aplica (agência não existe no(a) bairro/localidade)

A. Membros do governo local

B. Líderes tradicionais da localidade

C. Médicos e enfermeiras da clínica de saúde

D. Professores e funcionários da escola

E. Funcionários do correio

F. Polícia

G. Juízes ou funcionários do magistério

H. Funcionários de ONGs

6.13 Em geral, em comparação há cinco anos atrás*, a honestidade do governo local melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos a mesma?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

1 Melhorou

2 Piorou

3 Permaneceu mais ou menos a mesma

4.14 Nos últimos 12 meses, o seu domicílio teve que pagar algum dinheiro adicional a membros do governo para conseguir que alguma coisa fosse feita?

1 Sim, freqüentemente

2 Sim, ocasionalmente

3 Não encerre a entrevista

4.15 Tais pagamentos são eficazes para conseguir que um serviço seja realizado ou um problema seja resolvido?

1 Sim, normalmente

2 Sim, mas apenas ocasionalmente

3 Geralmente não